UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JONATHAN DA SILVA MARCELINO.

**A FORÇA (DOS) DO LUGAR:
DAS LUTAS COMUNITÁRIAS AO COMITÊ COMUNITÁRIO. A
TRAJETÓRIA DE R-EXISTÊNCIA DO BAIRRO CIDADE DE DEUS NA
URBE CARIOCA**

São Paulo

2013

JONATHAN DA SILVA MARCELINO

**A FORÇA (DOS) DO LUGAR:
DAS LUTAS COMUNITÁRIAS AO COMITÊ COMUNITÁRIO. A
TRAJETÓRIA DE R-EXISTÊNCIA DO BAIRRO CIDADE DE DEUS NA
URBE CARIOCA**

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia Humana, sob a orientação da Prof^a Dr^a AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS.

São Paulo

2013

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Mf Marcelino, Jonathan da Silva
 A força (dos) do Lugar: Das Lutas Comunitárias ao
 Comitê Comunitário. A trajetória de R-existência do
 bairro Cidade de Deus na urbe Carioca / Jonathan da
 Silva Marcelino ; orientadora Amalia Inés Geraiges
 de Lemos. - São Paulo, 2013.
 150 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Geografia. Área de
 concentração: Geografia Humana.

 1. Bairro. 2. Lutas Comunitárias. 3. Território.
 4. Lugar. 5. R-Existência. I. de Lemos, Amalia Inés
 Geraiges de, orient. II. Título.

Ao **Deus** todo poderoso, que me fortaleceu os passos nessa
ádua caminhada.

A minha querida Avó, **Maria do Carmo Lopes da Silva**
“**Carminha**” [In Memoriam]

“Tú estas en mis pensamientos todos los días de mi vida...”

A **Maria Eduarda**, minha continuidade, herdeira do conflito...

“Que os teus sonhos, sejam muito maiores dos que os meus”.

Agradecimentos

Todo trabalho é consequência de um projeto coletivo, resultante das mais diversas contribuições, independentemente do tamanho que seja, por isso, minha eterna gratidão. A minha sempre amada **Karina Marcelino**, a bela companheira de minha vida, e cúmplice dos meus sonhos.

Agradeço também as minhas ancestrais desse plano material, que sempre acreditaram e investiram em mim (amor, carinho, tempo, dinheiro, dedicação..) e compartilharam comigo esse sonho, minha mãe **Vânia Lopes**, e minhas tias **Vanda**, e **Vanilda Lopes**, eu sou o reflexo do exemplo de vocês, deixo aqui meu sinceros agradecimentos. E a certeza de que este ainda não será o último.

Com muito carinho agradeço também aos meus irmãos **Jéssica Marcelino**, **Jaqueline Marcelino**, **Jefferson Marcelino**, **Thiago Mathias** e **Márcio trindade**, amo todos vocês! E me desculpo pela ausência dos últimos anos.

Agradeço também a companhia sincera dos amigos de “Sampa” **Tago**, **Netto**, **Joaquim**, **Mumu**, **Luciana**, **Twylla**, **Melissa**, **Luzia**, **Allyne**, e tanto outros que porventura eu tenha esquecido. Obrigado por tornarem meus dias em São Paulo mais cálidos.

Agradeço aos **professores**, e **funcionários** do **Programa de Pós Graduação em Geografia Humana**, e a USP pela possibilidade de moradia no **CRUSP** durante o período do mestrado.

Em especial agradeço ao prof^o **Miguel Ângelo Ribeiro**, e o prof^o **Francisco Capuano Scarlato** desde já agradeço ter aceitado nosso convite, e contribuir com nosso trabalho.

Também agradeço a **prof^a Monica Arroyo** por ter feito parte da banca de qualificação e pelas sugestões generosas em nossa pesquisa.

Agradeço também ao **CNPQ** pela bolsa de mestrado que nos foi ofertada durante todo o período do trabalho.

Agradeço a todos os amigos, e conhecidos do bairro **Cidade de Deus** e aos ativistas do **Comitê Comunitário da Cidade de Deus** que me concederam entrevistas e conversas, e me permitiram participar de encontros e construir minha interpretação a respeito deste lugar na metrópole.

E por fim, meus sinceros agradecimentos a minha estimada orientadora **Prof^a Amália Inês Geraiges de Lemos**, obrigado por acreditar em mim quando esse projeto ainda era um esboço. Sem as suas preciosas orientações, críticas e sugestões, dificilmente teria sido

possível realizar esse trabalho da forma como o foi. Suas observações foram decisivas para a minha reflexão. Espero não tê-la desapontado nesses anos de interlocução.

RESUMO

A problemática urbana a qual nos debruçamos na presente pesquisa refere-se as estratégias de sobrevivência desenvolvida pelos homens lentos em uma metrópole repleta de escassez nos lugares. Temos como objetivo compreender o papel dos movimentos de bairro de resistência no espaço urbano. Atualmente a atuação desses grupos comunitários indicam novas possibilidades de formas-conteudos de organização popular a partir de experiências fundamentadas no espaço vivido. Nesse sentido, realizaremos um estudo sobre o bairro Cidade de Deus como recorte espacial integrante do espaço urbano Carioca, tentaremos compreender como a Cidade de Deus que é um bairro originário de um processo de exclusão, segregação ocorrido em meados da década de 1960 conseguiu constituir-se em um dos principais lugares de resistência da cidade do Rio de Janeiro. Considerando que os bairros são concebidos como espaços em que as vivências e práticas se conciliam na trama da vida dos indivíduos, optamos por estudar o bairro Cidade de Deus por compreendermos que grupos de pessoas em desvantagem social, que compartilham de um mesmo lugar na metrópole, elaboram estratégias de sobrevivência bem como de melhoria das suas condições concretas de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Bairro, Lutas Comunitárias, Território, Lugar, Resistência.

ABSTRACT

The urban problem analysed in this research refers to the survival strategies developed by poor men in a metropolis full of scarcity. The objective is to understand the role of neighborhood movements of resistance in the urban space. Nowadays, the performance of these community groups indicates new possibilities of popular organization based on experiences achieved in the lived space. With this in mind, we will carry out a study about the neighborhood *Cidade de Deus*, as an area that integrates the urban space Carioca, trying to understand how this neighborhood, originated from a process of exclusion and segregation, presented around 1960, could grow up in one of the main places of resistance in the city of Rio de Janeiro. Considering that neighborhoods are designed as spaces in which experiences and practices influence the individuals' lives, we chose to study the neighborhood *Cidade de Deus*, because we understand that groups of people in socially disadvantaged, who share the same place in the metropolis, develop strategies of survival, as well as the improvement of their conditions of existence.

KEYWORDS: Neighborhood, Community Struggles, Territory, Place, Resistance.

SUMÁRIO

Apresentação	1
Capítulo I. PROPOSIÇÕES TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DO BAIRRO.....	3
.....	4
1.1. O conceito de bairro no Brasil. O resgate de uma trajetória.....	4
1.2. O bairro na Geografia. Em busca de um marco Conceitual	7
1.3. Do senso comum ao conceito geográfico. O bairro na Geografia Tradicional	8
1.3.1. O bairro na Geografia Tradicional. E sua Dimensão Morfológico dimensional.	13
1.3.2. O bairro e sua dimensão Política Administrativa	16
1.4. O bairro na perspectiva da Geografia Marxista	19
1.5. O bairro enquanto fenômeno vivido. Um dialogo com a Geografia Humanística e a Fenomenologia.	23
Capítulo II. DO CONJUNTO HABITACIONAL AO BAIRRO: DESVENDANDO A CIDADE DE DEUS.	32
.....	32
2.1. Favela: Uma breve discussão sobre sua Origem e representação Social	33
2.2. Favela: Espaço Problema	38
2.3. Política de Favela: Programa de Erradicação das Favelas	41
2.4. Os “favelados” e a política de remoção autoritária 1960-1970	46
2.5. Periferia é periferia: origem e expansão da Cidade de Deus	51
2.5.1. A Cidade de Deus e suas Toponímias	58
2.6. Do Conjunto Habitacional ao Bairro: Cidade de Deus um Retrato Atual	64
2.6.1. Alguns Indicadores Socioeconômicos	64
Capítulo III. DAS LUTAS COMUNITÁRIAS AO COMITÊ COMUNITÁRIO: PROTAGONISMO POLITICO E R-EXISTÊNCIA NO BAIRRO CIDADE DE DEUS.	75
3.1. Território como espaço de mediação política: O Bairro é o Território	76
3.2. O bairro como lugar de R-Existência	79

3.3. Um breve histórico das lutas políticas no Bairro Cidade de Deus	84
3.4. O filme Cidade de Deus: do Estigma a Mobilização Política	88
3.5. Das Lutas Comunitárias ao Comitê Comunitário: Um novo paradigma de mobilizações políticas.	91
3.5.1. As primeiras Articulações do CCCDD em busca de transformações sociais	94
3.6. O Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus	96
3.7. Principais desafios do Plano de Desenvolvimento da Cidade de Deus	95
3.7.1. Trabalho e Renda: Economia Solidária como estratégia de superação social	99
3.7.2. Banco Comunitário da CDD: Uma Experiência de Economia Solidária	106
3.7.3. Por uma Educação de qualidade: Uma antiga reivindicação	110
Capítulo IV. O DESAFIO DA UPP PARA AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE BAIRRO: UM PANORAMA DA REALIDADE DA CIDADE DE DEUS	112
4.1. Os desdobramentos do processo de “pacificação” do bairro Cidade de Deus	113
4.2. Afinal o que Policiamento Comunitário?	113
4.3. O Policiamento Comunitário no Brasil: Um breve histórico	118
4.4. A Unidade de Policia Pacificadora: O surgimento do Projeto.	121
4.5. A Unidade de Policia Pacificadora: Entre o Otimismo e Ceticismo.....	124
4.6. A Unidade de Policia Pacificadora da Cidade de Deus.....	130
4.7. A UPP Cidade de Deus e a relação com as Entidades de representação política do bairro.	133
Para não Concluir	137
Bibliografia	140

Lista de Figuras

Figura 01 - Escalas do urbano interior da cidade de bairro no Brasil. O resgate de uma trajetória	16
Figura 02 - Esquema conceitual da articulação entre bairros na cidade capitalista	22
Figura 03 – Imagens da Praia do Pinto	52
Figura 04 – Imagens do Cotidiano na Cidade de Deus – Ano de 1969	53
Figura 05 – Imagens do Cotidiano na Cidade de Deus – Ano de 1970.	57
Figura 06 – Imagens do Cotidiano na Cidade de Deus – Ano de 1971-1972	58
Figura 07 – Imagens de moradores da CDD	68
Figura 08 – Imagens da Rocinha II (Uma das regiões favelizadas do bairro CDD)	70
Figura 09 – Imagens do Filme Cidade de Deus produzido por Fernando Meireles.	89
Figura 10 – Autores do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus	98
Figura 11 – Construção de casas populares no bairro Rocinha II	103
Figura 12 – COOPFORTE ministrando cursos de capacitação para novos membros da Cooperativa/ todos moradores da Cidade de Deus	104
Figura 13 – Inauguração do Banco Comunitário da Cidade de Deus.....	108
Figura 14 – Cédulas da moeda circulante no bairro Cidade de Deus	109
Figura 15 – Sede da UPP (Unidade de Policia Pacificadora) da Cidade de Deus.....	131

Lista de Quadros

Quadro 1. O Bairro a partir das diferentes abordagens da Geografia.	31
Quadro 2. Remoções Realizadas no Estado da Guanabara no Período entre 1962-1974.	50
Quadro 3. Matriz espaço temporal dos principais eventos ocorridos na Cidade de Deus	63
Quadro 4, O comitê Comunitário da Cidade de Deus - CCCDD.	92
Quadro 5. Diferenças entre o Policiamento Tradicional e o Policiamento Comunitário	117
Quadro 6. Primeiras UPPs instaladas no Rio de Janeiro.	123

Lista de Gráficos

GRÁFICO 01- Pessoas Residentes no bairro CDD por Faixa Etária.	67
GRÁFICO 02- Composição Étnico-Racial dos moradores da CDD.....	68
GRÁFICO 03- Imóvel Particular Permanente por Condição de Ocupação.....	69
GRÁFICO 04 – Moradores da CDD Alfabetizados - Por Faixa Etária.	72
GRÁFICO 05 – Moradores da CDD não alfabetizados - Por Faixa Etária.	73
GRÁFICO 06 – Moradores da CDD responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes segundo o curso mais elevado que estudaram.	73

Lista de Mapas

Mapa 1. Localização da Cidade de Deus – Município do Rio de Janeiro	55
Mapa 2. O bairro Cidade de Deus.....	60
Mapa 3. Árias do bairro Cidade de Deus	66
Mapa 4. Equipamentos públicos bairro Cidade de Deus	71
Mapa 5. Localização do bairro Cidade de Deus na Zona Oeste do Rio de Janeiro.	87
Mapa 6. Cidade do Rio de Janeiro e as favelas ocupadas pelas UPPs.....	127
Mapa 7 . Áreas atendidas pela UPP Cidade de Deus.....	132

Apresentação

O presente estudo trata-se da resistência e transgressão realizada pelos milhares de habitantes da cidade, que foram expropriados dos direitos, de saúde, educação, e das condições concretas de existência humana. A proposta da pesquisa fundamenta-se no estudo dos grupos comunitário de representação política que se organizam a partir do espaço de vivência (o bairro), na tentativa de se contrapor a uma ordem sócio-espacial excludente.

Nesse sentido buscaremos com esta pesquisa compreender os processos de mobilização política que estão se engendrando desde os anos de 2003 na Cidade de Deus, um bairro periférico da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Reconhecemos que pode parecer um contrassenso em tempos de globalização, internacionalização da economia, e mundialização dos mercados nos propormos a estudar, apenas um microcosmo da realidade do tecido sócio-espacial da capital fluminense.

Contudo, partimos da premissa que a atual estruturação dos bairros está diretamente associada às grandes transformações globais, de modo que no atual período-técnico-científico-informacional não podemos mais analisar um espaço por menor que seja, sem que as suas diferentes dimensões de escalas sejam consideradas. Do local para o global, ou do global para o local, tendo em vista a interconexão entre seus eventos. Sendo assim os espaços locais como bairro, comunidade, vizinhança não estão isolados de influências externas, pois existe uma relação dessas esferas sociais com os processos mais gerais e globais da sociedade. Nesse bojo quando nos propomos a estudar qualquer recorte espacial, uma cidade, um bairro, estamos propondo na verdade elucidar como o mundo se materializa nessas localidades.

Cumpramos mencionar, que no âmbito dessa pesquisa não nos interessa somente a experiência habitacional imediatamente anterior à transferência para o Conjunto habitacional Cidade de Deus. Outros dois momentos desses acontecimentos também nos preocupam: o da transferência para o conjunto habitacional, e o posterior a essa transferência. Esse último mais importante para nós. Isto porque, a delimitação do nosso universo empírico permite compreender que uma vez realocada/transferida de áreas favelizadas, alugueis, e outras situações de moradia precária da cidade do Rio de Janeiro,

a população destinada ao conjunto habitacional Cidade de Deus – CDD, perdeu as suas referências espaciais do território anteriormente habitado, e criou outros referenciais simbólicos no conjunto habitacional para onde foram removidos. Nosso propósito é evidenciar que o ponto de partida desta pesquisa considera o momento anterior à transferência dos moradores para a área do Conjunto. Após reflexão sobre essa dinâmica pretendemos pensar a constituição do bairro a partir do conceito de lugar (no âmbito dessa pesquisa, toda a área que compõe o conjunto habitacional Cidade de Deus, foco de nossa análise). É com esse propósito que buscaremos estudar o nosso recorte espacial, a Cidade de Deus. Tentaremos elucidar como a Cidade de Deus que é um bairro originário de um processo de exclusão, ocorrido em meados da década de 1960 conseguiu constituir-se em um dos principais lugares de resistência da metrópole carioca, nossa intenção é compreender as possibilidades e estratégias de ação utilizadas por esses sujeitos que por compartilhar um mesmo espaço de vivência, se organizam de forma coletiva através do espaço, para constituir uma força mobilizadora suficiente para estabelecer diálogos com as autoridades públicas e com outros atores sociais que influem no espaço urbano.

Para melhor sistematização e compreensão dos dados da pesquisa, estruturamos o presente estudo em quatro capítulos. No primeiro capítulo analisamos algumas definições do conceito bairro a fim de contextualizá-lo em nossa realidade espacial. No segundo capítulo promovemos um resgate histórico-geográfico do processo de formação das favelas na cidade do Rio de Janeiro, bem como as origens da formação do Conjunto habitacional da Cidade de Deus. Já no terceiro capítulo focamos nossa análise no processo de formação dos grupos comunitários de mobilizações políticas na Cidade de Deus que culminaram no ano de 2003 com a formação do Comitê Comunitário da Cidade de Deus – CDD. E por fim, no quarto e último capítulo buscamos refletir sobre os efeitos da nova política de segurança pública as UPPs sobre o cotidiano da vida dos moradores da Cidade de Deus bem como os conflitos existentes entre a UPP Cidade de Deus e as entidades de representação política existente no bairro.

Capítulo I.

PROPOSIÇÕES TEÓRICAS PARA COMPREENSÃO DO BAIRRO.

“A única maneira de estudar o bairro, sem cair no fragmento e nele permanecer, sem ficar preso a um pedaço da realidade que por ter uma dinâmica própria seduz, é considerar que a cidade e a totalidade de referência para o bairro, e enquanto totalidade a cidade é a sociedade”.

“Finalmente, a procura de um conceito fui descobrindo que havia diferentes noções de bairro perpassando a vida social, integrando-a em diferentes níveis. Que uma ideia de bairro, por vezes pode comportar representações, idealizações de espectro bastante amplo. Pode-se do bucólico evocar o morar entre arvoredos e jardins, garantindo privacidade, e também a segurança tão almejada, contra o universo concentrado da metrópole. No discurso e nas estratégias imobiliárias há também as representações de bairro como memória, como história, tanto quanto no circuito do comércio de bairro e em certas práticas preservacionistas. Mas percebi também que pelo menos em um nível de prática social subjaz uma ideia de bairro que se realiza no plano do vivido, da experiência existencial como prática espacial. São as práticas do espaço que combinam trajetos cotidianos, estando eventualmente lastreadas na cordialidade de um jornaleiro ou de um atendente de farmácia, de um manobrista de estacionamento e assim por diante. Estas são apropriações de espaço nos quais estão presentes alguns dos atributos do bairro”.

Odette Carvalho de Lima Seabra.

As cidades brasileiras são marcadas por múltiplas formas urbanas, e diversas configurações espaciais que evidenciam diferentes formas de apropriação do espaço urbano. Ao longo do processo de desenvolvimento da história da humanidade o espaço urbano e as cidades foram apropriados por diferentes grupos sociais, e cada um desses múltiplos agentes sociais imprimiram sobre a cidade sua marca, um registro de sua existência, que confere a cidade e as parcelas de seu território distintos significados e polifonias.

Sendo assim, o presente capítulo tem como finalidade compreender o conceito de bairro na geografia, e sinalizar para um panorama de concepções e possibilidades de leitura deste conceito em outros campos de conhecimento tais como na Sociologia, Arquitetura, na História e nas demais Ciências Sociais. Nossa pretensão é buscar algumas definições de bairro, e contextualiza-las em nossa realidade e conforme se manifesta especificamente nosso exemplo empírico. Neste capítulo, não pretendemos estabelecer um confronto comparativo do conceito de bairro nos diversos campos disciplinares, mas sim produzir um diálogo da ciência geográfica com outros campos de estudo. Podemos assegurar, que mesmo que por vezes sejam utilizadas contribuições teóricas de outras áreas do pensamento científico, nesta pesquisa, o estudo sobre o bairro será feito essencialmente sob a perspectiva da Geografia considerando, sobretudo as definições adotadas pelos autores que compõe o nosso referencial teórico-metodológico-conceitual. Buscaremos desta forma dirimir eventuais equívocos, relacionados diretamente com a forma de abordagem do temário, sobretudo sua análise.

Não será nosso intento, no entanto, chegar a uma concepção conclusiva, e cristalizada do que seja o bairro, mas sim realizar uma breve revisão teórica conceitual, pois tal como nos recorda o sociólogo Castells (1983, p. 134) “[...] *não se descobre bairros como se vê um rio; nós os construímos, determinamos os processos que chegam à estruturação ou à desestruturação dos grupos sociais no seu habitar [...]*”. Dessa forma o nosso propósito é única e exclusivamente contribuir para o resgate do conceito de bairro na ciência geográfica, e assim instrumentalizar a análise do nosso objeto de estudo.

1.1 . O conceito de bairro no Brasil. O resgate de uma trajetória.

Tendo em vista que o conceito de bairro tem sido há anos, motivo de árduo debate na geografia bem como em outros campos científicos. A multiplicidade de representações deste “fragmento” da cidade representa pra nós um desafio frente à impossibilidade de utilizarmos um único entendimento que possa abranger em toda sua complexidade as relações e sensações

sociais que ocorrem nesse espaço. Por isso, optamos por diversas conceituações de bairro que além de representar as variadas escalas de análise podem ser conformizadas de uma maneira que obedeçam às variadas interpretações referentes a esta unidade espacial.

Uma primeira concepção que adquirimos de bairro e que podemos trazer para discussão é o conteúdo sistematizado nos dicionários e enciclopédias de pesquisa e que podem ser utilizados primariamente como instrumento de entendimento desta realidade espacial. Em geral, as definições encontradas nos dicionários e enciclopédias de pesquisa descrevem o bairro como uma simples divisão territorial de uma cidade; tal como aponta o texto de Aulete (1948).

BAIRRO – Cada uma das partes em que se divide uma cidade (...) Em geral, uma porção de território de qualquer povoação. // Do lat. ‘barrium’, ou do ár. ‘barri’ (de fora, exterior).” AULETE, Caldas. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. 3 ed. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1948, v. 1.

Percebe-se que neste entendimento o bairro é compreendido como uma das principais divisões de uma cidade, ou porção de um determinado território, essa mesma reflexão aparece em outros dicionários tais como no vocabulário do Aurélio que caracteriza o termo bairro como sendo;

Cada uma das partes principais em que se localiza a população de uma cidade. / Porção de território de uma povoação, mais ou menos separada. / Arrabalde; subúrbio.

Interpretações similares a estas também podem ser adquiridas em outros dicionários tais como no vocabulário organizado por Corona e Lemos (1972), onde o conceito de bairro é apresentado como;

Cada uma das zonas principais em que se divide uma cidade, ou uma porção de território nas proximidades de um núcleo urbano.” CORONA & LEMOS, [...]. Dicionário da arquitetura brasileira. São Paulo:Edart, 1972.

Já na Enciclopédia Larousse Cultural (1988) encontramos outra contribuição sobre esse debate. Neste trabalho, com conceito de bairro aparece também a preocupação com a delimitação do espaço para fins de controle administrativo de uma parcela da cidade. Segundo Bezerra (2005, p.52). Neste contexto a denominação de bairro é empregado em algumas áreas como, por exemplo, um arraial ou uma povoação.

Ainda na Enciclopédia encontramos outros trechos, destacando a importância do idiossincrático característico a esta unidade espacial. Em uma pesquisa sobre o povoamento

do interior do estado de São Paulo e vizinhança, o sociólogo Antônio Candido Mello e Sousa ressalta que os elementos físicos e os laços afetivos estão intimamente ligados à população do bairro. Em um dos seus relatos, Sousa (1987, p. 57-65,) destaca que:

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o “sentimento de localidade” existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. [...] O que é bairro? - perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. - Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras.

Outra possibilidade de compreensão analítica do conceito de bairro é buscar pela origem etimológica da palavra, tal como nos ensina o geógrafo Marcelo Souza, em seu ensaio sobre o bairro como unidade política. Para Souza (1989) o significado do conceito de bairro pode ser compreendido a partir da raiz etimológica do seu vocábulo que advém do termo “*barrio*” cuja origem vem do árabe, e que só se encontra em nosso idioma, no português (bairro) e no catalão (barri). Segundo o geógrafo a etimologia do vocábulo é *barr, bar, terra, campo*, campo imediato a uma população, que originou o termo *Bar, barr, barrio*, e permaneceu com esse significado mesmo depois de se haver edificado nele; e por último veio a significar “*barrio*” uma das divisões locais ou municipais das povoações, e, sobretudo das grandes povoações. Ressalta-se também que em algumas localidades entende-se por “*barrio*” o mesmo que arrabalde, grupo de população situado no extremo da mesma, ou um pouco separado dela. Esse entendimento sobre o conceito de bairro, atribuído a um pequeno povoado rural pode ser encontrado em diversos registros no interior do Brasil, sobretudo associado [...] *aos pequenos povoados ou arraiais dos municípios*” localizados na Zona da Mata do estado de Minas Gerais (SOUZA, 1961, p. 23).

Souza (1989) nos demonstra através de seu estudo que em diversos vocabulários idiomáticos o conceito de bairro pode ser traduzido enquanto unidade política, tal como podemos constatar no idioma francês. Segundo o geógrafo embora na língua francesa a raiz etimológica seja diferente “[...] *o francês quartier designa uma realidade similar à do bairro. E também no caso francês, embora quartier e banlieue (subúrbio, periferia) não se confundam exatamente, podemos encontrar quartiers em áreas periféricas*” (SOUZA, 1989, p. 153, grifo do autor).

Já na língua inglesa, segundo o autor a questão se complexifica, visto que;

A palavra inglesa *neighbourhood* parece freqüentemente cobrir uma escala intermediária entre a *unité de voisinage* e o *quartier* da literatura sociológica culturalista francesa. Isto

explica o porquê de se enfatizar [...] o papel do *neighbourhood* como uma “área de relações primárias e espontâneas”, o que não combina com o conceito francês de *quartier*, aproximando-se, isto sim, da *unité de voisinage*. No entanto, parece que a *neighbourhood unit* dos anglo-saxões e a *unité de voisinage*, à parte a analogia vocabular, não são rigorosamente idênticas, embora muitas vezes recubram a mesma escala espacial, pois a *unité* [...] se me afigura elástica a ponto de abarcar escalas muito pontuais (como um prédio de apartamentos), o que não seria o caso do *neighbourhood*. Seja como for, são as relações de tipo primário, e não as de tipo secundário como no *quartier*, que definem em princípio o *neighbourhood* (SOUZA, 1989, p. 153-154, grifo do autor).

O geógrafo também assinala que;

O *district*, outro referencial, define-se precipuamente pelas relações de tipo secundário que se dão à sua escala. [...] o *district* estará extremamente próximo do bairro, do “*barrio*” e do *quartier* [...], varia não somente conforme o indivíduo, mas também segundo a cidade em questão. Por outro lado, talvez justamente por representar uma escala amiúde excessivamente ampla, parece que o *neighbourhood*, e não o *district*, é o recorte territorial preferencial dos ativismos anglo-saxões, o que aparentemente também denuncia seu extremado paroquialismo desses ativismos (SOUZA, 1989, p. 154, grifo do autor).

Podemos observar, sobretudo no trabalho de Souza (1989, p. 154), que a dificuldade na busca de uma definição conceitual do bairro, persiste não só na língua portuguesa mais em algumas das principais línguas do mundo. De maneira que a ambiguidade e imprecisão conceitual acerca deste termo nos impulsionam a buscar uma segunda combinação de definições para estruturar nosso debate. Seriam aquelas representadas por características físicas e dimensionais, particulares de cada recorte espacial.

1.2. O bairro na Geografia. Em busca de um marco Conceitual.

Tendo em vista a produção rarefeita, ou quase inexistente sobre o conceito de bairro na geografia, pensamos que seria pertinente traçar um panorama da trajetória desse debate no contexto da realidade brasileira. Partimos da premissa que o levantamento desse histórico é de extrema relevância e pertinência para a ciência geográfica, e não deve ser secundarizado nos debates científicos. Tal como sinaliza Souza (1989).

Uma discussão sobre o bairro se me afigura como uma empreitada vasta e séria, dado seu cunho polêmico e sua importância política que merece até mesmo uma pesquisa a parte. (SOUZA, 1989. P. 148).

Em seu artigo, Souza (1989) irá identificar que não existe uma tradição no estudo geográfico acerca do conceito de bairro, ao contrário, este, apesar de explorado como recorte espacial, padece de maiores discussões teóricas na geografia. Colocando se em uma

perspectiva contundentemente crítica em relação a produção sobre este conceito, o autor irá asseverar que *“Na Geografia, a discussão teórica sobre o bairro tem sido tradicionalmente superficial”* (p. 141-142). Entretanto, nas últimas décadas do período atual registramos no Brasil um quantitativo expressivo de trabalhos que assumem o conceito de bairro como recorte de análise, especialmente na perspectiva da metrópole. Esse recente fenômeno veio suprir a carência da ciência geográfica evidenciada por Souza (id, 1989, p. 141). Visto que, existe uma grande lacuna quando se examina a literatura acadêmica *“à procura de tratamentos teórico-conceituais da realidade bairro, surpreende-se com a relativa escassez destes, pelo menos no que concerne a contribuições de peso”*. Ainda de acordo com este autor,

Na Geografia, a discussão teórica sobre o bairro tem sido tradicionalmente superficial, não faltaram, é certo, alusões aos bairros nas grandes obras de sistematização teórica em Geografia Urbana, bem como nos estudos de caso de um (ou mais) bairro(s) era(m) objeto de atenção. Todavia, a constituição e os interesses da geografia clássica enquanto “ciência da ponte homem/meio” impediram a construção de um ambiente intelectual favorável ao estudo do bairro num nível de aprofundamento satisfatório quanto à natureza e ao papel social dessa realidade. A Geografia clássica ficava satisfeita em poder estabelecer, partindo do senso comum, do “bairro” como uma noção popular dada “a priori” ao pesquisador, a natureza da individualidade, da “alma singular” de um determinado bairro, enfatizando a relação do meio físico (sítio) com a ocupação humana. (Op.Cit., p. 141-2).

Sendo assim, apresentaremos um panorama geral das possibilidades de apropriação do conceito de bairro na perspectiva da tradição da Geografia Urbana Tradicional de orientação tradicional, na Geografia de cunho Marxista, e as possibilidades do conceito de bairro segundo a tradição da Geografia Humanística da Percepção e do Comportamento. Neste sentido, a partir do cenário exposto, optaremos no presente trabalho por estabelecer um diálogo entre diversas correntes do pensamento geográfico. Dada a complexidade da nossa realidade de estudo.

1.3. Do senso comum ao conceito geográfico. O bairro na Geografia Tradicional.

A Abordagem tradicional da Geografia desenvolvida no Brasil nas primeiras décadas do século XX a partir da chegada da missão francesa à Universidade de São Paulo (USP) tinha como meta abordar as relações do homem com o seu entorno. Através de formulação de leis gerais de interpretação, buscava-se uma explicação objetiva e quantitativa da realidade. Apesar de valorizar o papel do homem enquanto sujeito histórico, a Geografia Tradicional propunha em sua análise da produção do espaço geográfico, estudar a relação homem

natureza sem priorizar as relações sociais. Enfatizava-se, por exemplo, o estudo da população, mas não da sociedade, buscava-se compreender os estabelecimentos humanos, mas não as relações sociais, as técnicas e os instrumentos de trabalho, mas não o processo de produção. Ou seja, não se discutiam as relações intrínsecas à sociedade, abstraindo assim o homem de seu caráter social. Essa corrente da Geografia era estruturada basicamente, em estudos empíricos, e articulava-se de forma fragmentada e apresentava um forte viés naturalizante.

Em relação aos estudos urbanos dentro da abordagem tradicional (notadamente a francesa, da qual a Geografia brasileira é herdeira) o conceito de bairro adquiriu uma expressiva centralidade e foi desenvolvido de forma significativa nessa corrente teórica, sobretudo por que a Geografia Tradicional propunha um padrão de estudo urbano, cujo principal objetivo era a busca das singularidades, e dos aspectos particulares da configuração de cada espaço urbano e da relação deste com o seu sítio geográfico. Esta escola do pensamento da geografia, fortemente tributária da tradição empirista de Vital de la Blache, acabou por produzir um estudo padrão de caráter descritivo conhecido como “*monografia urbana*”. Entre os anos de 1943 e 1965, um número expressivo de cidades brasileiras foi objeto de estudos monográficos produzidos por de instituições de pesquisa, de órgãos públicos ou elaborados em processo coletivo durante os congressos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). As monografias urbanas congregavam a produção de conhecimento sobre a cidade, e revelavam a vocação teórica dessa escola de pensamento.

Cumprе mencionar, que dentre os pressupostos metodológicos operacionais privilegiados nessa abordagem teórica, foi o método ideográfico, que predominou na produção dessas monografias regionais. Conforme pode ser observado através do relato contundente do geógrafo Mauricio de Abreu (1994). “*Neste tipo de estudo se descrevia o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade, os seis elementos básicos da monografia, tal como estabelecidos por Pierre Mombeig em 1941*”. Com a ênfase dada à descrição, o conceito de bairro ganha centralidade e é incorporado aos estudos científicos sem ser transformado em outra expressão (tal como estrutura interna da cidade), correspondendo exatamente à realidade observada. Compreendido como um dos múltiplos fragmentos em que está dividida a cidade, a compreensão do bairro vem a partir da descrição de sua paisagem, da classificação de sua função e detalhamento de sua história.

Deste modo, na abordagem da Geografia Tradicional, os bairros são unidades que, em conjunto, formam a cidade. Cada bairro é único e a compreensão desta unidade vem da

consideração de sua fisionomia, função e história, assim como a consideração de seu sítio e situação. Por outro lado, a compreensão das partes da cidade ganha um novo viés através do desenvolvimento da abordagem conhecida como Ecologia Humana, desenvolvida pela Escola de Chicago de Sociologia Urbana.

Durante o período de sua consolidação, a Geografia Tradicional chegou a participar de um intenso debate epistêmico com a Ecologia Humana através da linha de pesquisa que estava sendo implementada na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo. A polêmica com os ecologistas, especialmente através do seu maior expoente o sociólogo Donald Pierson (que em 1939 veio ao Brasil, dar aulas na Universidade de São Paulo, e difundir as teorias que apresentavam mecanismos de segregação social e, consequentemente, espacial da cidade) estava diretamente relacionado as divergências metodológicas operacionais estabelecidas entre essas duas abordagens do pensamento social. Ressalta-se que as teorias difundidas por Pierson foram amplamente usadas e criticadas pela academia brasileira. Tal como assinala Mendonza (2005).

Pierson incorpora-se, em 1939, à Escola Livre de Sociologia e Política, criada em 1933 e, em 1941, cria a Divisão de Estudos Pós-Graduados dando, assim, início à formação de alunos e discípulos através de aulas, seminários, conferências, traduções de livros e artigos, contatos com instituições, universidades e professores estrangeiros. O programa de Pierson incluía a ida de seus alunos ao exterior, como foi o caso de Mário Wagner Vieira da Cunha, Oracy Nogueira, Juarez Brandão Lopes e Levy Cruz, para a Universidade de Chicago e outros, para diversas universidades. Esta foi uma maneira de treinar profissionais capacitados, mas, ao mesmo tempo, de reprodução e construção de uma maneira de fazer pesquisa no Brasil. (Mendonza, 2005, p. 444).

No Brasil, a difusão destas teorias pelo sociólogo Donald Pierson provocaram embates homéricos no meio acadêmico, na medida em que, na mesma época, Pierre Monbeig seguia na consolidação do estudo da cidade pela Geografia. (ABREU, 1994). Enquanto Monbeig pregava o estudo do idiossincrático através do trabalho de campo, Pierson propunha estudos intra-urbanos de caráter teórico, tentando determinar as características gerais dos fenômenos, para assim construir leis e padrões. Para a construção destes “*modelos de padrão*” seria necessário estudar o homem urbano, matéria-prima dos estudos espaciais de caráter sociológico. Houve pouco diálogo entre acadêmicos da abordagem tradicional e da Ecologia Humana no Brasil, “pois são duas propostas científicas, duas propostas antagônicas. De um lado, a busca do peculiar e do único [abordagem tradicional]; de outro, a procura do geral, do uniforme [Ecologia Humana]”. (ABREU, 1994, p. 212).

Esta disputa epistemológica foi vencida pelos estudos empíricos da tradição geográfica, que deram a tônica dos estudos urbanos por quase três décadas. Somente no início

da década dos anos de 1960 que os modelos espaciais entrariam nos estudos urbanos do Brasil. Isto aconteceu por que logo após o término da segunda Guerra Mundial a sociedade viu-se amplamente transformada. Entre as mudanças mais notáveis que abalaram o mundo nesse período podemos destacar a substituição do modo de produção capitalista concorrencial pelo capitalismo monopolista, e a adoção de medidas de controle da economia pelos Estados, surgindo assim a preocupação com a prática do Planejamento Regional. Já no caso brasileiro, ressaltam-se as mudanças ocorridas, entre os períodos caracterizados pelos governos de Juscelino Kubitschek e dos militares, e a modernização da agricultura provocando intenso êxodo rural e industrialização. (CAMARGO e JÚNIOR, 2004). De maneira que nessa conjuntura de transformações político-econômicas, já não era pertinente continuar desenvolvendo trabalhos monográficos tradicionais.

Em relação aos estudos de bairro desenvolvidos no Brasil sob a perspectiva da Geografia Tradicional podemos destacar os trabalhos desenvolvidos por Renato Silveira Mendes (1958) e o de Maria Therezinha Segadas Soares (1958). Ambos compreendiam o bairro como espaço de idiossincrasias e especificidade no contexto da metrópole. Mendes em seu estudo *“Os Bairros da Zona Norte e os Bairros Orientais”* analisou os bairros das zonas norte, sul, orientais e ocidentais da cidade de São Paulo; Já Soares em seu clássico trabalho *“O Conceito de Bairro e sua Exemplificação na Cidade do Rio de Janeiro”* discorreu a respeito de alguns bairros cariocas a partir da coexistência de uma série de elementos (sítio, conteúdo social, paisagem urbana e função) que os diferenciavam em meio a outros da mesma cidade¹. Tal como já era sinalizado também no trabalho de Mendes (1958, p. 185), para o autor *“o bairro possui determinadas características muito próprias que, com o passar do tempo, se reforçam e acabam por individualizá-lo de maneira inconfundível, tanto para os que nele habitam como no conceito geral da população citadina”*.

Nesse sentido, podemos compreender o bairro na geografia Tradicional como resultado da vida prática daqueles que nele habitam e como materialização do movimento dos elementos concretos que se associam aos contextos prático–sociais resultados das atividades econômicas, culturais, e religiosas. Essa individualidade se constrói e se consolida ao longo do tempo histórico e se efetua repleta de elementos objetos, produtos e relações que se transformam em referências que nos motivam acreditar que não existem bairros semelhantes.

Segundo Candido (1998) em suas análises sobre bairro rural,

O conceito de bairro começa pela base territorial, essencial á sua configuração [...] mas além de determinado território, o bairro se caracteriza por um elemento, o sentimento de

¹ Esses conceitos serão retomados por nós, e melhor desenvolvidos ao longo do capítulo.

localidade existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer um esqueleto topográfico. (Candido, 1998, p. 64).

Segundo o geógrafo Pierre George, o bairro se apresenta como unidade de vida social. Para o autor, *“a unidade de base da vida urbana é o bairro: na origem, com frequência, uma antiga unidade religiosa ou uma paróquia ainda em atividade ou um conjunto funcional como ‘bairro’ do mercado, a zona de agrupamentos dos artesãos de uma ou várias profissões, o bairro dos conventos, etc.”*. Como unidade de vida social, o bairro proporciona a seu morador a consciência de ser parte de algo, e que esse algo vai além do bairro, alcança a cidade, a vida pública e se organiza como representação popular (Jesus, 2006 p. 11).

Após período de publicações desses trabalhos poucos estudos de grande escopo foram encontrados na geografia brasileira a cerca dessa temática. De maneira que uma grande lacuna se estabeleceu até meados dos anos oitenta quando a temática é regatada com novo fôlego. Conforme nos recorda Seabra (2003, p. 50) *“a partir dos anos sessenta diminuem as motivações de estudos sobre bairro entre nós”*, só sendo retomado efetivamente a partir da década de 1980, com o resgate de alguns aspectos contemplados nos primeiros estudos aqui comentados, que adicionados a outros de natureza da vida cotidiana, iniciam uma nova fase na sua análise.

Assim é que o geógrafo Francisco Capuano Scarlato (1988) preocupado em desvendar a realidade objetiva do bairro do Bexiga (São Paulo) reafirma que a opção pelo estudo do bairro conduz a uma maior complexidade do que a simples escolha de um território com limites administrativos, uma vez que:

Ele (o bairro) é o resultado de um conjunto de relações sociais que passam pela consciência histórica de pertencerem a uma localidade, cujos limites podem ser definidos pelo grau de relações entre as pessoas ao viverem um mesmo cotidiano, problemas de rua ou quarteirão, cria um clima de “cumplicidade” para viver ou encontrar saída para os mesmos. O bairro pode ser encarado portanto, como lugar onde as relações de vizinhança se encontram mais bem configuradas (Op. Cit., p. 178).

Dessa forma, para o autor o bairro constitui uma unidade espacial de profunda significância à compreensão das transformações de uma cidade ou da sociedade como um todo. Unidade menor onde se realiza com intensidade a vida cotidiana da população urbana, é ainda o lugar onde se manifesta importantes movimentos sociais urbanos (Op. Cit., p. 179).

Contudo, desde então, muitos autores, de diversas correntes do pensamento geográfico dedicaram seus trabalhos sobre o espaço urbano tendo o bairro como recorte e/ou objeto de estudo. Um significativo número de escritos foram produzidos nos grandes centros de Pós-graduação em Geografia do Brasil, tais como no Programa de Pós-Graduação em Geografia

Humana da Universidade de São Paulo, sob a tradição marxista-lefebvriana, bem como nos programas de Pós-graduação dos Departamentos de Geografia da Universidade Federal da Bahia, e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, trabalhos estes ancorados na Geografia Humanística.

1.3.1. O bairro na Geografia Tradicional. E sua dimensão Morfológico-Dimensional.

Tendo em vista que o bairro se revela como uma forma física, um espaço urbano que cresce, e se desenvolve segundo tais eixos ou tais direções, e que em um determinado tamanho, seu traçado segue uma determinada lógica espaço-social. Podemos assegurar que o bairro caracteriza-se como uma unidade morfológica espacial e morfológica social ao mesmo tempo. (Barros 2004, p. 59). Essa concepção é apresentada na análise desenvolvida por Bezerra (2011) ao apropriar-se da perspectiva do conceito de Rossi (1995 apud Bezerra 2011, p.25). Segundo o autor;

[...] a cidade, na sua vastidão e na sua beleza, é uma criação nascida de numerosos e diversos momentos de formação; a unidade desses momentos é a unidade urbana em seu conjunto, a possibilidade de ler a cidade com continuidade reside em seu preeminente caráter formal e espacial [...] O bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem. Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro.

A geógrafa Maria Therezinha de Segadas Soares em trabalho publicado em 1987 que é um importante referencial no que concerne ao estudo do bairro também já apontava para a característica de compartimentação que o bairro representa na cidade uma vez que se constitui em frações desse espaço tão amplo que é o meio urbano. Segundo a autora os bairros possuem atributos próprios que lhes conferem certa especificidade e originalidade.

Uma cidade é um conjunto de bairros, cada um com fisionomia própria, resultante da sua função, de seus habitantes e de sua idade. Todos esses bairros, mais ou menos integrados entre si, formam a cidade. Um bairro urbano tem uma feição que só a ele pertence, uma vida particular, uma alma. (Segadas Soares 1987, p. 105).

Contudo, apesar das especificidades que caracterizam cada bairro, ele só pode ser compreendido a partir da totalidade da cidade. Ou seja, o bairro não se constitui em uma

unidade isolada e autônoma. O bairro é uma unidade, porém, uma “*unidade relativa*” que só pode ser pensada tendo em vista a cidade como totalidade, não sendo a base, ou seja, a estrutura, da vida urbana. A base da vida urbana é o centro. É somente a noção de centralidade que torna possível a cidade e seus bairros. Por isso a centralidade é a essência da cidade. O bairro só existe diante da cidade, não pode ser pensado desvinculado dela e, portanto, também não pode ser pensado desconsiderando a centralidade da cidade. Sobre a unidade entre o bairro e a cidade, Segadas Soares (1987) explicita:

Cidades e bairros são, pois, uma coisa só: não se pode compreender uma cidade sem analisar seus bairros, mas ao estudarmos um bairro temos sempre que ter em mente a cidade a qual ele pertence. (Segadas Soares 1987, p. 120).

Segundo o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (1989) na tradição da Geografia urbana os bairros são classificados a partir de suas características morfológicas sempre “*enfatizando a relação do meio físico com a evolução da ocupação humana*” (Souza 1989, p.142). Um exemplo didático desta definição está evidenciado no artigo de autoria das geógrafas Teixeira e Machado (1986) que afirmam que um bairro pode ser caracterizado, a partir de três importantes elementos, a *paisagem urbana*, o *conteúdo social* e a *função*. Para as geógrafas:

A **paisagem urbana** está refletida no tipo, estilo e idade das construções, no traçado de suas ruas etc.; o **conteúdo social** é referente ao modo e ao padrão de vida de sua população; a **função** é a atividade básica que o bairro desempenha dentro do organismo urbano, isto é, função residencial, comercial ou administrativa, para a qual desenvolve um determinado equipamento funcional. (Teixeira e Machado 1986, p. 66, grifo nosso).

A partir das contribuições de Segada Soares (1987) podemos agregar um quarto elemento de compreensão analítica dos bairros, o *sítio*, em que as características singulares do relevo em que são constituídos os bairros, em alguns casos, são de grande relevância. Em especial na cidade do Rio de Janeiro e que segundo a mesma, possui um elemento decisivo na definição dos bairros. A autora nos brinda com a seguinte elucubração:

No caso do Rio de Janeiro, um quarto elemento pela importância que tem na individualização e certos bairros da cidade. Trata-se do *sítio* do bairro, isto é, do local onde ele se implantou [...] O número de bairros que se enquadram cada um dentro de determinada unidade do relevo é grande, no Rio de Janeiro, o eu não acontece em outras cidades instaladas em sítios mais planos e menos acidentados. (Segadas Soares 1987, p. 106).

Outra possibilidade de entendimento, e compreensão analítica dos bairros é equacioná-lo como sendo intermediário entre as três escalas básicas que compõem, e formam uma cidade. E que segundo Barros (2004) podem ser elencadas como sendo:

- A escala da rua

Apresenta-se como um dos principais elementos da paisagem urbana, e que abriga os imóveis de habitação; entendendo o imóvel como uma parcela cadastral em que a principal ocupação do solo é constituída por construção.

- A escala de bairro

É composta por um conjunto de quarteirões com características comuns;

- A escala da cidade

Esta é considerada como um conjunto de bairros.

A mesma interpretação pode ser realizada a partir da leitura de Lamas (1993), só que denominando as escalas de “dimensões”. É notório que existe uma grande similaridade entre as duas representações. Porém, a autora utiliza as dimensões para classificar as escalas urbanas.

- “Dimensão Setorial – a escala da RUA

É a menor unidade, ou porção de espaço urbano, com forma própria. Neste espaço os elementos morfológicos identificáveis são essencialmente os edifícios, o traçado e também a árvore ou a estrutura verde, entre outros instrumentos urbanos de escala menor.

- Dimensão Urbana – a escala do BAIRRO

Esta escala destaca-se visto que é a partir desta dimensão, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. “Pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. Corresponde numa cidade aos bairros, às partes homogêneas identificáveis, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade”. (LAMAS, 1993, p. 74). Nesta dimensão, os elementos morfológicos terão de ser identificados através das formas. A escala inferior e a análise da forma necessitam do movimento e de vários percursos. São os traçados e praças, os quarteirões e monumentos, os jardins e as áreas verdes que constituem os elementos morfológicos identificáveis.

- Dimensão Territorial – a escala da CIDADE

E por fim, a dimensão territorial que, segundo Lamas (1993), está compreendida pela cidade propriamente dita. Nesta escala, a forma das cidades estrutura-se através da articulação de diferentes formas à dimensão urbana com diferentes bairros ligados entre si. A forma das cidades define-se pela distribuição dos seus elementos primários ou estruturantes: o sistema

de arruamentos e os bairros, as zonas habitacionais, centrais ou produtivas, que se articulam entre si e com o suporte geográfico.

Nesta perspectiva adota-se a metáfora escalar de Lamas (1993 apud Bezerra, 2011, p. 26) conforme demonstra a figura abaixo, sendo o urbano, manifesto no interior da cidade desde a casa até a cidade, por intermédio da rua e do bairro, respectivamente, em que cada unidade apresentará sua morfologia particular (figura 01).

Figura 01 - Escalas do urbano interior da cidade (Fonte: Bezerra, 2011)

Após uma análise criteriosa dos aspectos morfo-dimensionais do conceito de bairro. Percebemos que por mais que se busquem referenciais numéricos de equipamentos, moradia, e número de habitantes para que um determinado espaço possa ser classificado como um bairro, ainda assim, não conseguiremos compreender a complexidade desta porção do espaço urbano. Sobretudo por que em nosso entendimento a definição de bairro vai muito além do que simples referências numéricas, e aspectos morfológicos.

1. 3.2. O bairro e sua dimensão Política Administrativa.

Tendo em vista a impossibilidade de esgotamento da complexidade do tema através de uma perspectiva unidirecional, cumpre a nós investigar outras possibilidades de apreensão deste conceito. Neste sentido, não podemos deixar de analisar a interpretação do poder público, responsável por gerir as questões de ordem político-administrativa da sociedade, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Sobretudo por que grandes partes destes órgãos gestores compreendem o bairro apenas como um espaço de reivindicações coletivas.

Inegavelmente, o bairro constitui hoje a unidade urbana, a representação mais legítima da espacialidade de sua população, e não é por acaso que São Paulo conta com 900 “sociedades de moradores”, também conhecidas como “sociedade amigos do bairro”, cuja territorialidade é facilmente estabelecida (WILHEIM, 1982, p. 63).

Essa compreensão encontra-se emprenhada em quase todas as estâncias públicas de gestão administrativa, e se coaduna com a mesma interpretação encontrada anteriormente em alguns dicionários e em outras fontes normativas. Nessa concepção simplória de bairro, o mesmo é concebido apenas como um dos múltiplos fragmentos da cidade que existe apenas para possibilitar a operacionalização das pessoas no espaço urbano e uma melhor gestão do poder público, sobretudo no tocante a prestação de serviços básicos, como coleta de lixo, saúde, correios e outros. Tal como sinaliza Bezerra (2011).

Algumas prefeituras tornam-se um tanto sucintas quando tentam definir esta porção espacial. Por exemplo, para a prefeitura municipal de Natal, o bairro é tido como uma unidade territorial de planejamento que utiliza referenciais conhecidos pela população (Bezerra 2011, p. 27).

Nesta concepção de bairro, o mesmo é apresentado pelo poder público apenas como um modelo sócio-espacial onde os limites territoriais são os fatores mais preponderantes, e essenciais na sua caracterização.

Para definir um bairro, se usam por sua vez, critérios físicos e critérios sociais [...] As áreas têm que distinguir-se umas das outras, as fronteiras devem ter significado, com uma vida característica em comum. As divisões políticas e as divisões planificadoras são demasiado grandes. As delimitações mais claras de áreas subjetivas têm lugar quando barreiras físicas bem definidas coincidem com os esquemas cognitivos. (Rapoport 1978, p.163)

Em sua contribuição ao estudo da temática, Vieira (2001, p. 1) também acrescenta que:

A divisão das cidades modernas em bairros tem como uma das causas **a necessidade** que tem o **poder público** de **reconhecer** a nomenclatura espontaneamente atribuída, por seus habitantes, a **trechos individualizados do espaço**. (grifo nosso)

Na contramão dessas perspectivas, Segada Soares aponta que o bairro é para seus moradores muito mais que uma simples divisão administrativa feita pelo poder público para cobrar impostos e regular a cidade. Para a autora:

A noção de bairro é uma noção de origem popular tirada da linguagem corrente. Para o habitante da cidade, o bairro constitui, no interior da mesma, um conjunto que tem sua própria originalidade. Apesar de a administração municipal se aproveitar muitas vezes dessa noção para com ela rotular as circunscrições administrativas, não há na maioria dos casos, coincidência entre noção popular de bairro e as pequenas unidades administrativas ou fiscais. (Segadas Soares, 1987 p.105 grifo nosso).

Como bem sabemos no processo de identificação de um bairro, para a maioria dos seus habitantes, não interessa o seu limite imposto por um órgão administrativo, porque se já

o identificam físico-cognitivamente, sendo assim, pouco lhes importa até onde se estendem seus limites.

As pessoas conscientemente ou inconscientemente sempre “demarcam” seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração em geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. (Souza, 1989 p. 150).

Apesar disso, acreditamos que os limites administrativos devem permanecer e coexistir com os limites subjetivos, visto que na grande maioria das vezes, eles não se encaixam. A divisão administrativa é de grande relevância porque é a partir destes limites que o recorte do bairro é identificado oficialmente e planejado ou assistido pelo órgão gestor. Nesse contexto, segundo Souza (1989):

[...] e todavia, se a ambiguidade realmente existe (pois os limites não são inquestionáveis), não estamos diante de verdade x mentira, mas perante uma situação permitida pela impossibilidade de concretamente, estabelecer uma fronteira objetivamente bem fundamenta e perfeitamente linear [...]

É nessa perspectiva que professora Odete Seabra (2003, p. 26) nos recorda que a grande dificuldade em alcançar dimensão conceitual do bairro *“está em circunscrever, no presente, essa essência gregária perpassada por institucionalidades, porque isto pode levar a um formalismo que pouco esclarece da vida social”*. Nesse bojo perseveramos na tentativa de encontrar uma interpretação genuinamente geográfica sobre o conceito de bairro, uma vez que as definições empobrecidas de cunho político-administrativo encontram-se em crise e não dão conta de compreender a complexidade histórico-social da realidade do bairro. Tal como assevera Segadas Soares (1987) ao colocar que:

A noção popular de bairro é muito mais geográfica, mais rica e mais concreta. Ela se baseia num sentimento coletivo dos habitantes que têm consciência de morarem em tal ou qual bairro (Segadas Soares 1987, p. 105).

Em nossa exegese, um bairro não pode ser classificado unicamente como uma área demarcada para utilização de ordem administrativa de seus habitantes. O bairro deve ser o resultado dos limites estabelecidos pela administração pública em consenso com os limites subjetivos dos moradores do bairro. Sobretudo por que ta concepção político administrativa não abarca a complexidade de relações e sensações sociais que se dão nesse fragmento da cidade.

1. 4. O bairro na perspectiva da Geografia Marxista.

A Geografia Marxista foi consagrada como um corpo teórico-metodológico por volta de 1970² e se baseia teórica e filosoficamente no materialismo histórico-dialético. O espaço, antes negligenciado pela geografia tradicional, agora aparece como um conceito chave. Segundo Corrêa (2003) *“debate-se, de um lado, se na obra de Marx o conceito de espaço está presente ou ausente, e de outro, qual a natureza e significado do espaço”* (CORREA, 2003, p. 23-4). Nas palavras do geógrafo José Willian Vesentini a Geografia Marxista pode ser definida:

(...) uma corrente da geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais. (...) Essa **geografia radical** ou **crítica** coloca-se como ciência social, mas estuda também a natureza enquanto recurso apropriado pelos homens e enquanto uma dimensão da história, da política. Suas fontes de inspiração vão desde o marxismo (especialmente o do próprio Marx) até o anarquismo (onde se ‘recuperam’ autores como Elisée Reclus e Piotr Kropotkin), passando por autores como Michel Foucault (...), Claude Lefort, Cornelius Castoriadis, André Gorz (...), Henri Lefebvre e outros. Mas, sobretudo inspira-se na compreensão transformadora do real, na percepção da política do espaço. (Vesentini, 1985, p. 57- grifo do autor).

Tal como ressalta Vesentini (1985) a Geografia Marxista foi denominada, por seus adeptos como *“uma Geografia Radical”* ou *“uma Geografia Crítica”³*. O Uso frequente da palavra *“Crítica”* ou *“radical”* associado a essa corrente da geografia serve para ressaltar a natureza polêmica desse segmento no bojo do pensamento geográfico. Entretanto podemos afirmar que todas essas nomenclaturas *“Marxista”*, *“Radical”* ou *“Crítica”* servem para caracterizar um mesmo segmento da ciência geográfica que é resultante do fenômeno de renovação da geografia iniciado nos finais da década de 1960. O geógrafo Vesentini (1986) ao justificar o uso da expressão *“geografia radical ou crítica”*, declarou que *“(...) uso indistintamente os dois termos porque não creio que o fato de uma delas ter se iniciado nos*

2 Segundo Ana Fani Alessandri Carlos, “os anos 70 marcam as grandes transformações nos modos de pensar, fazer ensinar a geografia. A partir da matriz do historicismo, podemos abordar duas importantes tendências: a marxista, que determinou as bases do movimento chamado Geografia Crítica ou Geografia Radical e a fenomenologia. Na primeira, o materialismo dialético permitiu pensar de outro modo a articulação entre as disciplinas abolindo-se as fronteiras entre as mesmas, abrindo para a geografia um debate profícuo com a sociologia e com a economia, além de seu parceiro constante, a história (CARLOS, 2002, p.164).

³ Várias razões podem ser indicadas para explicar porque essa expressão em particular consolidou-se como a de uso mais frequente no Brasil. Luis Lopes DINIZ FILHO afirma que o uso da expressão “Geografia Crítica” no sistema de ensino iniciou-se com a reforma educacional promovida a partir da proposta elaborada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) do governo do estado de São Paulo na gestão Franco Montoro (1983-87). Segundo o autor, isso ocorreu porque o uso da expressão “Geografia Dialética”, que até então era empregada com maior frequência, poderia dificultar ainda mais a aprovação da proposta da CENP, que enfrentava resistências por parte do corpo docente e da própria mídia.

Estados Unidos e a outra na França seja motivo para estabelecer diferenças essenciais; pelo ângulo das preocupações, dos temas, dos pressupostos, etc., que é o mais relevante, não há de fato nenhuma separação significativa entre essas duas tendências recentes da geografia” (Vesentini, 1986, p. 13).

Neste sentido, tal como Vesentini nos apropriaremos indistintamente desses termos, tendo em vista que eles correspondem ao mesmo segmento geográfico. Outro ponto a ser ressaltado é em relação ao desenvolvimento da análise do espaço na obra da teoria marxista, pode se dizer que este fenômeno atribui-se fundamentalmente, ao aumento das contradições sociais e espaciais tanto nos países centrais como periféricos, devido a crise geral do capital durante a década de 1960 (CORRÊA, 2003). Os conflitos que antes eram vistos como entidades naturais agora passam pelo crivo de uma crítica ao capital, esboçada e fundamentada em diversos níveis de análise. A partir de novas visões tendências (fundamentalmente marxistas), a geografia chamada crítica visava dar conta das transformações vivenciadas a partir dos anos de 1970. Milton Santos (1982, p. 15) em texto singular – Geografia, Marxismo e subdesenvolvimento, - alertas-nos enfatizando tal contextualização apontando para as contradições existentes nas extremas concentrações de poder dos gigantes Estados-corporações, que renovam o interesse por Marx e seus discípulos. Assim inicia-se uma nova construção do conceito de espaço, fundamentado teoricamente no Marxismo e empiricamente a partir das contradições existentes no Capitalismo Pós - Segunda Guerra Mundial.

Sobre a produção de pesquisas acerca da temática do bairro ancoradas na tradição da geografia de cunho marxista vale ressaltar que esta sempre compreendeu analiticamente o bairro como unidade urbana resultante das relações de produção e das contradições impostas pelo modo de produção capitalista⁴, tal como podemos observar na próxima citação:

O bairro, como unidade urbana ou meio residencial específico, não tem, para os marxistas, sua individualidade sustentada por uma relação de tipo ecológico entre um grupo e seu Espaço. Rejeita-se, portanto, a ideia da formação de uma “área natural” (ou “área social”, na pena propriamente culturalista), espacialização de uma cultura analisável individualmente porque internaliza diferenciadamente, comparativamente a outros bairros, as determinações globais de modo de produção, internalização diferenciada essa que é historicamente mutável e comandada pela própria lógica do modo de produção em sua

4 As categorias mais utilizadas pelos geógrafos críticos e radicais em sua linguagem são as seguintes: *sociedade, classes sociais, homem, forças produtivas, trabalho, prática, urbanização, práxis, valor, valor do espaço, forma, processo, relação, determinação, movimento, objeto, teoria, ideologia, linguagem, método, real, totalidade, natureza, espaço, espaço geográfico, arranjo espacial, paisagem, forma espacial, lugar, formação econômico-social, modo de produção, capitalismo, produção, formação social, mercadoria, país subdesenvolvido, função, capital e Estado-Nação*. Mas o autor ressalta que “(...) grande parte dessas categorias são ainda utilizadas apenas como forma de definir uma linguagem, mais própria dos geógrafos humanos do que dos geógrafos físicos, apesar da maior preocupação com o objeto do que com o sujeito” (SILVA, 1984, p. 132-133 – grifo do autor”).

exigência de divisão espacial do trabalho, em seu corolário de segregação sócio-espacial, etc. (SOUZA, 1989, p. 147)

Segundo Souza, salvo algumas raras exceções⁵, em sua abordagem, os marxistas sintetizaram a compreensão da cidade e do espaço somente a partir da lógica do capital, para os autores marxista “*o movimento que configura o bairro tem na propriedade capitalista da terra uma mediação essencial*” (SEABRA 2003, p. 25). Para a geógrafa Odette Seabra:

A propriedade territorial foi o suporte essencial dessa espacialidade, ao mesmo tempo que contribuía para moldar uma hierarquia implícita da vida de bairro. De todo modo, não se pode recusar que a história urbana guarda tipologias de bairros. Por isso a busca de um conceito de bairro, aqui perseguida, teve que contemplar diversidades. O bairro, o não-bairro, a cidade e o urbano tiveram que ser compreendidos como momentos de um único processo, no qual as formas de espacialização do processo social não se excluíam. Antes, se superpunham. A Urbanização moderna em todo o Ocidente, foi se definindo como um processo total, como uma força mobilizadora em direção às cidades. Em decorrência o espaço urbano foi perdendo a centralidade pressuposta de origem e os bairros tenderiam a perder os seus traços fundantes. É nesse sentido que a urbanização aniquilaria os enraizamentos territoriais. Que os pertencimentos da vida de bairro iriam sendo, eles também, menos determinantes, e que as identidades desterritorializando-se, acabariam sendo mobilizadas para outras esferas da vida, para outras escalas, sendo portadoras de outros conteúdos, podendo ser eletivas e fundadas em auto-reconhecimento. Processo que confirma a universalidade da urbanização contemporânea, não obstante os seus impasses, próprios desta formação social. (Seabra 2003, p. 29)

Sob esta perspectiva o bairro perde seu conteúdo cultural e afetivo, que também responde pela resistência sendo reduzido a um mero palco/reflexo do sistema capitalista, conduzindo a uma dicotomia bairro sem conflito/conflito sem bairro. (SOUZA, 1989). Para o autor as definições desenvolvidas na perspectiva do marxismo são consideradas insuficientes. Isto porque o bairro, é uma unidade espacial dotada de grande complexidade e simultaneamente, deve ser compreendido enquanto uma construção subjetiva e como uma realidade objetiva, em uma relação dialética. Nas palavras do geógrafo;

A realidade social estabelece-se como uma dialética entre o objetivo e o subjetivo. No entanto, o bairro pertence àquela categoria de “pedaços da realidade social” que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações (Souza 1989, p.149).

Nesse prisma o bairro pode ser compreendido como um catalisador simbólico, como um substrato para a realização das contradições do modo de produção capitalista, pode tornar-se um lugar privilegiado para a criação de movimentos de resistência às ordens globais, em

⁵ Souza ressalta, como exceções, os trabalhos desenvolvidos por Manuel Castells especialmente nos estudos realizados em 1983. E os trabalhos de Henri Lefèbvre, a quem considera uma grande exceção, uma vez que este, dentro do universo “marxista”, considerou a cultura e a subjetividade em seus estudos.

que, as relações horizontais, de solidariedade ou das lutas locais, podem se sobrepor à lógica das redes verticais.

Ressalta-se nessa perspectiva o esquema conceitual elaborado por Souza (1989) em que este identificará que com as modificações do modo de produção capitalista, consequentemente foi alterada a dinâmica e as relações ao nível interno da cidade, modificando o papel dos bairros na estrutura urbana. Acreditamos ser pertinente e elucidativo apresentar o modelo esquemático abaixo referente a cidade capitalista na fase monopolista avançada.

Figura 02 - Esquema conceitual da articulação entre bairros na cidade capitalista

Apesar dos avanços significativos da Geografia de cunho marxista, acreditamos que criticar esta escola de pensamento não se trata de negligenciar a capacidade de força dos interesses do capital, e suas possibilidades de intervenção nas dinâmicas urbanas e na

formação/configuração dos bairros. Sobretudo por que este aspecto se reflete nas cidades bem como em seus recortes, entretanto, desconsiderar o aspecto simbólico das relações estabelecidas é invisibilizar as estratégias de apropriação, sobrevivência e resistência que se desenvolvem nestes espaços, e que são característicos destes espaços, e que muito contribuiriam para análise desses contextos ainda que fosse a partir da compreensão da perspectiva das dinâmicas do capitalismo.

1.5. O bairro enquanto fenômeno vivido. Um dialogo com a Geografia Humanística e a Fenomenologia.

A vertente cultural ganhou notoriedade na Geografia Humana nas últimas quatro décadas. Esse movimento de renovação nos estudos geográficos constitui-se, na verdade, uma revisão da abordagem geográfica da Escola de Berkeley, ancorada numa conjuntura científica pós-positivista, e caracterizada pela consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial.

O aporte humanístico elemento fundamental para análise da dimensão subjetiva, que é um dos princípios elementares da Geografia Cultural, emergiu do processo de desencanto de alguns geógrafos com uma geografia desprovida de homens (RELPH, 1979), ou na qual estes são *“meramente transformados em números e contados aos montes como gado”* (MELLO, 1991, p. 83). O aporte humanístico na geografia está centrado no estudo da imaginação e da ação dos seres humanos, bem como em uma *“análise objetiva e subjetiva de seus produtos”* (HOLZER, 1996, p. 8). Este aspecto do saber espacial se distingue da perspectiva cartesiana e positivista geralmente utilizada, por incorporar as humanidades na leitura dos temas geográficos.

Essa “nova vertente da geografia” entrosada com as Ciências Sociais, por que *“todas compartilham a esperança de prover uma visão mais precisa do mundo humano”* (TUAN, 1985, p.143), recebeu aportes das filosofias do significado (existencialismo, hermenêutica, fenomenologia, e idealismo) esta nova geografia foi procurar *“nas filosofias do significado respostas para suas angústias e caminhos para o rompimento com o positivismo e o neopositivismo”* (MELLO, 1991, p. 130). Dentro deste contexto, o espaço urbano passa a ser objeto de análise dos estudos culturais (antes mais voltados às questões relacionadas ao campo), e a categoria do lugar adquire status de conceito-chave.

Essa abordagem do conhecimento geográfico teve inicialmente suas bases na Geografia cultural de Carl Sauer, e ficou denominada num primeiro instante de Geografia da Percepção e do Comportamento, para só depois, mais tarde ser efetivamente consagrada de Geografia Humanista. A diferenciação entre ambas, de acordo com as colocações de Holzer (1993):

Se deu através de: Um longo processo de revisão e de renovação da Geografia Cultural e Histórica norte-americana, assim como, a Geografia radical foi uma síntese de ideias anarquistas, estruturalistas e marxistas, a geografia humanista foi uma síntese de idéias provenientes da fenomenologia, do existencialismo, com pinceladas estruturalistas e idealistas. (Holzer, 1993, p.126),

Deste modo, pode-se dizer que a principal diferença entre a Geografia da percepção e do comportamento com a Geografia humanista está sustentada em suas bases teórico-metodológicas, pois enquanto a primeira utilizava-se de métodos quantitativos oriundos do positivismo lógico que predominava na época, a segunda (Geografia humanista) os rejeitava. Segundo os estudos de Holzer (1993) ao analisar o contexto histórico da década de 1970 pode-se detectar três tendências epistemológicas bem caracterizadas na Geografia: *A Geografia Analítica*, substanciada pelo neopositivismo, *a Geografia Marxista* inspirada no marxismo ou no estruturalismo e a *Geografia Humanista* com bases filosóficas na fenomenologia existencialista.

Sendo assim, compreende-se que a Geografia da percepção e do comportamento é diferente da percepção em Geografia ou percepção ambiental em função do método que utiliza e do objeto que se investiga. Enquanto que a primeira consiste em um campo de análise e estudo, as duas últimas são linhas de pesquisas que se enquadram dentro de uma corrente maior, ou seja, dentro da escola geográfica humanista.

A Geografia Humanista, enquanto corrente do pensamento geográfico, é caracterizada pela valorização dos aspectos subjetivos ao estudar os fenômenos geográficos. A partir do entendimento que o homem tem do mundo, através de estudos que buscam entender a relação que o indivíduo ou um determinado grupo social tem com a natureza, bem como os sentimentos e ideias que os mesmos têm sobre o espaço e o lugar (Tuan, 1982).

O Geógrafo carioca João Baptista Ferreira de Mello (1990) ressalta que a Geografia Humanista, ao discordar que os estudos humanos devem ser baseados em ciências positivistas busca entender as relações homem meio apoiando-se no aporte teórico/filosófico de uma rede de tendências como à fenomenologia, o existencialismo, o idealismo e a hermenêutica. E dentre estas tendências, a fenomenologia é a filosofia de sustentação para a maioria dos estudos humanistas na Geografia.

Segundo o geógrafo Angelo Serpa (2001) a Fenomenologia⁶ foi desenvolvida pela primeira vez, como uma nova possibilidade de abordagem teórica, pelo filósofo alemão Edmund Husserl no início do século XX. Embora Husserl estivesse preocupado apenas com a Teoria do Conhecimento (disciplina filosófica que se preocupa em elucidar a atividade cognoscente), com seu sistema filosófico abriu-se à possibilidade de se tornar ontologia e, por este motivo, foi difundido por diversas disciplinas científicas. Já na Geografia a Fenomenologia passou a ser utilizada por ser capaz de unificar os geógrafos que estavam interessados em analisar os aspectos das experiências vividas pelos indivíduos e grupos sociais. Através de sua obra *“Meditações Cartesianas”* Husserl lançou as bases de uma fenomenologia transcendental, e adotou uma postura de crítica às teorias científicas, particularmente as de inspiração positivista, apegadas excessivamente à *“objetividade e à crença de que a realidade se reduz aquilo que se percebe pelos sentidos, uma vez que, para este pensador, o sentido do ser do fenômeno não poderiam ser dissociados”* (MELLO, 1991, p.1333). Nesta mesma direção, e seguindo os passos de Husserl, o autor Merleau-Ponty, em sua obra *“Fenomenologia da Percepção”* elaborou considerações significativas acerca do espaço antropológico como sendo lugar de experiência de uma relação com o mundo de um ser essencialmente situado em relação com o meio. Merleau-Ponty concentrava-se na primazia da percepção. Para o autor a Fenomenologia é uma corrente filosófica que considera objeto como fenômenos, os quais devem ser descritos como aparecem à consciência. E ainda, para Merleau, a Fenomenologia também é o estudo das essências, pois possui a tarefa de conhecer as essências das vivências/experiências e da consciência dos sujeitos no mundo, por meio da interpretação. Outra contribuição relevante aos estudos fenomenológicos foi desenvolvido por Gaston Bachelard que em sua obra *“A poética do espaço”* (1998) desenvolve uma *“Fenomenologia da imaginação”*, a qual estuda o fenômeno da imagem que emerge na consciência humana como produto do coração, da alma, do ser do homem. E por fim, uma última contribuição significativa a ser ressaltada foram os trabalhos desenvolvidos pelo geógrafo chinês Y-fu-Tuan que também foi fortemente influenciado pelas ideias de Bachelard para propor uma Geografia baseada no conceito de *Topofilia* (SERPA, 2001).

Nesse ínterim, podemos afirmar que a fenomenologia busca resgatar a contribuição da vivido, do percebido, e do experienciado na organização do espaço. Para Relph (1981, p. 101 apud MELLO, 1990, p. 99.) a fenomenologia veio para:

⁶ A fenomenologia constitui-se em um estudo descritivo de um fenômeno ou conjunto de fenômenos (HOLZER, 1990). Também pode ser definida como um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância. (BUTTIMER, 1982, p. 170)

Resgatar o que por muito tempo os geógrafos excluíram de suas abordagens, os laços de vizinhança, o estoque de conhecimento e agradabilidade ou os elos entre as pessoas e o meio ambiente (topofilia), o pavor (topofobia), a fixação aos espaços e lugares e as experiências cotidianas. A fenomenologia, considerando esses atributos, serviu de via para estes especialistas, com vista ao entendimento do mundo vivido, pois diferentemente da ciência que omite as questões da vida não trata o mundo independentemente dos seres humanos.

Ainda segundo Relph (1970, p. 193 apud HOLZER, 1996, p. 122) o método fenomenológico é:

O mais apropriado para descrever o mundo cotidiano da experiência imediata do homem, entretanto é o mais inadequado para a análise ou explicação do mundo objetivo através do desenvolvimento de teorias. Esse método, dizia ele, permite o reconhecimento e a descrição das essências das estruturas perceptiva, rejeitando as aproximações mecanicistas da ciência e valorizando a experiência e a intencionalidade humana.

Outro ponto a ser explanado, é a respeito do equívoco frequente da associação quase imediata da corrente Fenomenológica com a Geografia Humanista, contudo é importante ressaltar que a Fenomenologia é, antes, uma subdisciplina temática da ciência geográfica (independente dos aportes filosóficos utilizados). Geografia Humanista é um tema, uma atitude, um modo de apreender processos geográficos a partir do homem. E dentro da Geografia Humanista, as proposições da Fenomenologia vêm recebendo destaque (MELLO, 1990).

A Geografia Humanista tem como objetivo um conhecimento geográfico baseado no homem, a partir dele, das características que o fundam como tal (Humanismo). Enfatiza o estudo do ser que cria, vivendo e modificando o espaço, bem como os valores e significados que este lhe atribui (MELLO, 1990).

Desta forma na corrente Humanística busca-se compreender o bairro através da própria experiência associada a ele, não só como espaço de vivências. Nessa perspectiva privilegia-se o bairro enquanto um fenômeno, um objeto que aparece através de uma estrutura de significados, uma vez que a Geografia Humanista de orientação fenomenológica entende, que o mundo é fenomênico e que tudo que podemos enxergar, sentir, e experimentar, seja também fenômeno. Neste bojo, sobre esta abordagem da Geografia são ilustrativas as palavras de Sposito:

A geografia humanista está assentada na “subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na continuidade, privilegiando o singular e não o universal, e ao invés da explicação, tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real”. Revaloriza-se a paisagem como conceito. Um nome que se destaca na gênese dessa corrente é Yi-Fu Tuan, para quem ‘os sentimentos espaciais e as idéias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência’ são importantes (SPOSITO, 2004, p.100-101).

Sobre as contribuições de Y-Fu-Tuan para este segmento da Geografia, podemos destacar a relevância de duas grandes obras produzidas pelo geógrafo *Topofilia* (1980) e *Espaço e Lugar* (1983). No livro *Topofilia* (1980) Tuan aborda os temas percepção, atitudes e valores associando-os às energias para a transformação do espaço. Tuan, dialogando com a obra de Bachelard (2008), propõe que estes estudos sejam feitos considerando o sentimento de *topofilia*, que segundo o geógrafo refere-se ao "[...] elo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico", ou seja, "[...] o conjunto de relações afetivas e emocionais que o homem mantém com o lugar". (TUAN, 1980). Nesta perspectiva, considerar a motivação psicológica como lente através da qual a paisagem é percebida e concebida, significa também considerá-lo como agente transformador do espaço. Segundo o autor:

As imagens da *topofilia* são derivadas da realidade circundante. As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas. As imagens mudam a medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder, mas continuam a surgir do meio ambiente. (TUAN, 1980, p.137).

Já no livro *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (1983) o autor coloca a relação entre vivência e experiência e a constituição da realidade (mundo), que é fenomênica. Para o geógrafo:

[...] a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. [...]. O que pode ser reconhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento. (TUAN, 1983, p. 10).

Neste trabalho o autor analisa as diferentes maneiras como as pessoas sentem e conhecem o espaço e o lugar, relacionando as experiências humanas e as dinâmicas espaciais, ressaltando a influência que cultura e experiência exercem na interpretação do meio ambiente. Na perspectiva de Tuan a Geografia Humanista, ao visar um conhecimento do espaço mediante a experiência dos indivíduos ou grupos sociais enfatiza o estudo do ser que cria, vivendo e modificando o espaço, bem como os significados que este lhe atribui.

Neste sentido, a "Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, de seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar". (TUAN, 1982, p. 143)

Tuan foi o primeiro grande representante dessa corrente da geografia a substituir a categoria paisagem pelas categorias de espaço, especificamente espaço vivido e Lugar na investigação das características subjetivas e objetivas da experiência humana. Segundo o autor o estudo do espaço envolve, então, os sentimentos espaciais e as idéias de um povo

através da experiência, enquanto o lugar é o centro de significado e foco de vinculação emocional para o homem.

Outras contribuições significativas para o desenvolvimento da corrente Humanística da Geografia foram elaboradas por Kevin Lynch que embora não fosse geógrafo contribuiu significativamente para a discussão sobre a importância dos símbolos e da infraestrutura urbana para a percepção e apropriação da cidade por seus moradores. Lynch desenvolveu análises significativas acerca do papel de certos elementos externos e as propriedades geométricas que o homem utiliza dentro de suas práticas. Em suas preocupações há uma valorização do processo de apreensão do indivíduo e dos elementos visualizados e retidos na memória, recuperados através dos mapas mentais. Tuan dialoga com este autor ao considerar a importância do espaço arquitetônico e a percepção dos moradores na formação da imagem ambiental

Com base nas ideias expostas por Lynch em sua obra *A imagem da cidade* (2006), o autor privilegiará a análise de imagens e paisagens sob a percepção do morador, através de mapas e relatos, que forneceram a imagem pública da área, seus problemas e qualidades gerais, demonstrando, de modo crítico, as interrelações entre os elementos que possam revelar possibilidades de transformação.

Nesta obra publicada inicialmente em 1960, Lynch trata da fisionomia das cidades, do fato de essa fisionomia ter ou não alguma importância e da possibilidade de modificá-la. (LYNCH, 2006). Sua teoria gira em torno de três conceitos de referência: **a legibilidade**, a estrutura e identidade e a imaginabilidade. Lynch (op.cit) os define da seguinte maneira: a legibilidade é a facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas em um padrão coerente; **a identidade** e **a estrutura** consistem na identificação de uma área, sua diferenciação em relação a outras, ou seja, a sua individualidade e a estrutura está intimamente relacionada de forma clara e coerente com todas as relações internas existentes na imagem; **a imaginabilidade** consiste na qualidade de um objeto físico que lhe dá uma alta probabilidade de evocar uma forte imagem em qualquer observador.

Neste sentido, Lynch (1997) trouxe uma inigualável contribuição para os estudos de percepção dos espaços urbanos, e sua aceitação foi tão grande que vários outros trabalhos foram desenvolvidos visando dar um maior embasamento metodológico aos seus procedimentos. No seu estudo, ao focar a paisagem da cidade, Lynch apresenta o bairro como fragmento do todo urbano, a partir do qual muitas pessoas adquirem a capacidade de se orientar neste espaço e identificar suas características e dinâmicas. Assim, de forma

consciente ou não, as pessoas estruturam suas cidades, organizam-na mentalmente a partir deste recorte.

Kevin Lynch (1982) considera um bairro um fragmento de cidade, apresentando características particulares que o diferenciam de outros bairros na cidade. A partir da percepção da disposição física de um dentro do outro, esse autor considera que tais disposições se justificam no cotidiano coletivo quando são representativas ou dotadas de significado para a população.

Bairros são as regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de extensão bidimensional. O observador neles “penetra” mentalmente, e eles são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam. Sempre identificáveis a partir do lado interno, são também usados para referência externa quando vistos de fora. (LYNCH, 2006, p.52)

Ou ainda,

Os bairros são áreas relativamente grandes da cidade, nas quais o observador pode penetrar mentalmente e que possuem algumas características em comum. Podem ser reconhecidos internamente, às vezes usados como referências externas – como, por exemplo, quando uma pessoa passa por eles ou os atravessa. (LYNCH, 2006, p.74)

Assim, ele propõe que a subjetividade seja uma categoria central de análise de concepções de um bairro. Lynch (2006) passa então a enumerar fatores que influenciam a imagem de uma cidade e de seus bairros: o significado social de uma área, sua função, sua história e o seu nome. Para esse autor, os limites geográficos podem funcionar como “referências secundárias”, tendo as relações pessoais e grupais como demarcadores de territórios e papéis (LYNCH, 2006, p. 37).

Como bem sabemos a cidade é uma construção humana diversa e multifacetada, e como tal ela espelha as práticas sociais dos agentes que a edificaram, bem como a complexidade da sociedade que a compõem. Deste modo, a dimensão e as características de cada cidade variam a partir de diversos fatores, de maneira que o mesmo ocorre com seus recortes espaciais internos. Logo, a estatura dimensional dos bairros bem como suas características são elementos preponderantes para a sua percepção/concepção.

Quanto mais heterogênea for uma cidade, mais singularidades e idiosincrasias os bairros apresentarão em relação às demais áreas urbanas. Mesmo nas cidades dos países periféricos, onde a desigualdade social é fator marcante da paisagem urbana, a complexidade de suas relações pode nos revelar conjunturas em que as disparidades se apresentam de forma tão imbricada, que mesmo realidades heterogêneas podem ser percebidas convivendo simultaneamente no mesmo espaço, o que impossibilita uma fragmentação precisa em bairros.

Tal como sinaliza Tuan (1983) “Cada bairro é uma pequena parte de uma área construída maior, e não está claro onde termina uma unidade e começa a outra.” (TUAN, 1983, p.189).

Como foi possível constatar ao longo do estudo, o conceito de bairro adquiriu características diversas nas diferentes correntes geográficas. De fato, o bairro está presente em diversos trabalhos na Geografia, principalmente na Geografia Urbana. Entre todas as correntes da geografia, em geral o bairro é apresentado como um fragmento do espaço urbano que estrutura a cidade e que caracteriza-se por uma unidade e organicidade no espaço urbano, e essa organicidade, ou seja, sua presença imanente, lhe confere um notório reconhecimento pelo senso comum. E é por isso que este recorte do espaço urbano ganha tanto destaque, sobretudo na Ciência-geográfica como problemática a ser pesquisada e/ou compreendida pelas diferentes perspectivas.

Tal como foi apresentado, na abordagem da geografia tradicional a especificidade do bairro é compreendida através de sua funcionalidade, fisionomia e história; Já na abordagem neopositivista, o bairro é analisado através de tratamento de dados e construção de modelos para o reconhecimento de padrões de uso do solo, cuja matriz teórica se reporta às acepções da Escola de Chicago e da Economia neoclássica; na perspectiva crítico marxista esta unidade é compreendida enquanto resultado das lutas entre classes que resultam em processos de segregação; e, por fim nos estudos desenvolvidos pela escola humanista, a ênfase está em como os indivíduos percebem o bairro enquanto uma área única dentro da cidade. O quadro a seguir sintetiza este levantamento.

Quadro 1. O Bairro a partir das diferentes abordagens da Geografia.

	Aporte Teórico- Metodológico	Cidade	Bairro
Geografia Tradicional	Ideográfico. Ênfase na descrição do espaço.	Espaço construído associado a certa densidade demográfica.	Realidade observada, busca das singularidades, e dos aspectos particulares da configuração de cada espaço urbano e da relação deste com o seu sítio geográfico. Descrição da história, função e paisagem.
Geografia Marxista	Baseado teórica e filosoficamente no materialismo histórico-dialético. É uma corrente da geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais.	Espaço é um produto da lógica capitalista que rege a sociedade e produz o espaço urbano; a tensão entre o estado e a sociedade norteia como o espaço urbano vai ser construído.	Ideologia, consumo do espaço, luta de classes e atuação do Estado contribuem para a homogeneização das unidades urbanas.
Geografia Humanística	Métodos que privilegiam análise de imagens e paisagens sob a percepção daqueles que “vivenciam” o lugar, o bairro, a cidade. Nessa abordagem da Geografia a subjetividade é a categoria central de análise de concepções do espaço geográfico.	Corrente do pensamento geográfico, que é caracterizada pela valorização dos aspectos subjetivos. A partir do entendimento que o homem tem do mundo, através de estudos que buscam entender a relação que o indivíduo ou um determinado grupo social tem com a natureza, bem como os sentimentos e ideias que os mesmos têm sobre o espaço e o lugar.	Unidade urbana que apresenta características singulares e idiossincráticas em relação a outras áreas da cidade.

Esta pesquisa, assim como as outras contribuições sobre este debate na geografia, está preocupada com a idéia de unidade, central no entendimento do conceito de bairro. Sendo assim, a opção deste trabalho por estabelecer um diálogo entre as todas as correntes da geografia, sobretudo privilegiando as contribuições “marxistas” e “fenomenologistas” foi uma decisão cuidadosa estabelecida por nós no decorrer das análises, e surgiu como resposta as nossas inquietações em relação ao nosso recorte de estudo, uma vez constatado a impossibilidade de encontrar respostas através de uma única abordagem metodológica. Nesse sentido, assumimos totalmente os possíveis riscos das sutilezas desse complexo percurso teórico, uma vez que, os perigos desta análise são reconhecidos, mas secundários em relação à riqueza de possibilidades oferecidas.

Capítulo II.

DO CONJUNTO HABITACIONAL AO BAIRRO: DESVENDANDO A CIDADE DE DEUS.

Vamos fazer uma longa viagem. Não para o inferno, tão pouco ao paraíso. Mas uma viagem na vida dura, na vida simples, na vida triste. (...) Vamos fazer uma longa viagem, a uma Cidade que segue sofrendo, que sofre vivendo, que chora sorrindo, e que sangra sem choro. Que tenta mudar o destino traçado para os filhos seus. Uma viagem de ida e volta, a uma Cidade chamada de Deus.

Introdução do CD Traficando Informação (1999), de MV Bill - Rapper Morador da Cidade de Deus.

2.1. Favela: Uma Breve Discussão Sobre Sua Origem E Representação Social

No final do século XIX algumas transformações aconteceram no cenário socioeconômico e político da cidade do Rio de Janeiro. São essas transformações que vão propiciar uma modificação na configuração urbana da cidade. Dentre elas, podemos destacar a decadência do café e a passagem de uma economia mercantil exportadora para uma economia capitalista-industrial. Com o fim do tráfico escravagista, e o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba novas funções econômicas foram definidas para cidade do Rio de Janeiro. A mão de obra barata e abundante originária das áreas degradadas de café, bem como o crescente número de estrangeiros que acabavam permanecendo na cidade depois de sua chegada ao Brasil, propiciou um aumento exponencial da população na passagem do século, definindo assim, uma nova organização do espaço urbano carioca, e forçosamente pautando a questão da necessidade de habitação popular. (Valla, 1986, Rocha, 1995, Martins 2007).

Com a abolição da escravidão e com a introdução de levas de imigrantes que se destinavam, em princípio, à lavoura, provocaria um crescimento populacional na cidade, funcionando esta como polo de atração para os movimentos migratórios.

A necessidade de uma numerosa mão de obra, com o estabelecimento sucessivo de fábricas, atrairia o trabalhador das áreas rurais circunvizinhas, que se constituiria na parte do operariado empregado nas indústrias da capital federal.

Segundo os números do recenseamento de 1872 e de 1890, a população do Rio de Janeiro nesse intervalo, passou de 266.831 a 522.651 habitantes aumentando seu total em 255. 820 unidades, o que equivalia a 96% da população registrada em 1872.

Esse aumento populacional, aliado ao desenvolvimento do processo de industrialização determinaria já no século XX uma nova organização do espaço urbano e de concentração e acumulação de capital. (ROCHA, 1995. p. 125-127).

Um dos marcos mais significativos desse processo de modernização é caracterizado pela relação moradia/trabalho. Na capital carioca do início do século XIX, a provisão de moradia para os trabalhadores por parte dos patrões ainda era uma prática comum. Grande parte dos trabalhadores morava em seus locais de trabalho. Com o advento da modernização, rompeu-se unidade tradicional moradia/trabalho e o afastamento dos locais de moradia do trabalho tornou-se crescente. Segundo Martins (2007) com o surgimento do modo de produção capitalista, a solução clássica adotada pelos patrões para assegurar a proximidade dos trabalhadores com seu local de serviço

foi a vila operária. No entanto, antes da difusão desse modelo, os empregadores ofereciam outras modalidades de alojamento aos trabalhadores, tal como as senzalas, os dormitórios e as vilas operárias, que foram alguns dos objetos arquitetônicos que caracterizaram a relação moradia/trabalho no espaço urbano. (MARTINS, 2007. p.22). Tal como reflete Valla (1986, p. 29) ao analisar as políticas habitacionais na República Velha. a

As necessidades de divisão do trabalho e da acumulação de capital fariam com que surgisse a primeira solução das habitações coletivas no centro da cidade, palco das principais atividades econômicas nos primeiros anos da República. Se de um lado foi necessária essa concentração como meio de ter esse contingente á mão, o próprio processo já significava a valorização do próprio espaço em questão. (VALLA, 1986. p.29).

Sendo assim, com o adensamento populacional e a consequente expansão da demanda por habitação dentro do espaço urbano, ocorreu um desequilíbrio no setor habitacional em virtude da pequena disponibilidade da oferta de moradias destinadas à população de baixa renda. Nesse processo, surgiram os primeiros tipos de habitações coletivas: os cortiços, estalagens e casas de cômodos.

Por habitações coletivas entendiam-se oficialmente aquelas que, dentro do mesmo terreno ou sob o mesmo teto, abrigavam famílias distintas que se constituíam em unidades sociais independentes.

Dentro dessa definição poderiam ser consideradas como habitação coletivas, além dos cortiços ou estalagens, as avenidas, as casas de cômodo, as vilas operárias e mesmo as favelas. (ROCHA, 1995. p 134).

Martins (2000), afirma que as **estalagens** eram grupos de casas térreas, enfileiradas de um ou dos dois lados dos quintais, formando um pátio ou corredor de acesso, dotadas de instalações sanitárias coletivas. A exiguidade dos espaços nessas unidades impunha o deslocamento das atividades cotidianas para o exterior. A autora compara as **estalagens** com as **senzalas**, que são espaços arquitetônicos criados apenas para dar as condições mínimas para a mão de obra sobreviver, com uma única diferença de que, na senzala, os cadeados eram por fora e nas estalagens, por dentro.

A partir de meados do século XIX se difundiu o termo **cortiço** para esse tipo de acomodação. Já as **casas de cômodos**, eram térreos ou sobrados, originalmente unifamiliares, subdivididos internamente, que surgiram no final do século XIX (MARTINS, 2007, p.22).

Verifica-se que nesse período, construir habitações coletivas era uma prática comum entre proprietários e arrendatários de imóveis. No entanto, essas aglomerações eram associadas à propagação de doenças e à convulsão social, e por esse motivo, foram condenadas a extinção. Em 26 de janeiro de 1893, o governo demoliu o cortiço “Cabeça de Porco” – o maior existente na cidade e proibiu a construção de cortiços e estalagens em toda a cidade. Propõe-se então, que esse tipo de habitação seja substituído pelas vilas higiênicas. Valla (1986) ilustra isso ao colocar que:

O conselho de Saúde do Distrito Federal incluía nos seus relatórios descrições dos cortiços do Rio de Janeiro, chamando atenção para o fato de que eram higienicamente perigosos e que “os moradores deveriam ser removidos para arredores da cidade em pontos por onde passam trens e bondes”. A sugestão do Conselho foi que as casas “anti-higiênicas” fossem destruídas e que os moradores das “higiênicas” pagassem taxas menores de água e de limpeza a fim de que “investissem” em melhorias de habitação.

Barata Ribeiro iniciara uma guerra de picaretas contra os cortiços, acabando com os casarões “infectos”, onde se vivia em precárias condições de higiene, inaugurando a política de erradicação dos cortiços que culminaria com a reforma urbanística e sanitária levada a efeito pela administração Pereira Passos (1902-1906). (VALLA, 1986. p.29).

Pode-se perceber que sempre houve uma tendência de repressão e estigma sobre as habitações populares, podemos observar nos registros históricos, bem como no discurso atual das autoridades públicas, a reprodução constante do mito de que o cortiço, o barraco, enfim que a habitação popular trata-se na verdade de uma habitação anti-higiênica. Essa perspectiva política fica nítida no discurso elaborado pela Comissão de Saúde da antiga capital federal.

São nessas estalagens, verdadeiras sepulturas, representadas por pequenos cubículos onde existe a aglomeração; nesses cubículos ocupados por cinco e seis pessoas que aí dormem, recebendo um ar mefítico, causa produtora de tantas modalidades patológicas, que o pobre sente franquear-lhe as forças, atendendo-se ao nenhum asseio, à estreiteza do espaço ocupado, à reunião de roupas, à água estagnada resultante das lavagens, a uma latrina comum, que concorrem ao depauperamento dos organismos. (ROCHA, 1995. p.159).

De maneira que a política da “picareta” iniciada pelo prefeito Barata Ribeiro para efetivar destruição e desmantelamento dos cortiços, vai consolidar-se como paradigma de referência na histórica relação entre o poder público e os espaços populares de habitação.

Observa-se que o discurso higienista utilizado pelos administradores públicos da época, tratava-se na verdade de uma estratégia perversa para legitimar as ações

autoritárias de remoção da população pobre da área central da capital federal. De maneira que essas habitações populares condenadas pelas autoridades públicas desapareceram gradativamente com o rigor da política de erradicação aplicado a essas moradias. Entretanto, a demolição dos cortiços, que eram considerados prejudiciais à salubridade da cidade e à higiene das populações, se, por um lado, ajudava resolver o antigo problema de saneamento, por outro, deixava descoberto outro grave problema: o da habitação.

Alguns historiadores levantam a hipótese de que essas demolições resultaram na formação das primeiras favelas do Rio de Janeiro. Uma vez que não havendo substituição desses cortiços por moradias baratas em número suficiente, as populações de baixa renda ou se mudavam para os subúrbios distantes, ou se amontoavam em moradias improvisadas nas encostas dos morros próximos a área central da cidade.

Acreditamos que as reformas de Pereira Passos trouxeram consigo a derrubada indiscriminada de um número de habitações coletivas e tenham forçado o crescimento das favelas. Isso se deve, em primeiro lugar, ao processo de valorização das habitações coletivas que sobraram, passada a era das demolições, e também a precariedade dos transportes coletivos, isto é, havia o bonde, porém o custo da passagem era demais por elevado.

Ora, derrubam-se os cortiços e as estalagens, mas não se operou modificações nos locais de trabalho. Num balanço geral é o trabalhador que se vê forçado a improvisar um local de moradia e não seu patrão. Sendo assim esse novo espaço residencial tende ser obrigatoriamente próximo ao seu local de trabalho, que se manteve no centro da cidade. Daí, talvez a preferência pelo morro da favela, que fica justamente atrás da central do Brasil... (VALLA, 1986. p. 31).

Outros pesquisadores estabelecem uma relação entre o retorno dos soldados combatentes da Guerra do Paraguai (1870) e a ocupação das encostas de alguns morros, no entanto muito antes disso, já era possível observar a presença de casebres nas encostas, o que já representava uma forma embrionária das favelas. Com o processo de demolição dos cortiços denominado de “bota abaixo” comandado pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906) foi eliminada as antigas habitações populares existentes no centro, em função de obras e da campanha de Osvaldo Cruz, expulsando grande contingente de moradores, o que agravou ainda mais o problema da habitação. De maneira que grandes partes desses moradores removidos se direcionaram para as encostas formando as favelas.

A destruição do Cabeça de Porco e de outros cortiços provocou um deslocamento desse segmento social em direção às encostas. Observe-se que as encostas da Tijuca,

por exemplo, já estavam ocupadas desde a década de 1870, com a modernização dos transportes. A movimentação da população mais pobre, em sua grande maioria negra, recém-libertada da escravidão, foi em direção às encostas localizadas na área central. (CAMPOS 2005, p.61).

Acreditamos que seja nesse momento que se inicia o processo de favelização no Rio de Janeiro. Pois com a destruição dos cortiços, os morros situados no centro da cidade apresentaram-se como única alternativa para as pessoas que precisavam se manter próximas ao seu local de trabalho ou que estavam à procura de emprego. (MARTINS, 2007).

Entretanto, considera-se como marco inicial da expansão das favelas cariocas, a ocupação do morro da Providência por soldados veteranos da campanha militar de Canudos autorizada provisoriamente pelo poder público em 1897. No entanto, supõe-se que já houvesse outras casas na localidade. A ocupação provisória que, em 1904 contava com 100 barracos, deu origem a um assentamento que, em 1933, contava com cerca de 1500 moradias. Segundo Martins (2007, p.27):

Nesta mesma época, vemos a expansão das favelas, do núcleo inicial, por outros morros da cidade, ao longo das duas décadas seguintes: Morro dos Telégrafos, Mangueira, Morro de São Carlos, Vila Rica (Copacabana), Pasmado (Botafogo) e Babilônia (Leme).

Nesse período, além da crescente migração de trabalhadores oriundos do campo, as reformas urbanas realizadas pelo poder público no início do século, eliminando os cortiços onde viviam cerca de 100 mil pessoas, contribuíram significativamente para o crescimento da população favelada.

A ocupação das encostas não estava em consonância com os interesses do Estado e das elites dominantes, pois essa apropriação depunha contra a estética, e os valores positivistas da época, dificultando assim a difusão de novos capitais e impedindo a sua realização plena. Ressalta-se que o Morro do Castelo só foi demolido completamente na gestão do então prefeito Carlos Sampaio (1920-1922) que também justificava sua política de remoção de favelas em nome da higiene e da estética, e como argumento, afirmava que arrasamento do Morro possibilitaria um maior "arejamento" da área central, muito embora fosse do conhecimento de todos que o real objetivo era preparar a capital para a comemoração do I Centenário da Independência do Brasil, extirpando assim da urbe carioca as feições da miséria e do atraso que contrastavam com discurso de modernidade da república.

2.2. Favela: Espaço Problema

As favelas, portanto surgem no cenário da cidade do Rio de Janeiro a partir do final do século XIX, entretanto é somente a partir dos anos de 1930 que elas começaram a caracterizar e se impor no espaço urbano.

Segundo Valladares (2005b), percebidas como um fenômeno tipicamente urbano, as favelas foram consideradas durante a primeira metade do século XX um verdadeiro “mundo rural na cidade”. A autora defende ainda que as hipóteses das representações da favela, dominantes na segunda metade do século XX, são amplamente tributárias das idéias que foram desenvolvidas durante as décadas iniciais (deste mesmo século), as quais podem ser consideradas organizadoras de um *mito fundador da representação social da favela*.

No Rio de Janeiro do final do século XIX, os lugares considerados como *locus* da pobreza e higiene eram os cortiços. Esses eram os alvos preferenciais de toda política higienista na cidade. Os cortiços abrigavam em sua grande maioria a população negra e era definido como:

(...) antro de vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos da cidade (VALLADARES, 2005b, p.24).

A palavra “favela”, hoje usada para denominar qualquer *conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso a serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos*, teve sua origem a partir do então Morro do Favella⁷. Porém, segundo Abreu, (1994) foi apenas durante a segunda década do século XX que a palavra favela se tornou um substantivo genérico, não mais se referindo apenas ao Morro da Favella. Surgia, então, uma nova categoria para distinguir um novo *habitat* pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas.

⁷ Segundo Valladares (*Op. Cit.*), essa é, na verdade, a favela que concentra todas as atenções. É o Morro da Favella, já existente com o nome de Morro da Providência, que entra para a história através de sua ligação com Canudos, descrito por Euclides da Cunha em (*Os sertões*, 1902), cujos combatentes ali se instalaram com a finalidade de pressionar o então Ministério da Guerra a pagar seus soldos.

Contudo, ainda segundo os atores citados, o fenômeno da existência das favelas é anterior ao aparecimento dela como categoria. Entretanto, no início do século XX, as favelas ainda constituíam espaços pouco numerosos e pouco importantes na cidade. Apesar disso, a imagem ou representação da sociedade. Esta era considerada:

(...) Um outro mundo, muito mais próximo da roça, do sertão, longe da cidade (...). Universo exótico, em meio a uma pobreza originalmente concentrada no Centro da cidade, em cortiços e outras modalidades de habitações coletivas, prolongava-se agora, morro acima, ameaçando o restante da cidade. Estava descoberta a favela... e lançadas as bases necessárias para a sua transformação em problema (VALLADARES, 2005b, p.36).

Concomitante à “descoberta” da favela tem-se a sua designação como um problema a ser resolvida. Ainda segundo Valladares (*op. Cit.*), a problematização da favela precedeu à extensão do fenômeno ao conjunto da cidade e ocorreu enquanto o processo de favelização ainda não se havia generalizado na então capital federal. Conforme já foi dito, essa problematização contou com o forte apoio do diagnóstico higienista aplicado à pobreza e ao cortiço, sendo este último uma das matrizes das primeiras representações sobre as favelas. E ainda este tipo de representação da favela se tornou mais evidente nas políticas elaboradas em relação a elas. *Pareceu, então, natural à representação da favela retomar a idéia de doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida* (*op.cit.*, p. 40-41).

No contexto em que isso se deu, na cidade do Rio de Janeiro do início do século XX, esta era administrada na prática por médicos e engenheiros. A ideologia predominante e consequente a essa conjuntura pregava que era preciso.

(...) atacar os males que atingiam a cidade e torná-la capaz de garantir um bom funcionamento ao todo social. Dentro dessa lógica particular, as favelas seriam elementos que tanto se opunham à racionalidade técnica quanto à regulação do conjunto da cidade. Acabar com elas seria, então, uma consequência “natural”(Op. cit., p.41).

Como podemos observar as classes dominantes criam, em cada momento, um discurso para oferecer sustentação às suas práticas sócio-espaciais. Sobre este período Campos (2007) assinala que;

A questão da higiene foi fundamental para justificar a construção capitalista no espaço do Rio de Janeiro, colocando-se, em nome do bem comum (quase de todos), a necessidade de afastar da área central grande parte dos cortiços que abrigavam os negros egressos da escravidão e, em menor proporção, outros segmentos sociais. (Campos 2007, p. 71).

Sobre esse processo Zaluar e Alvito (1998) realizando um resgate histórico sobre as primeiras tentativas épicas de resolução do assim chamado “problema das favelas” apontam o ano de 1948 como paradigma. Quando pela primeira vez naquele ano foi realizado um censo das favelas do Rio de Janeiro, por iniciativa da prefeitura do então Distrito Federal. O texto transcrito pelos autores sobre as tabelas estatísticas produzidas pelo censo da época surpreende, ainda mais por se tratar de um documento oficial e público, decerto distribuído às diversas instâncias governamentais e de larga circulação. Segundo o texto, os “pretos e pardos” prevaleciam nas favelas por serem “hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas”; e mais:

O preto, por exemplo, via de regra, não soube ou não pôde [sic] aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica que lhe proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantirem nível decente de vida. Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação que o estiola (...) como ele todos os indivíduos de necessidades primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade – priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente, mas investe somas relativamente elevadas em indumentária exótica, na gafeira e nos cordões carnavalescos... (apud Zaluar e Alvito 1998, p.13).

A partir do texto citado fica nítido de que as representações construídas sobre as favelas neste mais de cem anos de existência na cidade do Rio de Janeiro são estereotipadas e preconceituosas, e tais preconceitos se materializam no modo como os favelados são tratados pelas elites, classes médias e instituições do Estado. Uma dessas instituições, a polícia, é uma das que mais abusam de seu poder, chegando a infringir, não raramente, a própria lei, e cometendo toda sorte de arbitrariedade e violências contra os moradores das favelas.

Segundo Souza (2004, p.43), historicamente, as favelas são vistas pelas elites brasileiras como algo que polui a paisagem e, ainda por cima, é um antro de vagabundos e marginais sociais (e, mais recentemente, genericamente – assim manda o preconceito –, de traficantes de drogas). São lugares onde não haveria lei, não haveria uma “verdadeira” cultura, não haveria civilidade. Lá reinariam o caos, a promiscuidade, a ilegalidade, a falta de higiene. Os favelados são, para muitos indivíduos de classe média, parasitas que não pagam impostos. Enfim, os favelados são, há décadas, uma espécie de pesadelo das elites urbanas.

2.3. Política de Favela: Programa de Erradicação das Favelas

Se analisarmos as ações do poder público com relação às favelas no período anterior a década de 1960, perceberemos a existência de múltiplas diretrizes nas tentativas de solucionar o problema de déficit de moradias na cidade. As soluções propostas vão desde a introdução de serviços públicos para a melhoria da qualidade de vida nas favelas, até a erradicação completa destas unidades. Ao mesmo tempo em que se elaboravam projetos objetivando sua remoção, criavam-se outros buscando a manutenção e a recuperação das mesmas. (VALLADARES, 1978).

A crescente preocupação do poder público com relação ao aumento das favelas, que se intensificou nas primeiras décadas do século XX fica expressa no Código de Obras do Rio de Janeiro, elaborado em 1937. O documento estabelecia que ficasse proibida, em qualquer área da cidade, a formação de novas favelas, bem como a ampliação ou a melhoria das já existentes.

O código de Obras da cidade, de 1937, registra com precisão a situação marginal das favelas: por serem consideradas “aberração”, não podem constar do mapa oficial da cidade; por isso, o código propõe sua eliminação, pelo que também tornava proibida a construção de novas moradias, assim como a melhoria das existentes. E para solucionar o sugere a construção de habitações proletárias “para serem vendidas a pessoas reconhecidamente pobres” (BURGOS, 1998, p.27).

O Código de Obras destacava juridicamente a necessidade de intervir nas localidades faveladas, necessidade esta claramente formada pelos anseios de controlar as populações que ali habitavam. Esse objetivo do Código de Obras fica nítido, sobretudo no artigo 349, disposições específicas para a extinção das chamadas habitações anti-higiênicas.

- 1º A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.
- 2º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.
- 9º A prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do capítulo XIV deste decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo (VALLADARES, 2000, p. 19; VALLADARES, 2005, p. 52-53).

A referida legislação regulamentou os antigos desejos da burguesia citadina carioca de assegurar a homogeneidade de suas cercanias. É importante destacar também que o código reafirmava a solução autoritária para as favelas, qual seja sua eliminação

definitiva, ignorando qualquer anseio da imensa população que residia nas áreas e desconsiderando qualquer alternativa social para a resolução do problema. Ao contrário, “a solução estaria em extingui-la, em combater o migrante, o invasor, e outras formas coercivas [...]. A favela não foi vista como resultado da crise que vivia o Brasil e a cidade, em particular” (Ramos, 2007).

Com a criação do Código de Obras da cidade, evidenciamos uma alteração na relação entre o Poder Público e as favelas, passando-se de intervenções pontuais, localizadas, a intervenções de grande magnitude. De modo que, durante o Estado Novo, na gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945), foram criados os primeiros Parques Proletários na cidade do Rio de Janeiro, que eram conjuntos de habitações populares destinados aos moradores das favelas. Esse programa foi resultado de um relatório apresentado pelo Vitor Tavares de Moura (Relatório Moura)⁸, no ano de 1940, contendo sugestões preventivas e realizadoras. A ação preventiva sugere: a) o controle de entrada no Rio de Janeiro de indivíduos de baixa condição social; b) o recâmbio de indivíduos de tal condição para os seus Estados de origem; c) a fiscalização severa quanto às leis que proíbem a construção e reconstrução de casebres; d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo; e) promover forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia. Quanto à ação realizadora, sugere casas provisórias, pelo menos do tipo mínimo permitido pela lei. Serão imediatamente construídas e para elas transferidos os moradores dos casebres, tendo em vista as suas condições de saúde, de trabalho e de defesa contra doenças, além de inspeção torácica e apurações de conduta social. (VALLA, 1984). Estas propostas inseriam-se em um grande projeto de Estado de construção de um novo homem brasileiro, a remoção dos moradores das favelas para os Parques Proletários tinha como objetivo transformar o favelado, então percebido como vadio, em um “digno” trabalhador.

⁸ Dr. Vitor Tavares de Moura, então diretor do Albergue da Boa Vontade produziu um relatório sistemático para o estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro. O documento já destacava muito antes da realização dos primeiros censos, a importância das migrações no crescimento acelerado das favelas e a necessidade do estabelecimento de domicílios próximo ao mercado de trabalho. Apesar de muito competente e detalhado, o relatório estava eivado de elementos conservadores e diríamos até autoritários, visto que os desejos dos moradores não eram cogitados como dados relevantes. (Ramos, 2007, p.32).

Nos anos de 1941/1942 foram criados os primeiros Parques Proletários em bairros como Caju, Gávea e Leblon, para onde foram transferidos cerca de quatro mil favelados, de um universo de 130 mil. A seleção destes indivíduos que eram transferidos era realizada de acordo com alguns critérios tais como a posse de um atestado de bons antecedentes e trabalho na Zona Sul da cidade. Ressalta-se que eram adotadas rígidas normas de controle social no interior destes parques, cujos moradores eram identificados por carteiras e obrigados a agir conforme os padrões de comportamento moral controlados pelos administradores. É pertinente destacar que embora questionável a criação dos Parques Proletários – em pleno Governo Vargas – representou a ampliação das bases de sustentação populista e autoritária, e mesmo sendo produto de uma lógica distorcida e equivocada representou a primeira tentativa de uma política habitacional, em época que vigoravam as práticas policiais tradicionais contra os favelados (prisão dos moradores, e incêndio das favelas) (VALLADARES, 2005). A proposta dos Parques acabou sendo mal sucedida e terminou por gerar resistências entre os moradores das favelas.

Em um contexto dominado pela cidadania regulada, o problema favela não podia ser lido pelo ângulo dos direitos sociais. Pré-cidadãos, os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória – eis a representação que emoldura a experiência dos parques proletários. A esse respeito, é bastante elucidativa a descrição feita por Valladares sobre os mecanismos de controle utilizados no parque:

A centralização e controle de alguns milhares de pessoas em Parques Proletários parece ter sido compensadora na prática, com relação às intenções políticas que determinaram sua criação (...) “A autoridade da administração dos Parques Proletários era absoluta”. Todos os moradores tinham cartão de identificação, que apresentavam ao guarda noturno, encarregado de fechar os portões às 22 horas. Às 21 horas, o administrador falava por alto-falante, comentando os acontecimentos do dia, servindo-se da ocasião para pregar lições de moral que julgasse necessárias. Os Parques representaram nitidamente o primeiro período do Governo Vargas, combinando controle, ‘consciência’ social e culto à personalidade do ‘Pai’ Getúlio. (Valladares apud Leeds, 1978, p. 26).

Ressalta-se que além de atestado de bons antecedentes, seus moradores tinham que se submeter a seções de lição de moral. E como, no início dos anos 1940, Vargas buscava estreitar seus vínculos com as camadas populares, os parques também seriam palco de festas e eventos políticos, através dos quais os moradores deveriam expressar sua gratidão

ao presidente da república; conta-se que Vargas chegou a receber as chaves de uma casa no Parque Proletário da Gávea para seu uso pessoal. (BURGOS, 1998, p. 28).

Nesse mesmo período na década de 1940, mas já após o Estado Novo, foi criada, por iniciativas da Arquidiocese, com o apoio do governo municipal do Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII, cujo propósito era oferecer assistência material e espiritual aos habitantes das favelas do Rio de Janeiro. A criação da Fundação, que se deu no ano de 1946, inscrevia-se em um movimento de aproximação e penetração da Igreja junto à população pobre, fazendo frente aos trabalhos desenvolvidos por grupos e partidos de esquerda. Atuando na contramão das propostas estabelecidas no Código de Obras da cidade, a Fundação Leão XIII, mesmo que de forma limitada, criou Centros de Ação Social, com ambulatórios e escolas em oito favelas entre as quais Jacarezinho, Rocinha, Telégrafos, Barreira do Vasco, São Carlos, Salgueiro, Praia do Pinto e Cantagalo. Atuou também em 34 favelas, entre 1947-1954 interferiu em algumas promovendo a implantação de serviços básicos de luz, água e esgoto em algumas favelas.

O impulso organizativo dos excluídos foi suficientemente para despertar nos setores conservadores da cidade o velho temor da sedição, mais tarde traduzido no slogan “é necessário subir o morro antes que os comunistas desçam”. “Foi instrumentalizando esse fantasma que a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a prefeitura da cidade, negociaram a criação de uma instituição dedicada à assistência material e moral dos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro”. Daí surgiu ainda em 1946, Fundação Leão XII, que tinha por finalidade principal oferecer uma alternativa à pedagogia populista estado-novista. No lugar da idéia de Estado-nação e do apelo às lideranças carismáticas, a Igreja oferece a cristianização das massas; no lugar da coerção, oferece a persuasão, motivo pelo qual não se exime de incentivar a vida associativa nas favelas, dentro de um espírito democrático e de responsabilidade pessoal de cada um de seus membros, sendo totalmente banido desse movimento qualquer idéia paternalista ou de protecionismo mal compreendido e prejudicial à recuperação moral do homem”. Ao invés do conflito político, promete o diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais. (BURGOS, 1998, p.29).

Sendo assim para atuar de forma mais incisiva e eficaz junto à população favelada, foi criada em 1955, pela Arquidiocese do Rio de Janeiro outra instituição: a Cruzada São Sebastião sob a tutela do então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara, que mobilizou recurso para uma ação mais efetiva no tocante a urbanização de favelas. Atuando em 51 projetos de redes de luz de 1955 a 1960, a instituição realizou melhorias ao nível de serviços básicos em 12 favelas, finalizou a urbanização de uma favela, urbanizou parcialmente outra e eregiu a Cruzada na praia do Pinto, um conjunto

habitacional no Leblon que se constituiu na primeira experiência de alojamento para moradores nas proximidades do local onde já moravam.

É fundada em 1955, Cruzada São Sebastião que se propunha a realizar uma ação mais concreta nas favelas, ou seja, urbaniza-las. Para isso adquiriu recursos e conseguiu entre 1955 e 1960 realizar as seguintes ações: execução de cinquenta e um projetos de luz, urbanização de uma favela (Parque Alegria), urbanização parcial de outra (Morro Azul), melhoria nos serviços básicos em doze comunidade e interferência contra o despejo de três favelas (Borel, Esqueleto, e Dona Marta) (MENEZES, 2002, p. 5).

Ressalta-se que a Fundação Leão XIII⁹ trabalhava com a perspectiva de influenciar nas associações de moradores e na formação de lideranças, a cruzada atuaria de forma mais direta, posicionando-se, em alguns momentos, como interlocutor dos moradores das favelas junto ao Estado, tal como ocorreu em 1958 e 1959, quando negociou com administração pública a não remoção de três favelas então ameaçadas, Borel, Esqueleto, e Dona Marta (VALLADARES 1978, p. 23).

Já em 1956, foi criado o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serfha) que foi o primeiro organismo oficial voltado para urbanização de favelas. De modo que preocupados com o crescimento das favelas, o governo municipal, por meio do Serfha e da Fundação Leão XIII, estimulou a formação de diversas associações. Definidas como órgãos de cooperação com o Estado, elas deveriam auxiliar o governo na implantação de serviços básicos e na manutenção da ordem interna. O objetivo era transformá-las em um instrumento de controle político e de barganha eleitoral. O esvaziamento político do Serfha coincide com a criação da Companhia de Habitação Popular (COHAB), empresa que deveria realizar uma nova política habitacional, baseada na construção de unidades para famílias de baixa renda.

Podemos perceber a importância atribuída ao “problema favela” e o comportamento adotado pelos poderes políticos e organizações privadas. O conflito e a contradição nas propostas ficam nítidos, os projetos obedecem a duas lógicas distintas, ora a extinção/erradicação, ora a recuperação e a melhoria das favelas. Contudo essas ações tiveram pouco impacto e não contemplaram os objetivos a que foram propostos.

⁹ A Fundação Leão XIII foi criada a partir das articulações realizadas entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Arquidiocese do Rio. Já no ano de 1962 ela passou a ser uma autarquia do Estado e ficou atrelada a Secretaria de Serviços Sociais, deixando de ser um órgão religioso.

2.4. Os “favelados” e a política de remoção autoritária 1960-1970.

O início da década de sessenta é de suma importância para o Rio de Janeiro, pois é nesse momento que se inicia a reflexão sobre a necessidade de uma política de habitação em âmbito nacional, é nesse período também que se consolidam as “*políticas autoritárias de remoção*” que foram adotadas como paradigma de ação do poder público com as comunidades faveladas.

Nesse período, também ocorreu no Rio de Janeiro um momento de grande crise nos serviços urbanos, crise habitacional e alto custo social e econômico para seus moradores mais desfavorecido. Entretanto, a cidade não parava de crescer demograficamente. Segundo dados do IBGE, em 1960 a cidade do Rio de Janeiro já contava com uma população de 3.300.431, o que representava um crescimento de 39% em relação à população da década anterior (2.375.280 habitantes).

Segundo Lessa (2000) existia nessa época cerca de 147 favelas no Rio, onde viviam 337.400 habitantes. Nos subúrbios da Leopoldina e da Central, encontravam-se 55 favelas. Na Zona Sul localizavam-se cerca de 33 favelas. E na periferia da área central e na orla da Baía de Guanabara estavam localizadas 47 delas. Este panorama indica que apesar dos esforços do poder público ao longo dos anos, não houve uma diminuição de proliferação de favelas na cidade.

O ano de 1962 antecipa, ao nível do então recém-criado Estado da Guanabara, a implantação do regime militar, que inicia uma escalada autoritária até os primeiros anos da década de 1970. Assim, é nesse contexto que o decurso dos anos sessenta do século XX vai ser marcado pelo processo de remoção sumária da população residente em favelas, que ocorreram durante os governos Carlos Lacerda (1960-1965) e Negrão de Lima (1965-1971). (ARAUJO, 2003).

No bojo de uma política estatal para as favelas, pautada no crescente intervencionismo, que caracterizou a década de 1960 é que foi criado o Programa de Remoção de Favelas. Esse programa tinha como propósito principal a extinção dessa modalidade de moradia e a remoção da população favelada para habitações de tipo

diferentes segundo as diversas escalas de renda. Com este objetivo foi criado a COHAB¹⁰ – Companhia de Habitação Popular que surgiu no período de atuação deste programa, cujo financiamento foi viabilizado através de um acordo entre a COHAB-GB e a Agência Internacional de Desenvolvimento. Foi a partir desse acordo que foi possível a construção de 5069 moradias em Vila Kennedy (Senador Camará), 2187 em Vila Aliança (Bangu) e 464 em Vila Esperança (Vigário Geral). Para estas vilas foram removidos moradores de doze favelas da cidade do Rio de Janeiro e consideramos que esta experiência foi o “projeto piloto” dos Conjuntos Habitacionais da COHAB. As casas construídas nestas Vilas eram de cinco padrões diferenciados e variavam entre 30m² e 47m². (Lessa, 2000; Menezes, 2002; Araujo, 2003).

Assim Sendo, a construção de conjuntos habitacionais torna-se uma estratégia para o deslocamento da população residente em favelas localizadas nas circunvizinhas de áreas mais valorizadas, sobretudo nas encostas de colinas e montanhas. Desse modo, a população favelada se vê literalmente expulsa para a periferia imediata da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que mesmo sendo algo oposto aos interesses desses moradores, ia de encontro aos anseios das classes dominantes, dos empresários da construção civil e do próprio Estado. (Silva, 2009, p 33).

A política que inspirou a criação desses conjuntos tinha como objetivo facilitar a remoção dos moradores de áreas faveladas, a fim de viabilizar a expropriação de terrenos para a construção civil (Valla, 1986). Ressalta-se que mesmo sendo introduzido o processo de verticalização das moradias de baixa renda, os conjuntos habitacionais não possibilitaram a ruptura com a lógica básica de segregação e exílio característico desses assentamentos populares (Rolnick, 2004). Segundo Lessa (2000) por vezes construções oficiais e precárias, ao não serem aperfeiçoadas, se favelizam. Este foi o processo genético da Cidade de Deus e dos Parques Proletários. Esse fato é ainda mais grave se considerarmos que a Cidade de Deus apenas se inscreve no bojo das remoções no início de 1966, durante o governo Negrão de Lima, em razão da ocorrência de grandes enchentes que assolaram a cidade do Rio de Janeiro. (Silva, 2009, p.34).

Para a construção desses conjuntos, cria-se em 1964 o Banco Nacional de Habitação¹¹ e o Sistema Financeiro de Habitação - BNH e SFH. Ambos promoviam a

¹⁰ Foi criado como agência habitacional a partir do acordo entre o Estado da Guanabara e a USAID (Acordo Internacional do Trigo) Este acordo assinado entre Brasil e EUA em 11 de maio de 1962 destinava uma verba de três milhões de dólares para a urbanização parcial de algumas favelas e a construção de 2.250 habitações de baixo custo.

¹¹ Seus recursos eram provenientes da arrecadação compulsória de 1% da folha de salários dos trabalhadores do país sob regime da CLT. Em 1967, o BNH ficou responsável pela gestão dos 8% arrecadados com a criação do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos. Assim,

construção de moradias de casa própria ao nível nacional, especificamente para as camadas de baixa renda. O BNH também tinha como proposta: coordenar a política habitacional e o financiamento para saneamento, difusão da propriedade residencial especificamente para as classes de baixa renda; melhoria do padrão habitacional e do ambiente, bem como eliminação de favelas. (Menezes 2002, p.8).

A política habitacional pós-golpe de 1964 priorizou os investimentos na construção intensiva de casas para a venda como forma de estimular o setor da construção civil e recurso para amenizar o desemprego, favorecendo bastante nesse período a ideologia da casa-própria que estava cada vez mais forte. O fortalecimento dessa ideologia caminha junto com a ideologia política de enfraquecer “movimentações socialistas” entre os trabalhadores. (Martins, 2007 p.36).

Cumprir mencionar que o BNH não promoveu apenas construção de conjuntos habitacionais, atendeu também outros interesses como o de gerar empregos e incrementar o desenvolvimento da indústria de construção civil que se encontrava estagnado desde os anos de 1950. Uma vez que erradicar as favelas significava construir em larga escala unidades habitacionais para receber a população removida. O que contribui para incrementar o setor de construção civil, levando-se em conta que as favelas abrigavam um contingente humano demográfico de grandes proporções, que demandaria a construção de inúmeros conjuntos habitacionais. Tal como assinala Valladares (1978, p.33).

Na realidade, as favelas representavam também um mercado de dimensões consideráveis (quase um milhão de habitantes para os quais seria necessário construir cerca de 200.00 habitações (...). Tal mercado demandaria a construção de conjuntos populares, empreendimentos que poderia oferecer à construção civil na Guanabara um campo de ação seguro por algum tempo.

Ainda nesse período, no ano de 1965, durante a gestão do governador Negrão de Lima, foi autorizada a criação de um grupo composto em sua maioria por jovens arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos que teriam como tarefa pensar políticas de inclusão para as favelas. Esse grupo denominado de Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – CODESCO trabalhava com proposta oposta à idéia do “remocionismo” indo contra as idéias do governo federal, defendendo a urbanização de áreas de favelas.

a partir de 1968, quando o BNH começou a mobiliar esses recursos e é a celerada construção de conjuntos habitacionais (Menezes, 2000).

A Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – Codesco tinha por filosofia enfatizar a importância da posse legal da terra, a necessidade de deixar que os favelados permanecessem próximos aos lugares de trabalho, e a valorização da participação dos favelados na melhoria dos serviços públicos comunitários e nos desenhos e construção das próprias casas. Três favelas foram selecionadas pela Codesco como projeto piloto: Brás de Pina, Morro União e Mata Machado, tendo o plano concretizado nas duas primeiras. Contudo a alternativa Codesco seria atropelada pela retomada logo em seguida, da via remocionista. (Burgos, 1998, p.35).

Poucos anos depois da organização da CODESCO, o governo federal criou no ano de 1968 a CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio – este órgão pertencia ao Ministério do Interior e era ligado diretamente ao BNH. O objetivo primordial da CHISAM era estabelecer uma política única para as favelas, comum ao Estado do Rio de Janeiro e ao Governo Federal. A política adotada foi a erradicação completa das favelas existentes no Rio de Janeiro.

A CHISAM recebeu, por decreto presidencial, 27 terrenos de propriedades da União e do INPS, podendo logo começar a concretização do programa e contando com o respaldo de forças governamentais, impôs-se perante as demais entidades que até então se ocupavam da remoção. Aos poucos, a CHISAM, além de sua posição de coordenadora assumiu as próprias tarefas de planejamento, e execução do programa. Não se satisfazendo com o trabalho realizado pela Secretaria de Serviços Sociais, no campo dos levantamentos Socioeconômicos preparatórios da remoção, passou ela mesma a efetuar-los. Com relação à tarefa a realizar pela COHAB a CHISAM também interferiu, ao ditar os moldes de ocupação dos imóveis, papel que caberia, por definição, à primeira, como agente comercializador que era dos mesmos. Assumindo o controle e coordenação do programa, passou a atribuir funções a essas entidades, divergentes das que desempenhavam até então. (Valladares, 1978, p. 37).

Diferentemente da CODESCO, que acreditava na capacidade de organização e participação dos moradores de favelas, a CHISAM definia os habitantes das favelas como alienados e incapazes de se organizar politicamente, ela pregava uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária da população favelada, reabilitação essa que se julgava necessária a integração dos moradores de favela à comunidade, não somente no modo de habitar, mas também no modo de pensar e viver (Valla, 1984). Deste modo a podemos dizer que o objetivo declarado da CHISAM era o de exterminar as favelas do Rio de Janeiro a qualquer custo, para essa missão subordinou a COHAB, que desde 1965 encontrava-se politicamente controlada pelo BNH. E então com os recursos do BNH a COHAB deu início a um programa maciço de construção de conjuntos habitacionais, a serem ocupados por moradores de favelas. (BURGOS, 1998).

O ambiente é sem dúvida desfavorável. (...) É difícil, senão extremamente impossível, recuperar homens, mulheres e crianças em ambiente como o das favelas.

Pelo que optamos pelo árduo, mas frutífero, trabalho de erradicação (CHISAM, 1971: 31).

A CHISAM tinha como meta, a partir de 1971, remover 92,000 favelados por ano e assim chegaria em 1976 com a remoção total de todas as favelas do Rio de Janeiro. Entretanto este objetivo foi parcialmente alcançado, bastando verificarmos que entre os anos de 1968- 1976 foram removidas 49 favelas e os moradores ocuparam 35.157 unidades habitacionais.

Durante doze anos de atuação do programa 80 favelas foram erradicadas e por mais que os números atingidos estivessem muito distantes das previsões, não se pode negar o impacto que esta política teve sobre a cidade. O processo parcial de desfavelamento desenvolveu-se no período três administrações estaduais, num crescente, cujo ápice ocorreu no período de existência da CHISAM, conforme demonstra o quadro a seguir (Valladares, 1978, p.39).

Quadro 2. Remoções Realizadas no Estado da Guanabara no Período entre 1962-1974.

Remoções Realizadas no Estado da Guanabara no Período entre 1962 -1974			
Administrações e Período das Remoções	Total de favelas atingidas	Total de Barracos removidos	Total de Habitantes removidos
Carlos Lacerda 1962-1965	27	8.078	41.958
Negrão de Lima 1966-1967 (Enchente)	Sem resposta	Sem resposta	6.685
1968-1974	33	12.782	63.910
Chagas Freitas 1971-1974	20	5.333	26.665
Total	80	26.193	139.218

Fonte: Valladares, 1978.

Ressalta-se que no período entre 1966 e 1967 houve grandes enchentes na cidade do Rio de Janeiro, o que ocasionou a paralisação do programa de remoção, atendendo-se prioritariamente às vítimas das enchentes que ficaram alojadas em albergues e abrigos.

Foram registrados 6.685 casos de pessoas desabrigadas, sendo que a maior parte foi transferida para o Conjunto Habitacional da Cidade de Deus, ainda em construção na época, e cuja ocupação, iniciada então, prolongou-se até o ano de 1970, momento em que as remoções já haviam sido retomadas e o programa encontrava-se novamente em pleno vapor.

2.5. Periferia é periferia: origem e expansão da Cidade de Deus.

O Conjunto Habitacional¹² Cidade de Deus, situado na região Oeste da cidade do Rio de Janeiro começou a ser construída e ocupada durante os anos de 1960 no bojo do processo de remoção sumária da população residente em favelas. As primeiras habitações eram compostas por casa geminadas dotadas de três cômodos, sala, banheiro e cozinha (A e B) que possuíam sala, cozinha, banheiro e dependendo da planta dos mesmos, um ou dois quartos. Esse conjunto compõe o núcleo original da Cidade de Deus que, após várias etapas de edificação, teve sua efetiva ocupação, a partir do ano de 1966 (SILVA, 2005).

Na gênese de sua composição a Cidade de Deus era composta por ex-moradores de diversas favelas localizadas em diferentes pontos da cidade. Segundo Valladares (1978), os favelados transferidos para Cidade de Deus eram egressos de diversas e distintas favelas. A grande maioria provinha de apenas dessas favelas: Parque Gávea (15,2%), Ilha das Dragas (14,5%), Parque Leblon (7,3%), Catacumba (7,0%), Rocinha (6,3%) e Praia do Pinto (19,2%), localizadas na Zona Sul.

Ressalta-se que muitos desses ex-favelados foram retirados de forma truculenta do seu local de origem em virtude do processo de destruição de suas casas, muitas dessas favelas estava situadas em espaços de grande valor para o capital. Tal como foi o caso da Favela da Praia do Pinto considerada uma das mais famosas da cidade, com sua localização no Leblon, a favela ocupava uma área, que poderia ser de grande valor, num

¹² Definir o que vem a ser “Conjunto Habitacional” é algo desafiador, devido ao fato de a literatura não esclarecer especificamente esse termo. O dicionário Aurélio (1986) define Conjunto Habitacional (no caso, usa-se “conjunto residencial”), a partir da percepção arquitetônica como: “Agrupamento organizado e ordenando de casas ou edifícios de habitação que constituem uma unidade, ou por haverem sido projetadas em conjunto ou porque formam uma unidade, de vizinhança”. Em suma, o termo “conjunto habitacional” ou “conjunto residencial” refere-se a um aglomerado de unidades planejadas e dispostas de forma integrada, dotadas de serviços urbanos, sistema viário, infraestrutura, áreas verdes ou livres, como também de serviços como educação, comércio, serviços assistenciais e de saúde, etc. Vale ressaltar que esse tipo ideal não está totalmente presente em todos os projetos implementados e que receberam essa denominação na cidade do Rio de Janeiro. (MEDEIROS, 2007).

bairro em plena expansão imobiliária de apartamentos para classe média. Sendo assim no dia 11 de maio de 1969 um incêndio destruiu totalmente a favela. Segundo a imprensa local não houve mortos no incêndio apenas 32 ferido. Entretanto moradores que presenciaram o incidente na época apontam que o incêndio foi proposital, e que teria havido mortos sim, mas nunca este número foi quantificado e nem possíveis vítimas (ou seus parentes) identificadas.

Figura 03 – Imagens da Praia do Pinto

Fonte: Arquivo Nacional.

Segundo Brum (2012) o incêndio da Praia do Pinto, supostamente criminoso, serviu como uma demonstração de força do então Estado da Guanabara para com as populações faveladas no sentido de desarticular as possíveis tentativas de resistência que por ventura pudesse ocorrer. O atentado na Praia do Pinto funcionou como um sinal de aviso do novo paradigma de relacionamento do poder público para com as favelas, e seus moradores na urbe carioca.

O incêndio da Praia do Pinto, cuja remoção foi apresentada como sinal do ímpeto remocionista das autoridades estaduais e federais do período, funcionou, paralelamente, como aviso para as outras favelas da cidade, particularmente as da orla da Lagoa, do grau de tolerância que haveria, a partir de então, com os reticentes à remoção, marcando, de maneira traumática, as relações que a cidade do Rio estabelecia com a parte de sua população que habitava as favelas (Brum, 2012 p. 6).

Nesse sentido, mesmo sendo predominantemente constituído por população originária de favela, é possível identificar diversos tipos de segmentos na composição originária do bairro Cidade de Deus.

São seis tipos de residentes, claramente diferenciados quanto à maneira como chegar a Cidade de Deus: compulsoriamente e por via institucional (flagelados e removidos); voluntariamente e por via institucional (inscritos); voluntária e independentemente de via institucional (invasores); voluntariamente e via mutuário original (locatários e residentes por cessão de direitos) (VALLADARES, 1978, p.94).

Figura 04 – Imagens do Cotidiano na Cidade de Deus – Ano de 1969.

Fonte: Arquivo Nacional, Acervo Correio da Manhã.

Ressalta-se que o número de pessoas que se removeram para a Cidade de Deus por escolha própria é bastante significativo, esses ingressavam no conjunto habitacional de forma voluntária, como inscritos. Embora as condições de vida no conjunto habitacional estivessem muito distantes das condições ideais, muitas vezes essas possibilidades de moradia eram a única forma da população de baixa renda acessar o sonho da casa própria.

Nós viemos pra cá, em 65 pra Cidade de Deus, foi né... Então muita gente “vieram” da enchente, teve enchente, já eu não. Eu vim pelo cadastramento, quem tem cadastro. Tinha o pessoal que fazia cadastramento e tinha o pessoal que vieram da enchente, entendeu? Então, eu vim pelo cadastramento. Eu me cadastrei, nisso eu vim e levei lá o título aí pedi a casa,

ai eles fizeram a casa, dentro de seis meses me deram a casa. Ai quando eu vim aqui pra cidade de Deus. Tava assim, tava no começo, não tinha água, não tinha luz, todo estava em construção ainda, tava construindo, aqui não tinha nada, não tinha nem a escola, não tinha nada. Condução era só até ali a ponte ali, sim, naquela rampinha quando subia a lama pelo meio da canela. A gente tinha que sair de casa e levar chinelo pra poder calçar e ia de chinelo chegava jogar fora o chinelo por causa da lama, era muita lama e depois veio, um ano e pouco que a gente tava aqui foi que botaram, água aqui na estrada, que já tinha a instalação só não tava ligada. A luz também não tinha a rede e tudo, depois foi que ligaram a luz, botaram relógio pra todo mundo, ai colocaram mais água pra todo mundo, asfaltaram a rua ai depois que fizeram essas coisas começaram a colocar mais condução pra gente aqui e foi melhorando a Cidade de Deus (**Dª Benta** uma moradoras mais antigas do bairro Cidade de Deus/ Entrevista concedida em 2012).

Atualmente a Cidade de Deus exhibe em sua configuração espacial três domínios facilmente identificáveis. O primeiro formado por um conjunto habitacional; o segundo caracterizado por um expressivo número de casas levantadas sem um padrão específico e típico de bairros proletários; e o terceiro, correspondente a uma espécie de favelização em sua periferia, na qual pode ser observado um casario modesto e sem acabamento em sua parte exterior, derivado da autoconstrução, fruto *“de muito sobretrabalho executado, sobretudo, nos finais de semana com a ajuda de amigos e parentes”* (Silva, 2005, p. 39).

1. Mapa. Localização da Cidade de Deus – Município do Rio de Janeiro

Jonathan Marcelino, 2011.
Base Cartográfica do Instituto Pereira Passos - IPP, 2000.
Elaboração: Jonathan Marcelino - 2011.

Com relação aos prédios que formam o conjunto, destaca-se as tonalidades marrons, e creme na pintura de fachada. Todos os prédios são desprovidos de elevador e são compostos de cinco andares com quatro apartamentos dotados de um ou dois dormitórios. Que se situam junto aos principais logradouros do bairro: a Estrada do Gabinal e Avenida Ayrton Senna, conectando os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca.¹³

Quanto ao conjunto de casas, estas estão concentradas junto a outras duas grandes avenidas que cortam o bairro, a rua Edgard Werneck e a Estrada Marechal Miguel Salazar Mendes de Moraes, que ligam a Cidade de Deus aos bairros Taquara e Pechincha, e Barra da Tijuca. Essas casas sofreram muitas alterações, e atualmente estão muito diferentes do projeto de origem. Essas modificações são fruto do processo de ocupação, visto que no processo de territorialização os moradores se utilizam de todas as possibilidades para se reconhecer no espaço.

Na Cidade de Deus, suas casas são vistas ainda de longe, exibindo os segundos pavimentos que despontam aqui ali, comum colorido bastante específico, indo do marrom escuro ao verde oliva. São introduzidos novos elementos que modificam basicamente a arquitetura inicial do conjunto, de casas simples: colunas revestidas com pastilhas, varandas em arcos apliques de gesso, as telhas substituídas por lajes, revestimentos externo em pastilhas, vistosas grades de ferro e muros divisórios revestidos compõem o que se poderia chamar de “estilo modernoso”. Interiormente, as mudanças também não são poucas: os banheiros e cozinhas são aumentados e azulejados, alguns cômodos também ampliados, o soalho taqueado, as paredes rebocadas e pintadas. (Op. Cit. 1978, p.91).

Segundo Silva (2005) A Cidade de Deus, que é fruto de iniciativas de políticas públicas dos anos de 1960, ampliou sua ocupação na Baixada de Jacarepaguá, com a presença de casas e, em meio ao processo de esgarçamento do tecido urbano carioca, com um estágio de favelização em seu entorno periférico. Está área ficou excluída a zona industrial da cidade pelo decreto 6000/37, por estar afastadas das vias de comunicação ferroviária e das principais linhas de energia elétrica. Neste ato contínuo da organização do espaço, a forma do conjunto habitacional constituiu expressão marcante com os prédios sendo predominantemente utilizados para a moradia e excepcionalmente alguns cômodos do andar térreo adaptados para o comércio.

¹³ Ressalta-se que a Cidade de Deus agrupa uma população de trabalhadores engajados na prestação de serviços não especializados (empregada doméstica, lavadeiras, porteiros, etc.) Grande parte desses profissionais atuam nos bairros vizinhos e, em especial na Barra da Tijuca. Ao lado desses aparecem também profissionais de outros segmentos, tais como trabalhadores liberais, e profissionais dedicados ao comércio.

Figura 05 – Imagens do Cotidiano na Cidade de Deus – Ano de 1970.

Fonte: Arquivo Nacional, Acervo Correio da Manhã.

Ressalta-se também que em virtude do aumento populacional da Cidade de Deus, que não foi acompanhado dos investimentos em equipamentos e serviços de infraestrutura urbana necessária para que as condições de moradias iniciais não fossem degradadas, sofreu um intenso processo de precarização, como resultados da ausência de investimentos, os espaços de lazer foram transformados em lotes para a construção de casas; os rios assoreados e suas margens ocupadas; a rede de esgotamento sanitário foi ficando inadequada às necessidades locais.

As consequências desse processo para a Cidade de Deus foi praticamente inevitável destino do final dos anos de 1980 e 1990: a favelização – ou *refavela*, como assinalou Rolnick (2004) repetindo o título da canção de Gilberto Gil. O processo de (re)favelização, (surgimento de pequenas favelas como favelas: Muquiço, Tangará, Guachá, Pantanal, e Rocinha II) ocorre crescentemente, sobretudo nas margens dos rios que cortam o bairro como o Bancada Velha e o Estiva, mas de maneira singular no Rio Grande – desaguadouro da Lagoa Jacarepaguá – área mais sujeita aos danos causados pelas intempéries, tais como as enchentes e a poluição gerada por resíduos despejados neste curso d'água. Tal quadro contribui para a proliferação de insetos, ratos e as consequentes doenças provocadas por estes e outros vetores.

Figura 06 – Imagens do Cotidiano na Cidade de Deus – Ano de 1971-1972.

Fonte: Arquivo Nacional, Acervo Correio da Manhã.

O resultado observado, além de diversos dramas de trajetórias individuais, dos cortes dos vínculos sociais, da distância em relação aos locais de trabalho, por exemplo, foi a criação do que vem a ser hoje, segundo alguns de seus moradores, uma favela horizontal. Uma vez que a Cidade de Deus que é uma verticalização produzida pelo antigo Estado da Guanabara, idêntico a milhares de outros conjuntos habitacionais produzidos por companhias e agências governamentais do Brasil não possibilitou a ruptura com a lógica básica da segregação e exílio dos assentamentos populares.

2.5.1. A Cidade de Deus e suas Toponímias.

A Toponímia na Cidade de Deus constitui característica singular. Esta remete à noção de lugar de paz, próxima ao divino tal como sugere seu próprio nome, não é

preciso de muito esforço para reconhecer que esta dimensão é ainda mais reforçada pela nomenclatura bíblica utilizada nos diversos logradouros. tais como a Rua Moisés, a Rua Daniel, bem como a Travessa Elias, e a Avenida Ezequiel. Neste sentido, observam-se também a referência aos reis bíblicos, como nas ruas Davi e Salomão. Existem também várias menções às Sagradas Escrituras, como Praça da Bíblia e nas Travessas Gênesis, Deuteronômio, e Canaã e na Rua dos Números. Existem também ruas denominadas em alusão aos relevantes pontos de convergência religiosa como a travessa Jerusalém ou grandes personagens bíblicos, como na Avenida José de Arimatéia.

Como sabemos os nomes dos lugares não são escolhidos de forma aleatória e tão pouco desproposital, as toponímias são capazes de provocar diversas emoções nos indivíduos. No caso da Cidade de Deus acreditamos que a escolha do nome das localidades teria sido uma estratégia política para fazer com que a população removida se contentasse com a ideia de morar em local situado na até então desabitada, e longínqua e precária Jacarepaguá. De maneira que atribuir a posse do local ao Todo-Poderoso, denominando-o “Cidade de Deus”, constituiria uma evocação à fé dos seus futuros moradores, sendo uma espécie de estratégia utilizada pelo poder público para tentar convencer seus novos habitantes das suas qualidades, tais como água encanada, sistema de esgoto e, principalmente, a distinção de “status” que seria adquirida em não ser mais morador de uma favela. (Silva, 2005).

Mapa 2. O bairro Cidade de Deus

Jonathan Marcelino, 2011.
Base Cartográfica do Instituto Pereira Passos - IPP, 2000.
Elaboração: Jonathan Marcelino-2011.

Com relação a origem do nome do bairro Cidade de Deus e de seus diversos logradouros com nomes bíblicos, pouco se conhece sobre os reais motivos pelos quais estes lhes foram atribuídos. Existem diversas especulações entre os seus habitantes. Entre as especulações mais razoáveis, três possibilidades se destacam: a primeira é a de que o nome Cidade de Deus teria sido sugestionado pelo poder público, encarregado de remover e de realocar essas pessoas. O nome deífico seria portanto parte de uma estratégia de convencimento das populações faveladas para que elas aceitassem passivamente abandonar seu local de origem e se removerem para o então conjunto habitacional. Tal como assevera Silva (2009).

No caso específico da Cidade de Deus, acredita-se que a escolha de sua toponímia teria sido uma estratégia política para fazer com que a população removida aceitasse a ideia de morar em local situado na até então desabitada, longínqua e carente de infraestrutura Zona Oeste carioca, mais precisamente Jacarepaguá. (Silva, 2009. p. 43).

Outra suposta teoria de explicação para o nome Cidade de Deus, afirma que esse nome tem referência ao livro escrito por Santo Agostinho intitulado “*De Civitate Dei*” (do latim, A cidade de Deus). Talvez por essa razão a presença de nomenclaturas bíblicas em diversas ruas. Existe também outra possibilidade explicação, essa de cunho mais corrente entre os moradores do bairro¹⁴ aponta para relação entre o processo de ocupação do conjunto habitacional por flagelados das enchentes que assolaram o Rio de Janeiro na década de 1960. Neste sentido, a iniciativa do nome Cidade de Deus teria sido da própria população, e fruto de um acordo dos moradores com o representante da Igreja Católica, um bispo desconhecido, possivelmente Dom Helder Câmara (um dos principais mediadores da política de remoção de população favelada). Essa explicação é uma das mais correntes, entre os moradores do bairro. E é bem possível que seja verdade, a influência de um bispo nesse processo, e só assim um local com esse nome e com ruas dotadas de nomenclaturas bíblicas seria algo justificável. Neste sentido o nome Cidade de Deus teria sido sugerido pelos próprios flagelados, por considerarem este um lugar abençoado, onde começariam uma nova história de vida, mais digna para suas famílias.

Com o passar dos anos foi possível observar um confronto estabelecido entre a noção contida no nome do bairro e a ideia de um espaço marcado pela insígnia do crime e do medo adquirida pelo bairro, e que foi cotidianamente construída pela

¹⁴ A Cidade de Deus foi promovida a categoria de bairro no ano de 1996.

mídia, e especialmente reforçada a partir da exibição do filme Cidade de Deus. De qualquer forma a Toponímia Cidade de Deus por si somente, já é dotada de uma dimensão simbólica que lhe é característica, e uma vez carregado de significações positivas e negativas, construídas no decurso do tempo e contrastando com a realidade do bairro que, mesmo com nome bíblico (e com ruas também dotadas de nomes bíblicos) pode ser sinônimo de área carente e violenta, mas ao mesmo tempo criativa e pulsante (SILVA, 2009).

A nomeação dos lugares é também uma das muitas formas de expressar identidade. Nesse sentido nomear lugares é uma forma de imprimir identidades na paisagem e uma maneira pela qual as pessoas atribuem significado aos lugares. E o significado da Toponímia deífica no bairro, tão enraizado no íntimo de seus moradores, já constituiu uma expressão de sua identidade.

A materialidade do espaço geográfico é, sempre, sign-ificada, de-sign-ada, posto que é, sempre, apropriada, até mesmo pela palavra. Os homens só se apropriam do que faz sentido para suas vidas e esse sentido é, sempre, criação social, e não das coisas em si e por si mesmas. Afinal, dar nomes próprios já é se apropriar e, assim, partilhar em comum um espaço de existência, um espaço de significações, uma comunidade de destino (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.3).

Um exemplo didático disso é a mudança do nome da principal praça existente no bairro, anteriormente chamada de Roberto Valeriano Pequeno, para Praça Padre Julius Groten, como forma de homenagear essa figura marcante na Cidade de Deus que durante anos comandou a principal paróquia, bem como de não perder a própria característica da toponímia do bairro, ligada sempre a motivos religiosos.

MATRIZ ESPACO-TEMPORAL DOS
PRINCIPAIS EVENTOS
OCORRIDOS NA CIDADE DE DEUS.

1980/90: Surgimento de diversos grupos de mobilização social no bairro, tais como: Associações de Moradores, Agremiações de Samba, Agremiações Esportivas, Grupos de Teatro, Revistas, cineclubes, Movimento Negro, Igrejas Atuentes, Grupos de Dança – esta efervescência possibilitou a formação de várias lideranças históricas.

1966: Gênese da ocupação do Conjunto Habitacional (Chegada dos primeiros moradores).

1996: Cidade de Deus recebeu um novo contingente de populações vitimizadas pelo incêndio, do que restou da favela da Praia do Pinto.

1996: Como uma forma de contestação, de denúncia e de resistência, surgiram as rádios comunitárias, grupos de Funk e movimentos Hip Hop que projetaram diversos artistas da Cidade de Deus.

1962-1973: Programa de Remoções Autoritárias (BNH/CODESCO/CHISAM).

1966: Grandes Enchentes no Rio de Janeiro. Desabrigados são remanejados para a ocupação da Cidade de Deus.

1998: A Comunidade CDD é elevada a categoria de bairro.

1980-1990: O bairro destaca-se em todos os meios de comunicação por conta da guerra do tráfico, ao mesmo tempo, sofre intensa pressão em função da especulação imobiliária com inúmeras tentativas de remoção da população do local, por conta do crescimento e da valorização dos imóveis do bairro vizinho, a Barra da Tijuca.

1980: I Encontro Popular pela Saúde, que provocou o surgimento dos diversos Fóruns de Discussão de Saúde no Município do Rio de Janeiro.

2002: Com o sucesso do filme “Cidade de Deus” a comunidade foi novamente levada a mídia, reforçando o estigma de comunidade violenta e perigosa.

2003: Representantes de instituições da comunidade começam a se reunir com representantes do poder público e criam o Comitê Comunitário da Cidade de Deus.

2009: Foi inaugurada em 16 de fevereiro no bairro, a UPP sendo a segunda Unidade de Polícia Pacificadora instalada na cidade do Rio de Janeiro.

Elaboração: Jonathan Marcelino-2011.

1.6. Do Conjunto Habitacional ao Bairro: Cidade de Deus um Retrato Atual.

Tal como já foi explicitado, a CDD surge na década de 1960, como desdobramento das “*políticas mal sucedidas*” de erradicação de favelas iniciadas no governo Carlos Lacerda, com amplo prosseguimento no período da Ditadura Militar. Localizado em Jacarepaguá o antigo conjunto habitacional da CDD foi construído e entregue aos seus primeiros moradores em 1966, o conjunto recebeu pessoas oriundas das favelas Praia do Pinto (Ipanema), Ilha das Dragas (Leblon), Parque Proletário (Gávea), Macedo Sobrinho (Humaitá), Esqueleto, e de 57 outras pequenas favelas. Nos anos de 1996, a Cidade de Deus recebeu um novo contingente de populações vitimizadas pelo incêndio, do que restou da favela da Praia do Pinto. Ressalta-se que nesse período a Cidade de Deus já se encontrava em um processo vertiginoso de crescimento horizontal e vertical, o que inviabilizava a qualidade de vida no local visto que o mesmo foi projetado inicialmente para comportar um número reduzido de moradores.

Projetada para receber 25.000 habitantes, em 1966, Cidade de Deus tinha 3.865 casas, 1.600 apartamentos, 1.193 —triagens (casas provisórias). No total de 6.658 unidades habitacionais. (PDCCDD¹⁵, 2004)

Concomitantemente ao processo de adensamento populacional, a CDD ganhou visibilidade na mídia por conta da guerra do tráfico varejista de drogas, e sofreu intensa pressão em função do processo de especulação imobiliária, inclusive com inúmeras tentativas de remoção da população do local, por conta do crescimento e da valorização dos imóveis dos bairros vizinhos, sobretudo a Barra da Tijuca. Já nos anos de 1998, a Comunidade é elevada a categoria de bairro, no entanto, CDD já acumulava problemas com relação à infra-estrutura – saneamento básico, habitação, saúde, esporte, educação, cultura, promoção social e lazer. Já na virada do século, a Cidade de Deus que havia sido projetada para abrigar entorno de 25.000 pessoas já apresentava um número muito superior de moradores.

1.6.1. Alguns Indicadores Socioeconômicos.

¹⁵ Plano para o Desenvolvimento Comunitário em Cidade de Deus plano, elaborado com base nas informações disponibilizadas pelo Comitê Comunitário de Cidade de Deus.

Segundo o censo do IBGE a população do bairro é atualmente de 38.016 habitantes, 13.000 a mais do que o projeto inicial, contudo para os moradores da comunidade o número de habitantes é muito superior às estimativas do IBGE, chegando perto de 65.000 habitantes¹⁶, pois os dados oficiais não consideram o aumento populacional local, em decorrência do crescimento das favelas que surgiram no interior do bairro: tais como Muquiço, Tangará, Guachá, Pantanal, e Rocinha II. O perfil da população atual já não é o mesmo da década de 60, visto que através da prática de cessão dos direitos sobre os imóveis, chamada de “passar a casa”, muitos dos primeiros moradores se mudaram da localidade¹⁷.

¹⁶ Dados fornecidos pelo Comitê Comunitário da Cidade de Deus.

¹⁷ Ressalta-se que muitas pessoas mudaram-se da CDD, em virtude da ausência de condições mínimas de infraestrutura, bem como por causa do aumento exponencial da criminalidade violenta no bairro.

Mapa 3. Arias do bairro Cidade de Deus

Elaboração Ong. Eco Rede - 2009

Segundo o censo do IBGE (2000) a Cidade de Deus possui uma população de moradores composta por 53% (20.148 mulheres), e 47% (17.867 homens). Ressalta-se que 28% dessas mulheres são chefes de família. Lembrando que o IBGE trabalha com um quantitativo de **38.016** habitantes, muito distante dos números apresentados por órgãos representantes da Comunidade, que apontam um número muito maior que gira em torno de **65.000** habitantes, na prática isso significa dizer que **26.984** pessoas são população invisível para o poder público, não sendo com isso considerada em suas políticas. Em relação a pirâmide etária percebemos uma baixa tendência ao envelhecimento, em contrapartida existe um expressivo quantitativo de crianças, adolescentes, e jovens no bairro, os quais em sua grande maioria estão em defasagem escolar, o que muitas vezes serve como obstáculo no processo de inclusão no mercado de trabalho, esses na sua grande maioria, quando conseguem trabalho, são em cargos subalternos (porteiro, segurança, babá, empregada doméstica) nos bairros vizinhos de alto padrão tal como na Barra da Tijuca.

GRÁFICO 01- Pessoas Residentes no bairro CDD por Faixa Etária.

Fonte: Dados do CENSO do IBGE/2000.

No que se refere ao indicador demográfico relacionado a cor/raça, na CDD podemos destacar a predominância da população que se identifica como negra (39%) e não branca (39%) o que representa 78% da população do bairro, portanto, algo em torno de 29.650 pessoas. Ressalta-se também que 20% se declara como branca e 2% como pertencentes a outros grupos raciais.

Figura 07 – Imagens de moradores da CDD.

Fonte: Portal Comunitário da CDD (2010).

A classificação do IBGE não permite identificar o que representa “os não brancos”, entretanto acreditamos se tratar de uma população negra, afrodescendente que não tem consciência do seu pertencimento racial.

GRÁFICO 02- Composição Étnico-Racial dos moradores da CDD.

Fonte: Dados do CENSO do IBGE/2000.

Ao analisarmos a situação dos domicílios por condição de ocupação percebemos que na área consolidada do bairro nos domicílios caracterizados como casa, iremos encontrar um grande número de famílias que foram crescendo e com isso subdividindo

o terreno. Nesses casos fica evidente um crescimento tanto horizontal como vertical no bairro. É relevante observar que 82,3% da população é proprietária dos imóveis que residem, e que as habitações precárias, como favelas ou ocupações, representam menos de 4% do total de habitações.

GRÁFICO 03- Imóvel Particular Permanente por Condição de Ocupação.

Fonte: Dados do CENSO do IBGE/2000.

Em relação as condições de moradia e acesso aos serviços de saneamento básico: na CDD os dados indicam eu 98,4% da população conta com abastecimento de água por rede geral, poço ou outro tipo com canalização, e que 92,9% da população esteja ligada a rede geral de esgotamento sanitário, no entanto apenas 5,2 % com instalação sanitária adequada.

Figura 08 – Imagens da Rocinha II (Uma das regiões favelizadas do bairro CDD).

Fonte: Portal Comunitário da CDD (2010).

Com a ampliação do contingente populacional da Cidade de Deus nas quatro últimas décadas, em aproximadamente 50%. O bairro outrora conjunto habitacional, não recebeu as adaptações por parte do poder público para que os espaços que antes foram projetados para um número reduzido de pessoas pudessem comportar crescimento da população local. Como esse processo não ocorreu os equipamentos e serviços de infraestrutura urbana necessários para que as condições de moradia fossem preservadas foram depredados com o passar dos anos.

Como consequência da ausência de investimentos, e do crescimento populacional desordenado, o que já era precário ficou ainda pior, os espaços de lazer foram transformados em lotes para a construção de casas, os rios foram assoreados e suas margens favelizadas, e a rede de esgotamento sanitário foram ficando obsoleta diante das necessidades atuais. No mapa a seguir apresentaremos a atual disposição dos equipamentos públicos no bairro, que (tal como poderá ser percebido) não dá conta diante da real necessidade da comunidade.

Mapa 4. Equipamentos públicos bairro Cidade de Deus

Fonte: Instituto Pereira Passos - IPP, 2012.

Já no tocante a educação o panorama da CDD é bem crítico, segundo os dados do Censo do IBGE existe sete creches municipais e 13 escolas da rede municipal de ensino, em uma dessas escolas (CIEP João Batista) que funciona também um curso de EJA no horário noturno gerenciado pelo governo do estado. O Censo 2000 estima que 90,66 % (9.755 chefes de domicílio) são alfabetizadas, onde 61,77% são homens e 38,33% mulheres.

GRÁFICO 04 – Moradores da CDD Alfabetizados - Por Faixa Etária.

Fonte: Dados do CENSO do IBGE/2000.

No entanto em relação ao número de pessoas responsáveis pelos domicílios que não são alfabetizadas, cerca de 9,34 % (1.005) do total dos chefes de domicílio, consta que 38,80% é de homens e 61,20% de mulheres.

GRÁFICO 05 – Moradores da CDD não alfabetizados - Por Faixa Etária.

Fonte: Dados do CENSO do IBGE/2000.

Com base ainda nos dados do IBGE, pode-se afirmar que 9,18% das pessoas responsáveis pelos domicílios não tem instrução ou tem menos de 1 ano de estudo, 32,89% tem até 7 anos de estudo e apenas 1,17% estudou mais de 14 anos.

GRÁFICO 06 – Moradores da CDD responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes segundo o curso mais elevado que estudaram.

Fonte: Dados do CENSO do IBGE/2000.

O PDCCDD, já apontava que a educação é um dos problemas mais críticos no bairro. Haja visto que enquanto a maioria das regiões administrativas do Rio de Janeiro

teve suas taxas de analfabetismo reduzidas em mais de 20%, entre 1991 e 2000, na Cidade de Deus esta redução foi de apenas 2%. Ainda recordando os dados do Censo de 1991, é possível evidenciar que a média de escolaridade é baixa, 20% da população tem até três anos de estudo e Aqueles que conseguiram permanecer na escola por dezesseis anos, não ultrapassa a 0,82% do seu total.

Nesse sentido, no próximo capítulo buscaremos analisar as estratégias de intervenção política desenvolvida pelos moradores do bairro Cidade de Deus como forma de contrapor-se a esse estado de precarização e abandono social por parte do poder público. Nossa pesquisa busca evidenciar o protagonismo político daqueles que no lugar, (no bairro) estão transformando a realidade social da metrópole carioca, uma metrópole repleta de escassez nos lugares. Partindo do pressuposto de que protagonista é aquele que busca colocar-se como principal sujeito de uma ação em movimento. Vamos direcionar nosso trabalho para compreensão das articulações políticas elaboradas a partir do Comitê comunitário da CDD por que acreditamos que essa organização é a principal entidade de “movimento” ou “movimentação” política no bairro. Sendo assim, esse será o nosso objeto central de análise no próximo capítulo

Capítulo III.

DAS LUTAS COMUNITÁRIAS AO COMITÊ COMUNITÁRIO: PROTAGONISMO POLITICO E R-EXISTÊNCIA NO BAIRRO CIDADE DE DEUS

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, como os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas.

Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam.

Milton Santos

3.1. Território como espaço de mediação política: O bairro é o Território.

O conceito de território é um dos conceitos que também utilizaremos nesse trabalho, sobretudo por que analisaremos algumas movimentações políticas que ocorrem na Cidade de Deus que tem como objetivo possibilitar a ampliação da cidadania por meio de reivindicações de direitos sociais e da participação social em decisões políticas. Nesse processo, de movimentação dos moradores do bairro acreditamos que o território torna-se essencial na medida em que consiste em uma dimensão social e política, usada e praticada no processo de organização da luta política no bairro. Sendo assim, quando o lugar (bairro) é apropriado estrategicamente, no âmbito de relações de poder, ele constitui um território.

Nesse contexto para tratar do processo de territorialização das lutas políticas na Cidade de Deus, é necessário discutir o conceito de território no intuito de situarmos de que modo estamos considerando-o, ou seja, quais são os critérios para considerar e analisar territórios do protagonismo político na Cidade de Deus. Assim, abordaremos o território sob algumas das diferentes perspectivas.

O conceito de território tem tradição não somente no âmbito da Geografia, mas também na Antropologia, na Economia, na Ciência Política, na Psicologia e nas Ciências Sociais em geral, todas elas buscam no território uma ferramenta analítica para a compreensão de suas problemáticas específicas. Contudo nosso objetivo é discutir o conceito de território na geografia e buscar sua aplicabilidade nos estudo do bairro Cidade de Deus.

Na geografia, mais precisamente na geografia política, o conceito de território foi apropriado no final do século XIX, sendo quase sinônimo de solo (Bodem). Friedrich Ratzel (1990 – [1899]) utilizou a categoria de território para discutir o poder do Estado, partindo da ideia de que existe uma aproximação forte entre o Estado e o solo, como também da sociedade e o território. Segundo Ratzel, só existe território quando há uma ligação entre a “população” e o solo, pois:

É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de esses dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana a terra (RATZEL, 1990, p. 73).

Outro importante referencial nesta discussão é Raffestin (1993) para o autor, as bases para a compreensão do território como uma relação do homem com espaço, estão no poder, como coloca:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

Sendo assim,

O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

Para Raffestin (1993), o território se estabelece no espaço a partir de uma produção social, através de relação ou relações que, por conseguinte, gerem "campos de poder ou campos de força", podendo desenvolver-se a partir das relações sociais através da política, da religião, etnia, economia, dentre outros. O território, para o autor, também pode ser utilizado como um "*trunfo*", ou seja, os trunfos do poder visam o controle e a dominação de uma sociedade sobre outra sociedade, como também sobre coisas (recursos).

Também para Marcelo Lopes de Souza as relações de poder são "*trunfos*", entretanto estes são utilizados, nas formas de agente direto, das organizações e formas espaciais e não como o próprio conceito de território, visto como um instrumento de exercício do poder. Segundo Souza (2003), em seu artigo "*O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*", o autor afirma que a literatura produzida através da ciência política e da Geografia, durante muito tempo restringiu o conceito de território à escala nacional (Estado-Nação). Essa simplificação reducionista fez com que múltiplas escalas espaciais (locais, regionais, municipais, estaduais) e temporais (dias, meses, anos, séculos, etc.) fossem alijadas. O autor complementa sua reflexão argumentando que:

(...) à percepção do território nacional como o território por excelência, redundou na cristalização do sentimento, implícito nos discursos, de que territórios são entidades que se justapõem, uma vez que para cada território nacional só há um Estado-Nação. Sem dúvida, isto é uma hipersimplificação, imbricada na pobreza conceitual longo tempo imperante. Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes (SOUZA, 2003, p. 94).

Outros intelectuais tais como Raffestin também vão partilhar da mesma crítica de Souza, segundo Raffestin essa geografia ficou conhecida como “Geografia dos Estados”. Contudo, apesar do conceito de território ter sido cristalizado no imaginário social apenas como espaço delimitado por relações de poder e, desta forma relacionar-se ao Estado-Nação, vários pesquisadores, sobretudo geógrafos tem defendido a definição deste, a partir de outras variáveis importantes na produção dos territórios.

Segundo Haesbaert existem três vertentes de compreensão do conceito de território: 1) jurídico política – definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de carácter estatal; 2) a cultural(ista) – visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou “identidade social sobre o espaço”; 3) a economia – destacado pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da “relação capital-trabalho”. O mesmo autor afirma que os mais comuns são posições múltiplas, compreendendo sempre mais de uma das vertentes (1997, p. 39-40).

Fica nítido que Haesbaert (2006) amplia o conceito de território dando-lhe m carácter mais integrador e mais amplo. Em sua abordagem, o poder simbólico ganha maior expressividade pois, segundo ele, o território é carregado de significado e por isso, dotado de expressividade para quem o constrói e / ou dele usufrui. O Território portanto na perspectiva de Haesbaert pode ser compreendido como resultado do próprio movimento combinado de territorialização – desterritorialização do espaço, sistemas de objetos e ações, construído no e com o espaço, que indica a ideia de território como processo, temporal, dinâmico, multiescalar, histórico, variando conforme o contexto histórico-geográfico.

Segundo Souza (2008) o território também pode ser definido como um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais através das quais são definidos seus limites e uma alteridade. Para Souza (2003), os territórios são resultantes de relações sociais, projetadas no espaço (concreto), fruto do trabalho humano, configurando assim, o substrato material da territorialidade que pode ter o carácter permanente ou periódico. Para o autor, a territorialidade no singular seriam as relações de poder, delimitadas em um substrato referencial (espaço). Já as territorialidades abarcariam propriedades dinâmicas, através da interação da sociedade pelo espaço.

Nesse sentido o bairro também pode ser caracterizado como um território, visto que ele também é fruto da interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço. Ou seja, o território se constitui na medida em que o espaço emerge como elemento que medeia a interação entre seres humanos. Tal como sinaliza Pedom (2005).

Enquanto espaço da ação, o território passa a ser a mediação entre dois indivíduos ou grupos. É uma relação triangular, pois a relação entre os sujeitos sociais é mediada pelo espaço que, nesse processo toma status de território. O território tem, nestes termos, uma dimensão política intrínseca, pois tem a dimensão do poder no centro de sua constituição. Em sua constituição, os fatores culturais e simbólicos se imbricam de tal forma com fatores políticos que sua disjunção só é possível mediante a prática analítica. Essas relações se dão por meio de uma sinergia que, no campo da atuação dos sujeitos, o território passa a ser o elemento de identidade, ou seja, firma as particularidades de um grupo ou indivíduo com seu espaço de vivência e da ação política. (Pedom 2005, p. 144).

O território é, nesses casos, uma relação política. E pode ter seus limites inclusive em um bairro. Ou seja, é uma relação entre grupos sociais mediada pelo espaço. Nesse sentido, buscar compreender o território como espaço da ação política implica em buscar valorizar as suas especificidades. Desta forma, podemos compreender a territorialidade como conjunto daquilo que se vive no cotidiano, são as relações de trabalho, familiares, comunitárias, são as experiências vivenciadas, são as formas de apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica, é uma densidade, um valor (material, ético, afetivo, simbólico) conferido ao espaço a partir das práticas sociais.

3.2. O bairro como lugar de R-Existência

Tendo em vista que o Lugar refere-se a forma como os sujeitos se relacionam e interagem no ambiente vivido com seu espaço direto, utilizaremos também este conceito em nossas análises sobre o bairro Cidade de Deus. Em nosso entendimento o conceito de lugar aproxima-se muito do conceito de *bairro*, (desenvolvido no capítulo anterior) visto que o lugar também pode ser caracterizado como uma porção do espaço demarcado e eleito afetivamente, dentro de um “*mundo ordenado e com significado*” (TUAN, 1983, p. 63). Ele pode ser concebido emocionalmente nas experiências cotidianas, e pode ser caracterizado a partir do lar, o bairro, os locais de trabalho, dos encontros e lazer, bem como os caminhos que conduzem a esses.

O geógrafo João Baptista Ferreira de Mello (1991) na sua dissertação de mestrado, ao analisar as diferentes apreensões do lugar à luz das experiências vivenciadas dos compositores da Música Popular Brasileira na cidade do Rio Janeiro. Aponta o bairro como um “*lugar vivido por excelência, percorrido com segurança, onde muitos se conhecem e, portanto se familiarizam*”. (MELLO, Op. Cit., p. 62).

A geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (1996, p. 20) também aproxima o conceito de bairro ao conceito de lugar, partindo do entendimento que é impossível manter relações de vivência e experiência de sentidos com a cidade na sua totalidade, afinal de contas vive-se apenas fragmentos deste espaço. Que corresponde ao “*lugar – porção do espaço apropriável a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos dos seus moradores*”. Podendo ser a rua, a praça, ou mesmo o bairro. Que compreende ao

Espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança, o ir as compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar (CARLOS, Op. Cit., p. 21).

Nesse sentido, observa-se, que o Lugar está diretamente relacionado com o espaço de experiência dos sujeitos sociais. Os espaço vividos, “*espaço das práticas cotidianas e aparentemente banais*” (SERPA, Op. Cit., p. 10). Porquanto é no Lugar, que homens e mulheres percebem o mundo com todos os seus sentidos construindo uma relação intersubjetiva com os espaços que habitam. Nesse sentido segundo Serpa “*já que o lugar é mais que a soma de objetos ou uma localização (...) e exprime a experiência e o envolvimento com o mundo*”. Ele, segundo o autor, “*é sempre identitário, relacional e histórico*”, uma “*fonte de autoconhecimento e responsabilidade social*” (SERPA, Op. Cit., p. 11).

Pois, conforme ressalta o autor, os recortes espaciais priorizados pelos órgãos municipais (as regiões administrativas ou os distritos) se mostram “*grandes demais para despertar empatia como espaços vividos pela população, tal como o lugar*”, uma vez que essas divisões acabam por esconder o sentimento de pertencimento ao bairro, tido como “*espaço das práticas cotidianas e aparentemente banais*” (SERPA, Op. Cit., p. 10) dos seus usuários. Certo da magnitude desse pensamento e apoiando-se nas concepções desenvolvidas por Edward Relph e Marc-Augé sobre espaço vivido, Serpa

(Op. Cit., p. 11) vincula o bairro ao conceito de lugar, o que implica enxergá-lo como um sistema de relações particulares.

Segundo os pressupostos teóricos de Milton Santos o mundo é um conjunto de possibilidades. E essas possibilidades se realizam nos lugares. O lugar nessa perspectiva é a dimensão fragmentada do mundo. *“O lugar alias, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”* (Santos, 2002, p. 158). O mundo como latência, conjunto de possibilidades, e o lugar como existência, conjunto de oportunidades. *“É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do lugar”*. (Santos, 1994, p.5) virtualidades estas que se expressam em uma combinação particular de objetos e de ações. *“Cada lugar se define tanto por sua existência corpórea quanto por sua existência relacional. É assim que sub-espacos existem e se diferenciam uns dos outros”* (Santos, 1994).

É nesse sentido, que destaca-se a importância da abordagem do bairro como um referencial de suporte afetivo do cotidiano e organizativo para uma luta por melhor qualidade de vida. *“Esse lugar enquanto referencial para as relações sociais, representações coletivas e, eventualmente, para a mobilização social, exerce uma função catalítica”* (SOUZA, 2000, p. 159). Segundo Callai (2003).

reconhecer e estudar o lugar que nos dá a identidade nos permite reconhecer nosso pertencimento para se reconhecer como cidadão de um determinado lugar e que faz parte de um mundo maior. Também oportuniza aprender a fazer a leitura e a análise do espaço construindo para si uma metodologia capaz de estudar espaços mais amplos, mais distantes fisicamente.[...]. O cotidiano pode ser apreendido como lugar, uma vez que as vivências em geral, sejam acrescidas do sentimento de identificação com aquela paisagem com a qual se interage. (Callai, 2003,p.62),

A geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza também aponta nessa direção. Segundo a autora, o lugar, nos alerta para as desigualdades do mundo, de acordo com a geógrafa *“os lugares parecem revelar todas as contradições do mundo: nos lugares esse mundo se revela cruel, perverso, tornando o cotidiano de cada um quase uma fatalidade”*. (Souza,1997, p.2). Mas é no lugar também que são construídas as redes de solidariedades, onde são estabelecidos os pactos, as alianças, pois é no lugar o *espaço do acontecer solidário*, tal como sinaliza Santos:

O lugar é a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial; outra é a norma, a organização, os regimes de regulação. O lugar, a região não são mais o fruto de uma solidariedade orgânica, mas de uma solidariedade regulada ou

organizacional. É pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora. (Santos, 1992, p.20).

O lugar portanto é esse espaço do “estar junto” que possibilita a convergência de interesses, as articulações de alianças, o lugar, é a essência dos laços afetivos e das relações a partir do que Santos, inspirado em Durkheim, designou por solidariedade orgânica, que se traduz nos laços que “unem” uma pessoa a outra, por um bem comum, formando redes de solidariedade que provocam resistências, e ativismos permanentes, e lutas constantes.

O lugar também é o espaço da existência, da coexistência, da co-presença, da convivência, da contiguidade, da vizinhança, da interação, da proximidade, enfim, o estar juntos. “*Como lugar do acontecer solidário, homólogo ou complementar, o lugar é esse espaço banal da geografia (e não o espaço do economista ou do antropólogo ou do psicanalista ou mesmo do arquiteto ou do filósofo), criador da solidariedade e da interdependência obrigatória gerada pelas situações de cara a cara*” (Santos, 1994, p. 44). Para Arroyo (2001) o lugar está associado também à concepção de espaço e tempo da vida cotidiana, e do mundo da vida. “*Aquilo que é ‘aqui e agora’ apresentando a mim na vida cotidiana é o realissimum de minha consciência. A realidade da vida diária, porém, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes aproximação e distância, espacial e temporalmente*”. (Arroyo, 2001, p. 58). Esse “aqui” do qual nos fala a autora, remete à concepção de espaço banal, de lugar. Em suma, podemos afirmar que “*o lugar é onde estão os homens juntos, sentindo, vivendo, pensando, emocionando-se*” (Santos, 1995, p.3).

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas instituições-, cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Santos, 1996, p. 258).

Sendo assim, o lugar é o ponto de partida à construção do espaço mais justo, mais humano, perpassa pela reflexão desenvolvida por Santos (2008, p.113), quando ele afirma que ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso, e a sociedade é desigual, só pode constituir numa perspectiva de cidadania integral, quando alcançada nas escalas subnacionais, a começar pela escala local.

A concepção de lugar, utilizada por nós neste trabalho é, portanto, a de espaço vivido, dotado de significados, quase com sinônimo de bairro. O lugar como um espaço geográfico que se caracteriza por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 2004). Ou seja, é a partir das relações entre objetos e ações que o lugar se constrói. Assim,

O lugar é o espaço onde acontecem as relações de coexistência. É onde as pessoas movem-se individual e coletivamente, construindo uma realidade compartilhada. É no lugar que as pessoas criam laços com outras pessoas e encontram significados para a sua presença no mundo. O lugar não tem escala, como o local e o nacional, o lugar tem significados. (MOTTA, 2003, p. 95).

Contudo, não podemos esquecer que mesmo no lugar operam forças sociais com diferentes graus de combinações e interações, entre elas podemos destacar as horizontalidades e verticalidades que se dialetizam na tensão contraditória. Em contraposição à lógica dos lugares, as *verticalidades* são portadoras de uma ordem e de uma lógica própria, que corresponde aos interesses dos grandes agentes, (em nosso caso o poder público, a mídia, e as empresas privadas tal como a indústria cinematográfica que explora a dimensão do bairro como lugar de violência), tal como assinala Milton Santos:

As verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais “modernizados” e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados. O elenco das condições de realização das verticalidades mostra que, para sua efetivação, ter um sentido é desnecessário, enquanto a grande força motora seria aquele instinto animal das empresas mencionado, há decênios por Stephan Hymer e agora multiplicado a partir da globalização (Santos, 2000).

Com relação as horizontalidades, cumpre mencionar que elas são tanto “o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada, o teatro de um cotidiano conforme mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”. (Santos, 199, p. 93).

(...) as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações quase exercem num lugar são produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra (1996) São as verticalidades que entram em tensão contraditória com espaço banal, lócus de coabitação do diverso – na linguagem de Milton Santos horizontalidades (1996) -, onde se redescobre a “força do lugar” (1996) e, poderíamos acrescentar a força dos do lugar. (Apud, Porto-Gonçalves, 2002, p. 183).

A grande contribuição da obra de Milton Santos para o estudo do lugar na nossa concepção é sua análise otimista e generosa acerca do futuro. Segundo Santos (2000) mesmo com o avanço progressivo do capitalismo, e seu modo de produção técnico que impõe uma padronização das técnicas, culturas, e racionalidades o que favorece a concretização da globalização, ou melhor, do globalitarismo¹⁸. Ainda sim, existem, os movimentos insurgentes, as contra - racionalidades, as resistências, ou “r-existência”; pois de fato, trata-se de um movimento de r-existência, pois não somente lutam para resistir contra a imposição de um modelo único de racionalidade, mas também por outras formas de existência¹⁹, outros modos de vida, outros formas de sentir, agir, pensar e existir. Santos (2000) aponta que.

Os de baixo não dispõem de meios (material e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência de escassez e a experiência da convivência da solidariedade. É deste modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõem-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações. Tal cultura realiza-se segundo níveis mais baixos de técnica, de capital e de organização, daí suas formas típicas de criação.

Assim sendo, a nossa pesquisa resgata um pouco desse lugar. Um lugar onde estão sendo gestadas outras formas de vida, e outras formas de relação com o mundo. Acreditamos que o bairro Cidade de Deus é esse lugar, lugar dos *homens lentos*, dos portadores do futuro, um espaço vivido, colocado como ponto de partida na delimitação simbólica do espaço de luta; espaço que é constituído a partir da força da solidariedade organizacional sobrepondo-se à solidariedade orgânica, tornando o espaço cada vez mais racional. (YÚDICE, 2004, p. 23).

3.3. Um breve histórico das lutas políticas no bairro Cidade de Deus.

Apesar do histórico de abandono social e descaso por parte do poder público, na Cidade de Deus durante quarenta e três anos, os moradores se organizaram a partir das

¹⁸ Ver por “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”.

¹⁹ Termo cunhado por Gonçalves (2001) para demonstrar que a luta desses movimentos sociais tem um significado social e cultural mais profundo do que uma simples reação.

relações de solidariedade e sociabilidade para resistir diante das mazelas sociais que se materializavam no bairro. Neste processo, a partir dos ativismos dos moradores do bairro surgiram então diversas instituições de caráter cultural e político na comunidade, tais como: Associações de Moradores, Agremiações de Samba, Agremiações Esportivas, Grupos de Teatro, Revistas, cineclubes, Movimento Negro, Igrejas Atuantes, Grupos de Dança, e muitos outros, esta efervescência político-cultural possibilitou a formação de várias lideranças históricas no bairro.

Nesta mesma época, o bairro se destacou nos meios de comunicação por conta da guerra do tráfico varejista de drogas, e passou por intensa pressão em função do processo de especulação imobiliária, inclusive com inúmeras tentativas de remoção da população do local, por conta do crescimento e da valorização dos imóveis do bairro vizinho, a Barra da Tijuca. Apesar de todos esses problemas, em setembro de 1980, aconteceu na Cidade de Deus o *I Encontro do Fórum popular pela Saúde*, importante movimento que impulsionou o acontecimento de outros Fóruns de Discussão em todo o Município do Rio de Janeiro.

Tendo em vista também que a Cidade de Deus é um bairro localizado distantemente dos grandes centros comerciais, nesta mesma época, aconteceram no bairro, diversas “batalhas” a favor de melhorias do serviço de transporte público. Também foram detectadas nesse período muitas mobilizações em favor da melhoria da qualidade do ensino público, e também por condições mais dignas de moradia.

Nesta mesma época é possível evidenciar uma proliferação do trabalho voluntário e de ONGs no bairro. Em contrapartida, o poder público, em sua ação de desmobilização e controle de massas, cooptou diversas lideranças comunitária, enfraquecendo assim as lutas, facilitando à partidarização dos movimentos, e com isso intensificando as disputas internas no bairro.

Já nos anos de 1998, a Comunidade é elevada oficialmente à categoria de bairro. O contexto de democratização e a reação aos efeitos negativos da forte presença do tráfico de drogas se fizeram sentir nesse período, entre o final da década de 90 e a primeira década do século XXI, concomitantemente a esse processo de mobilização acontece nessa época uma reorganização da sociedade civil local. É nesse período que foi fundada a CUFA (Central Única de Favelas) inicialmente um movimento cultural de contestação voltado à cultura do Hip-Hop, mas que se expandiu em seguida para outros seguimentos de intervenção política.

Nos anos de 2002, com o sucesso do filme *Cidade de Deus*, a comunidade foi novamente projetada na mídia, reforçando o estereótipo de comunidade violenta e perigosa, o que acentuou ainda mais o preconceito e discriminação sob os moradores do bairro. Assim, em janeiro de 2003, representantes de instituições políticas da comunidade começaram a se reunir com representantes do poder público, empresas privadas e organismos internacionais, e iniciou um processo de formação de redes de desenvolvimento que culminou com a fundação do Comitê Comunitário da Cidade de Deus – CCCDD que tinha como pretensão aglutinar as diversas instituições de intervenção política que atuam no bairro.

3.4. O filme Cidade de Deus: do Estigma a Mobilização Política.

O filme brasileiro estreado no ano de 2002 dirigido por Fernando Meirelles é considerado por muitos críticos como um marco na indústria cinematográfica brasileira. A história do filme é baseada no romance homônimo de Paulo Lins, editado em 1997, e relata mais de duas décadas de criminalidade, violência e tráfico de drogas no bairro. O filme Cidade de Deus segue o que parece ser uma tradição do cinema brasileiro, que é a de mostrar, como documentário ou nas ficções, a miséria e a violência a que certas camadas da população foram e são submetidas no cotidiano.

Apesar do amplo sucesso do filme e da arrecadação milionária, para muitos moradores do bairro a exibição da mídia teve efeitos negativos para a Comunidade, visto que reforçava a imagem do bairro como sendo apenas o lócus do crime e da marginalidade, sobretudo por que o filme fez com que muitos acreditassem que se tratava de um quadro a respeito do bairro, desconsiderando que se tratava de uma obra de ficção, inspirada em um romance.

Não temos aqui a intenção de realizar uma crítica detalhada da produção cinematográfica, sobretudo por que acreditamos que nossa análise será apenas mais uma entre tantas outras sobre o filme. Contudo, queremos destacar algumas impressões sobre a estigmatização social que o filme produzir na população da Cidade de Deus.

Em uma das mais lúcidas e bem elaboradas destas críticas, Kátia Santos, antiga moradora da Cidade de Deus, outrora vinculada ao movimento de moradores do bairro, publicou um artigo questionando a veracidade do filme City God (nome de cidade de Deus para a exibição norte-americana) quando de sua estreia nas telas estadunidense. De maneira contundente a doutoranda em Literatura Afro-americana na Universidade da Geórgia (EUA), afirma:

Acredito ser esse um dos pecados do filme Cidade de Deus. A desumanização de tudo e de todos, disfarçada de “ficção verossimilhante”. E não é bem assim, sabemos que não. Alguém gerou o Dadinho. Alguém chorou pelo bandido Zé Pequeno. Mas a impressão que fica, a partir do filme, é que gente preta brota na terra da noite para o dia, vem do nada, e já de arma na mão. Tudo exatamente como se o filme tivesse sido feito a partir do saco azul de crimes – a coleção da minha mãe. No saco também não havia nada sobre as raízes daqueles bandidos ou vítimas. Afora o filho do peixeiro, ninguém mais tinha família, não há famílias na Cidade de Deus de Fernando Meirelles. Só há um amontoado de gente preta matando ou morrendo. Essas informações não vendem jornais - e nem entradas para o cinema. (SANTOS, 2003).

A autora prossegue em sua análise evidenciando os motivos que tornaram a obra de repercussão internacional um símbolo rejeitado por moradores que esperavam como resultado:

Muito mais do que a fossilização de estereótipos contidos no filme. Que o local de tantas misérias tivesse também algum benefício social depois da exposição ultranegativa que segue seus moradores – os que não têm envolvimento com o tráfico, ou seja, a esmagadora maioria – estavam tendo (SANTOS, 2003).

Outra fala de destaque foi realizada pelo administrador regional de Cidade de Deus. O mesmo chegou a afirmar: *“Será que o nordeste vai pagar a vida toda pelo que fez Lampião? Temos que enfatizar que a Cidade de Deus reúne trabalhadores honestos e não bandidos que passam o dia vendendo drogas e cometendo outros crimes”* (Entrevista concedida a Motta, 2002). Momentos diversos da história da Cidade de Deus foram lembrados por outros entrevistados da Cidade de Deus como fortes temáticas que deveriam ser filmadas – como a enchente de 1996, que matou vários moradores e deixou centenas de desabrigados, ou ainda a formação da comunidade, aqui se enfatizando o lado positivo da construção da sociabilidade do conjunto habitacional. Segundo a declaração do administrador regional, a divulgação cinematográfica da guerra ocorrida nas décadas de 70 e 80 na Cidade de Deus, só fez aumentar ainda mais o processo de estigmatização social sob os moradores do bairro.

Figura 09 – Imagens do Filme Cidade de Deus produzido por Fernando Meireles.

Fonte: Filme Cidade de Deus

Esta não é uma opinião isolada. MV Bill, um cantor rapper morador da Cidade de Deus, também foi incisivo, em um artigo publicado dentro da polêmica inaugurada pelo site Viva Favela, do Viva Rio. Nele, MV Bill asseverou:

Vou colocar todo mundo na bola. O mundo inteiro vai saber que esse filme não trouxe nada de bom para a favela, nem benefício social, nem moral, nenhum benefício humano. O mundo vai saber que eles exploraram a imagem das crianças daqui da CDD. O que vemos é que o tamanho do estigma que elas vão ter que carregar pela vida só aumentou, só cresceu com esse filme. Estereotiparam nossa gente e não deram nada em troca para essas pessoas. Pior, estereotiparam como ficção e venderam como verdade (MV Bill, 20/1//2003).

Tal como o rapper MV Bill muitos outros moradores do bairro se mostraram indignados com a produção fílmica. Sobretudo por que para um expectador desatento, em especial os que adentram pela primeira vez na Cidade de Deus através das telas cinematográficas, vão se deparar apenas com mais um bairro violento, habitado por gente pobre e controlada pelo tráfico de drogas, “*sem sinais de vida além da criminalidade*” (SANTOS, 2003) passível somente de ser temida. Segundo Silva (2009) por vezes, percebeu-se que,

[...] paradoxalmente, os próprios moradores da Cidade de Deus internalizaram esses mitos, compartilhando dessas visões hegemônicas vigentes de modo que, muitos assumem esses estigmas e passam atuar com base neles. Neste prisma, muitos moradores passaram se auto-intitular em favelados e violentos adotando posturas conseqüentes justamente por assim serem considerados (Silva, 2009 p. 81).

Já outro grupo de moradores revela que com a amplificação do estereótipo da Comunidade, diversos moradores tinham que esconder, nas suas entrevistas procurando emprego, seu verdadeiro endereço, já que este, uma vez revelado, eliminava as chances de conseguir aquele.

Conforme colocou naquele filme, eles não colocaram a verdade, tudo que eles colocaram ali eles inventaram. Uma que aquele filme foi rodado na Cidade Alta, entendeu? E outra foi que uma parte na Cidade Alta, e a outra metade em Cordovil, não era na Cidade de Deus... Na Cidade de Deus mesmo eles não pisaram o pé, não botaram nada, botaram só na parte da violência. Esses anos todos ninguém fez nada pela Cidade de Deus, aí vem esse filme aí e piora tudo, fica ruim até pros meninos conseguir emprego coitado, por que aí fora agora todo mundo pensa que aqui na Cidade de Deus só tem bandido. (**Dª Benta** uma moradoras mais antigas do bairro Cidade de Deus/ Entrevista concedida em 2012).

Contudo apesar da imagem depreciativa promovida pelo filme, no próprio bairro iniciou-se um movimento de resposta ao estigma que já pesava sob a comunidade. Nesse bojo, no processo de rearticulação dos moradores do bairro na luta simultânea contra estigma, o estereótipo, o tráfico de drogas, e a ausência seletiva do Estado foi fundado no ano de 2003 o Comitê Comunitário da Cidade de Deus cuja a finalidade precípua é a de aglutinar todos os movimentos de ativismo que já ocorriam no bairro.

Apesar da Cidade de Deus já apresentar desde sua gênese uma grande tradição de lutas urbanas em prol da melhoria do bairro, acreditamos que a fundação do Comitê é paradigmático pois simboliza um novo contexto de articulação política e protagonismo social no bairro.

3.5. Das Lutas Comunitárias ao Comitê Comunitário: Um novo paradigma de mobilizações políticas.

No início do ano de 2003 as mobilizações sociais da Cidade de Deus atingiram outro nível de articulação política, sobretudo a partir das mobilizações de seus habitantes contra a onda de estigma, e preconceito produzidos pelo filme Cidade de Deus. Foi então que no dia 25 de abril desse mesmo ano tem início a primeira reunião do *Comitê Comunitário da Cidade de Deus – CCCDD*. Seu principal objetivo era articular as diversas iniciativas sociais existentes na comunidade bem como lutar para trazer melhorias a qualidade de vida dos moradores do bairro.

Um marco histórico na vida da comunidade e das vinte instituições que compõe o Comitê Comunitário de Cidade de Deus e que durante esses mais de treze meses estão juntos por acreditarem que um novo mundo é possível, uma Cidade de Deus melhor é urgente. (PDCCDD, 2004, p. 4).

O Comitê Comunitário da Cidade de Deus é uma rede de instituições e moradores da localidade, que teve a sua gênese a partir da seguinte demanda; a necessidade de fazer frente ao processo de abandono social, e descaso do bairro por parte do poder público. O Comitê trouxe a proposta inovadora de aglutinar as diferentes entidades e coletivos locais com objetivo de superar o isolamento e as divisões que caracterizavam grande parte da atuação dessas organizações.

Pela primeira vez, em 43 anos, as instituições e movimentos sociais de CDD se unem para lutar em defesa de seus direitos. Entre os objetivos do Comitê Comunitário estão: 1) articular, interna e externamente as instituições da Cidade de Deus, para elaborar, desenvolver e executar um Plano de Desenvolvimento Comunitário, em parcerias institucionais, técnicas e financeiras com o Poder Público, Setor Privado e Sociedade Civil em geral; 2) lutar pelo acesso dos moradores de Cidade de Deus aos direitos sociais na forma do Art. 6 da Constituição Federal, bem como à comunicação, cultura, esporte, urbanismo, meio ambiente e promoção social. (PDCCDD, 2004).

Entre os militantes do Comitê, é perceptível um sentimento de coletividade que tem como objetivo construir um projeto de desenvolvimento local que pressupõe cooperação, autonomia, e o protagonismo político.

[...] O Comitê engloba muitos moradores da Cidade de Deus muitas instituições que já faziam trabalho anteriormente mais só que cada um individualmente entendeu? O importante disso tudo é que agora trabalhamos em grupo haja vista que a gestão da agência aqui é uma colegiada não é um gestor só tem o presidente tem o coordenador tal tem o coordenador isso mais é uma gestão colegiada entendeu não é existe uma pessoa só que manda não (**Lisete**, ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012).

Inicialmente o Comitê contava com treze instituições e lideranças locais, no entanto hoje conta com um número menor de participantes entre instituições e lideranças, esse número atualmente encontra-se reduzido em virtude da função da própria dinâmica do Comitê, no entanto, entre as principais ações realizadas por esse coletivo ressalta-se a elaboração de um *Plano de Desenvolvimento Local e Sustentável*, com propostas em todas as áreas temáticas onde as comissões foram constituídas numa perspectiva a médio, e em longo prazo, visando o desenvolvimento da comunidade. O Comitê Comunitário da Cidade de Deus encontra-se atualmente estruturado da seguinte forma:

Quadro 4, O comitê Comunitário da Cidade de Deus - CCCDD.

Alguns anos depois da fundação do Comitê Comunitário, precisamente no ano de 2006, no mês de janeiro, foi fundado a *Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local - ACDDDL* com a missão de articular as instituições que compõe o CCCDD objetivando assim, um trabalho mais integrado, sustentável e articulado em rede. Segundo a Ata de Fundação da Agência, a mesma tem como objetivo:

[...] o desenvolvimento sustentável de Cidade de Deus, observando um plano estratégico de desenvolvimento comunitário, incentivando e promovendo atividades e projetos nas áreas da cultura, educação, esporte, saúde, promoção da cidadania e preservação do meio ambiente – (Ata de fundação, Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, 2006).

Em suma, a Agência tem finalidade ser uma instância legalmente instituída (ao contrário do comitê, que não tem CNPJ) e com capacidade de executar os projetos discutidos no Comitê, ou seja, é uma instância que executa as deliberações adotadas pelo Comitê.

Nós somos instituições que entra aspas não era legalizada, era mais faltava um monte de licitações aí veio a ideia da agência né e aí eu digo o seguinte essa agência foi um nascimento, foi um bebê que nasceu sem gestação primeiro precisou vai ter que nascer, e nasceu e aí a gente “ficamos” com essa questão da agência que é o esse prédio aqui todo né e aí foi assim que nós fomos trabalhando fizemos do comitê um fórum aberto onde a gente discute qualquer morador pode falar, e instituições pode participar e discutir [...] (**Lisete**, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012).

Para além de ser um órgão executor, a Agência teria como responsabilidade delegar para as instituições do bairro projetos que estejam dentro do seu perfil de trabalho.

[...] por que assim qual é a missão da agência de desenvolvimento local? a missão de uma agência local é desenvolver e transformar a comunidade então o certo seria qualquer projeto que vá para as instituições passar por aqui, por mim seria esse o caminho o projeto vem para a agência e a agência seleciona que instituição tem o perfil daquele projeto. (**Cristina**, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012)

A Agência também tem como finalidade ser o ponto de conexão entre o poder público e a comunidade, servindo com um facilitador das possíveis ações de melhoria que o poder público possa realizar no bairro.

A agência ela teria esse papel aqui tudo que o governo vier fazer tudo passa aqui não fica aqui não mais passa aqui pra gente assinar em baixo assino em baixo autografou “pere pere” aí eles vão pra aqueles que fazem aquilo que eles bem quer pra gente aqui, ainda tem um agravante lá no começo a gente dizia que a gente não queria “pacotes prontos” e o governo mandava né os projetos hoje eles estão mais a cara da

comunidade mais você deve lembrar que também o governo mandava a gente tinha que aceitar e pronto né hoje eles estão mais abertos até pro diálogo não porque o governo pra fazer qualquer trabalho na Cidade de Deus é preciso que ele venha ouvir a comunidade aqui na Cidade de Deus pra que ele saiba porque cada um tem sua característica (**Lisete**, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012).

Fica nítido na fala de Lisete que muitas vezes o poder público realiza no bairro intervenções autoritárias, sem ao menos consultar os maiores interessados que são os moradores do bairro. Esses “pacotes prontos” tal como colocou Lisete, vão muitas vezes à contramão dos interesses dos moradores da comunidade, que são aqueles que conhecem suas reais necessidades, e carências. Um exemplo nítido dessa intervenção pública a contragosto dos habitantes do lugar foi à ação de implantação da Unidade de Polícia Pacificadora no bairro no ano de 2009²⁰, ressalta-se que essa jamais foi uma reindicação dos moradores do bairro.

O comitê e a Agência esforçam para alterar esta conjuntura e estabelecer uma relação de diálogo e de parceria permanente com o poder público a fim de possibilitar intervenções que possibilitem a melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro. Outra ação importante executada pela Agência foi a construção de casas, em uma região favelizada e extremamente precária do bairro conhecida como Rocinha II, esse foi um projeto financiado pela Caixa econômica Federal.

3.5.1. As primeiras Articulações do CCCDD em busca de transformações sociais.

Também no início do ano de 2003, concomitantemente ao processo democrático de criação do Comitê Comunitário Cidade de Deus, lideranças empresariais da cidade do Rio de Janeiro criaram o *Fórum Empresarial do Rio*, cujo objetivo era o de mobilizar forças da sociedade civil, para, que em parceria com o Poder Público e dentro de uma perspectiva de responsabilidade compartilhada e integrada, potencializar o desenvolvimento social da cidade, contribuindo com iniciativas para a melhoria da qualidade da vida e para a redução dos índices de exclusão social na mesma.

²⁰ As chamadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) foram instaladas em algumas favelas do Estado do Rio de Janeiro, numa proposta de ocupar de forma duradoura áreas antes dominadas pelo tráfico de drogas.

O Comitê Comunitário de Cidade de Deus, empossado foi um facilitador na interação entre o Fórum Empresarial do Rio, desde o primeiro encontro. Posteriormente foi criado o *Núcleo de Articulação do Projeto Cidade de Deus* - instância que integra comunidade, associações empresariais e poder público na busca de soluções para os problemas da comunidade, o núcleo era composto por três representantes das federações, mais três representantes do governo (federal, estadual, municipal), e três representantes da Comissão Executiva do Comitê Comunitário, um representante de cada entidade/empresa parceira.

Como produtos da atuação do Núcleo de Articulação, que praticamente não contou com a participação do Poder Público, até abril de 2004, podem ser citadas as seguintes realizações:

- ✓ Um primeiro levantamento das demandas da população local, com base em trabalho realizado por oito Comissões Temáticas (Trabalho, Emprego e Renda, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Promoção Social, Comunicação, Cultura e Esporte) constituídas por integrantes do Comitê Comunitário;
- ✓ Levantamento de dados sobre a localidade, com base no Censo 2000, em pesquisa da UNESCO, em pesquisas realizadas com empresários e em escolas da Cidade de Deus e em informações prestadas por organizações que atuam no local;
- ✓ Pesquisa participativa, encomendada pelo UNICEF, executada por onze instituições locais para levantar dados qualitativos sobre crianças, adolescentes e famílias, objetivando fundamentar um planejamento participativo;
- ✓ A realização da Ação Comunitária, quando foram oferecidos diversos serviços e atendimentos médicos e odontológicos à “comunidade”;
- ✓ O 1º Fórum Comunitário, no qual foram tratados e debatidos os temas protagonismo comunitário, políticas públicas e responsabilidade social;
- ✓ A criação e distribuição do Jornal Comunitário CDD Notícias, que tem como propósitos integrar e mobilizar a comunidade em torno de suas bandeiras e reivindicações e publicar assuntos de interesse local que nunca ou dificilmente são publicados nos jornais de grande circulação;
- ✓ A implantação do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos com sete turmas, a partir de Projeto de Educação de Jovens e Adultos e do Projeto de Capacitação de Educadoras Populares;
- ✓ A realização de, aproximadamente, 15 visitas a órgãos públicos (Secretarias Estaduais e Municipais) com o propósito de estabelecer

parcerias para o desenvolvimento de projetos de interesse local (Plano para o Desenvolvimento Comunitário em Cidade de Deus, 2004);

- ✓ E, finalmente, o Plano Para o Desenvolvimento Comunitário em Cidade de Deus. Levantamento de dados sobre a localidade, com base no Censo 2000, em pesquisa da UNESCO, em pesquisas realizadas com empresários e em escolas da Cidade de Deus e em informações prestadas por organizações que atuam no local;

Ressalta-se que no ultimo tópico, a elaboração do Plano para o Desenvolvimento Comunitário, este é resultado do esforço conjunto do Núcleo de Articulação com a comunidade do bairro em diálogo com o grupo que representava o Fórum Empresarial do Rio. E surge a partir da necessidade de sistematizar todas as informações sobre o processo desenvolvido no ano de 2003. O plano contemplava dupla finalidade; A primeira era a de registrar, e sistematizar as informações e conhecimentos acumulados ao longo do primeiro ano de trabalho. E a segunda finalidade era estabelecer um cronograma de ação que servisse de orientação para as mobilizações nos próximos cinco anos, e que contribuísse para fazer avançar a articulação de programas, projetos e ações sociais já em desenvolvimento no bairro, bem como para desencadear a realização, a implantação e o desenvolvimento de novas iniciativas em favor do mesmo.

3.6. O Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus

O Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus tem como objetivo precípua ser um instrumento político capaz de orientar uma rede de instituições locais, articuladas em torno do Comitê Comunitário Cidade de Deus. O plano também tem como finalidade ser uma cartilha de orientação para revindicar junto ao poder público um amplo conjunto de programas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental do bairro. Esse documento foi elaborado de forma coletiva pelos moradores do bairro, junto as suas instituições de representação. A elaboração do Plano foi realizada em duas etapas:

Na primeira etapa foi realizado um levantamento dos principais problemas que assolam o bairro Cidade de Deus, essa primeira fase foi resultado do trabalho coletivo realizado pelas Comissões Temáticas do Comitê Comunitário. Além de elencar os segmentos mais críticos em cada área temática que carecem de intervenções imediatas por parte do poder público também foi apontado por essas comissões as condições de

vida que se pretendia produzir/alcançar na localidade nos próximos cinco anos. Para tanto, o plano foi estruturado sob os seguintes questionamentos:

- ✓ O que precisa ser feito para que se possam atingir as melhorias nas condições de vida dentro do prazo estipulado?
- ✓ Quem poderia contribuir para que estes avanços possam acontecer?
- ✓ Como cada um poderia contribuir; das iniciativas então em andamento no sentido da resolução dos problemas identificados? E das iniciativas previstas nesse mesmo sentido?

Essas definições foram registradas em fichas e coladas em painéis com a seguinte estrutura:

Projeto Social Cidade de Deus			Área Temática:			
Principais Problemas	O Que Queremos até 2009	O Que Precisa Ser Feito	Quem Poderá Contribuir	Como Poderá Contribuir	Iniciativas em Andamento	Iniciativas Previstas

No segundo momento desse processo, aconteceram apresentações, discussões e consolidação do conteúdo dos painéis, em Oficina de Trabalho de dois dias, essa etapa contou com a participação de integrantes das instituições que constituíam o Comitê Comunitário e o Núcleo de Articulação Empresarial do Rio todos os envolvidos no Projeto Social Cidade de Deus. A Oficina foi realizada entre os dias 27 e 28 de março de 2004.

É Importante ressaltar que embora exista no processo de elaboração do plano Comunitário uma participação ativa de instituições externas a Cidade de Deus, o protagonismo, e o mérito da elaboração do documento é única e exclusivamente dos moradores do bairro e de suas entidades de representação, que há muitos anos desenvolvem trabalhos de intervenção política no bairro. Existiu em nossa pesquisa um cuidado em não secundarizar as ações desses militantes que vivem no lugar, e que há muito tempo buscam desenvolver estratégias de ações na comunidade em que vivem. Ressalta-se o fato do Plano ter sido elaborado e redigido com a participação de todos os

envolvidos no processo e aprovado por um Fórum Comunitário convocado com esta finalidade.

Figura 10 – Autores do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus

Fonte: Arquivo Comitê Comunitário Cidade de Deus. Ano 2004.

É Importante destacar também que no dia 29 de outubro de 2005, aconteceu um Seminário de Atualização do Plano de Desenvolvimento Comunitário, realizado pelo Comitê Comunitário, com a participação de representantes de todos os envolvidos em sua elaboração, nessa oportunidade o Comitê Comunitário apresentou como contribuições do Plano para a “comunidade”.

Entre as principais contribuições do Plano ressalta-se um saber acumulado na comunidade, sobre si mesma, sobre sua história, sobre sua realidade social, sobre seus problemas, bem como sobre suas expectativas e potencialidades. O Plano também contribuiu significativamente para consolidação do processo de união entre os moradores e suas instituições de representação, e, sobretudo o Plano contribui para melhorar e objetivar o diálogo da comunidade com as autoridades públicas em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal).

3.7. Principais desafios do Plano de Desenvolvimento da Cidade de Deus

Segundo os integrantes do Comitê Comunitário de Cidade de Deus, os problemas que se deseja superar, e a condição que se deseja alcançar na comunidade nos próximos cinco anos, estão relacionados como os seguintes temas: *Trabalho e Renda, Educação, Meio Ambiente, Cultura, Habitação, Esporte, Saúde e Promoção Social*. Entre esses temas que estão intrinsecamente articulados optamos por desenvolver uma análise mais detalhada de apenas dois que acreditamos serem os setores mais estratégicos para o fortalecimento das propostas de desenvolvimento local. Nesse sentido, concentraremos nossas análises nas temáticas do *Trabalho e Renda e Educação*, acreditamos que esses dois seguimentos entre todos os outros propostos, são os únicos que já apresentam ações mais concretas bem como alguns resultados materializados.

3.7.1. Trabalho e Renda: Economia Solidária como estratégia de superação social.

Um dos pontos mais desafiadores estabelecidos no Plano de desenvolvimento Comunitário certamente é o que se refere à necessidade de desenvolver e ampliar a consciência de uma economia solidária entre os moradores do bairro. Esse é um dos pontos centrais listado no projeto, e faz parte da estratégia de superação da escassez de recursos. Nesse sentido a cooperação é apontada mais uma vez como sendo essencial para a possibilidade de transformação social do lugar. Para o economista Paul Singer um dos maiores especialistas sobre o tema da Economia Solidária no Brasil²¹:

Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. (Singer 2008, p. 1).

²¹ A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. Já no Brasil a economia solidária surge como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar. É desta época a formação das cooperativas que assumem a indústria Wallig de fogões, em Porto Alegre, a Cooperminas, que explora uma mina de carvão falida em Crisciuma (Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas (em Recife e em São José dos Campos) da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores. (Singer, 2008).

Para o autor, a economia solidária está ganhando notoriedade no Brasil atual, sobretudo por que não se trata de uma simples herança do cooperativismo, mas sim de um legado das lutas históricas dos trabalhadores. A economia solidária esta associada a um movimento dos trabalhadores frente à crise generalizada no país, condicionada pela crise do capitalismo que abre espaço para novas formas de economia²², já que este fracassou em sua promessa de expansão econômica aliada à igualdade e prosperidade social. Nesse sentido, despertou-se (sobretudo nas classes populares) o interesse em buscar formas econômicas alternativas ao capitalismo. E é por isso que os estudos no campo da Economia Solidária têm alcançado cada vez mais destaque e importância nos dias atuais. Segundo o economista Luis Inácio Gaiger:

Nos anos de 1980, essas iniciativas tinham pequena visibilidade. (...) Naquela época, eram, muito mais, obra de entidades assistências ou filantrópicas. Aos poucos, esse campo vai ganhando visibilidade social e, agora, se pode falar também em visibilidade política. É quando vai surgir o conceito de Economia Solidária, junto com outros conceitos que procuram dar conta dessa realidade. (...) Nos anos de 1980, não se falava em economia solidária, mas em projetos comunitários; não se falava nem em experiência de geração de renda. Esse é um termo dos anos de 1990. (GAIGER, 2000, p. 168-169)

Nesse bojo, tendo em vista que a economia solidária surge como possibilidade de alternativa econômica de desenvolvimento, sobretudo em contextos sociais de precariedade, o bairro Cidade de Deus é certamente um terreno fértil para implementação desses princípios. Uma vez que nesse bairro existe uma cultura de solidariedade que vem resistindo ao longo dos quase cinquenta anos de existência da comunidade.

Muito interessante, como eu citei que uma agente dele mesmo na época né, cada lugar que a gente chegava para conversar, principalmente no Mercadinho Popular, a gente via que as pessoas já trabalhavam a economia solidaria, só não sabia disso, o que era economia solidaria, o que dava o nome de economia solidaria né, por que, o que é economia solidaria, um dos princípios da economia solidaria é haver troca entre si, então, vou falar do Mercadinho ali da frente, fora outro, mas ali me chamou mais atenção porque agrega muitos tipos de comercio ali, então sapateiro ele come ali na moça que faz a comida, a costureira conserta seu sapato ali no seu vizinho que é um sapateiro, o sapateiro por sua vez conserta sua roupa na costureira que ta ali entendeu? Que é uma troca entre si, que arranja, a economia acaba ficando mais centralizada aqui [...]. (**Sandra**, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012).

A solidariedade entre os moradores do bairro é vista como a única alternativa para a sobrevivência daqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade social.

²² Ver SINGER, Paul; SOUZA, André (orgs.) (2000) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, São Paulo, Contexto.

Ao analisar a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento local no bairro Cidade de Deus, Santos e Lima (2008) vão reafirmar que a economia solidária:

Não se trata apenas de uma forma de alternativa ao emprego informal e ao desemprego. Trata-se do (...) processo amplo de cooperação, presente de forma generalizada pelo território local e se apresentando como um caminho verdadeiro e efetivo para a construção do desenvolvimento sob novas bases. (Santos e Lima 2008, p. 9).

As autoras prosseguem em suas análises, e apontam ainda que;

No contexto da CDD, tal alternativa pode ser fortalecida quando se considera que: 1) a questão do acesso ao trabalho digno vem sendo claramente apontada como um desafio prioritário pela comunidade; 2) identifica-se um potencial significativo, na comunidade, para a formação e organização dos trabalhadores sob formas cooperativas e autogestionárias, especialmente em ramos de serviços que tendem a ter aumento de demanda. (Idem, p. 9).

Deste modo, a economia solidária tem representado novas possibilidades de organização da sociedade, visto que embora tenha objetivos econômicos, prima também pela disseminação de valores como a democracia e a igualdade, bem como o estreitamento dos laços sociais (SINGER, 2000).

A gente promove festivais de economia solidaria, nós não queremos estar fazendo feiras, feiras de economia solidaria, porque feira você tem a todo momento né, então agente promove festivais por que é assim, quando você vai comercializar o seu produto você não está só vendendo aquilo que você faz, você está também apresentando a sua arte, pela aquela artesã tem que ta também apresentando a sua arte, então assim, você passa aquilo que você faz, você passa com prazer, você passa com poesia, você passa com um monte de outros atrativos que façam com que as pessoas se interessem por aquele seu produto né, e isso não é uma coisa fácil, você tem que realmente ter aquela alma de artista, porque o artesão é um artista, porque você vê, são cada bordados, são quadros, são coisas que aquelas pessoas fazem que só quem tem muita sensibilidade na alma mesmo consegue fazer. (Sandra, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012).

Segundo França Filho e Laville (2004) entre os principais critérios que definem e caracterizam uma determinada organização no âmbito da Economia Solidária são os seguintes listados abaixo:

1. Pluralidade de princípios econômicos – as experiências de Economia Solidária articulam múltiplas fontes de recursos: mercantis (através da venda ou prestação de serviços mediados pelo mercado); não mercantis (através das várias formas de subsídios e subvenções provenientes de organizações governamentais e não-governamentais); e não monetários (obtidos através de práticas reciprocitárias, como a ajuda mútua, o trabalho voluntário, as redes de troca e as doações).

2. Autonomia institucional – Os empreendimentos de Economia Solidária preservam sua autonomia e guardam independência em relação a outras instituições, evitando, assim, formas de controle externo e assumindo uma gestão autônoma, que não impede, no entanto, relações de interdependência;

3. Democratização dos processos decisórios – nesse tipo de organização, os mecanismos de decisão são “[...] coletivos baseados no ideal de participação democrática dos seus associados” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 168);

4. Sociabilidade comunitário-pública – Segundo França Filho e Laville (2004), as organizações de Economia Solidária combinam, em suas relações, padrões comunitários com práticas profissionais;

5. Finalidade multidimensional – “Esse critério indica que, ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se num espaço público.” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 169). Sendo assim, essas organizações desenvolvem múltiplos objetivos que inclusive não se limitam a atender as questões de seus membros, mas estão voltadas para resoluções de questões que envolvam o território ao qual pertencem.

Os primeiros contatos dos moradores da Cidade de Deus com os princípios da Economia Solidária aconteceram por intermédio do Comitê Comunitário da Cidade de Deus que possibilitou um ciclo de palestras de formação sobre a referida temática, o curso tinha a duração de noventa horas pra uma turma de quarenta alunos, e tinha como público alvo trabalhadores da construção civil da CDD.

A formação aconteceu entre fevereiro e maio de 2007. O curso estava organizado em quatro módulos divididos em vinte sete encontros, além de visitas a Estabelecimentos de Economia Solidária espalhada pelo Rio de Janeiro. A formação em economia solidária foi um grande sucesso que culminou ao término do evento com os trabalhadores/ moradores da comunidade apresentando motivação suficiente para formar empreendimentos de economia solidária na Cidade de Deus. Assim os trabalhadores aproveitaram o término da formação para realizar a assembleia de fundação da cooperativa que se chamou a *Cooperativa de Trabalho Forte da Cidade de Deus* (COOPFORTE CDD). Trata-se de um empreendimento de construção civil baseado nos preceitos da economia solidária. O primeiro contrato de trabalho da

cooperativa foi negociado com uma empreiteira que construiu 618 casas na área chamada Rocinha II da CDD.

A COOPFORTE CDD constitui-se num significativo espaço de luta de alguns trabalhadores da CDD que buscam garantir renda para suas famílias, potencializar o desenvolvimento de sua comunidade e assim desmistificarem os “rótulos” negativos dados para a comunidade. O próprio nome adotado pela cooperativa demonstra que o fato de estarem localizados numa das áreas mais carentes do Rio de Janeiro não os afastou de divulgar sua identidade local. Uma ação concreta de resgate da autoestima da comunidade. (Santos e Lima 2008, p.11).

O período de capacitação dos trabalhadores foi de suma importância, pois foram nesses meses de que os trabalhadores amadureceram o entendimento sobre os princípios da economia solidária e apresentaram o amadurecimento necessário para articular um empreendimento que tivesse por objetivo o desenvolvimento social do bairro. A formação da COOPFORTE vem demonstrando que a formação de cooperativas inspirada nos princípios da economia solidária é uma alternativa viável ao processo de abandono e exclusão social.

Figura 11 – Construção de casas populares no bairro Rocinha II

Fonte: Arquivo Portal Comunitário Cidade de Deus. Ano 2009

Entre os muitos serviços oferecidos pela Cooperativa destacam-se a oferta de: mão de obra qualificada para a coordenação e monitoramento de campo em obras, incluindo orçamentos para execução de projetos e de obras, limpeza de resíduos da construção civil, construção, manutenção e reparos de pequeno, médio ou grande porte em obras como conjuntos habitacionais, casas, piscinas, quadras, muros, poços artesanais, etc. Em instituições públicas e privadas.

A cooperativa também realiza trabalhos em obras de subsolo tais como: instalações hidrossanitárias e de gases, abertura para cabeamento, demolições, escavações e terraplanagem, além de obras urbanas como praças, ruas, avenidas, encostas de captação e drenagem. Ainda são oferecidos serviços de paisagismo e embelezamento como o desenvolvimento e manutenção de canteiros e jardins, e podas de árvores.

Figura 12 – COOPFORTE ministrando cursos de capacitação para novos membros da Cooperativa/ todos moradores da Cidade de Deus

Fonte: Portal Comunitário Cidade de Deus. Ano 2009

Ressalta-se que muitas são as dificuldades para a consolidação das propostas de economia solidária, sobretudo por que vivemos em um mundo de heterocompetição, e muitas vezes é extremamente difícil superar a mentalidade individualista que é característica de nosso tempo.

A economia solidária ainda vai ser muito sólida, um dia talvez seja, pros meus netos e pros meus bisnetos, mas ainda vai ser muito sólida a economia solidária, ela tá se propagando, se propagando mesmo. Olha, eu fiz marketing quando eu trabalhei no projeto inclusão produtiva jovem que foi aquele do CONTEC na UFRJ, dentro deste projeto veio um movimento chamado economia de comunhão que é religioso, foi feito o economia de comunhão e aí a economia solidária ela, os jovens trabalhavam paralelamente com a economia solidária e elas são parecidas né? Tem a economia de comunhão e a economia solidária, quem criou a economia de comunhão foi a Chiara Lubich, ela já faleceu, era italiana, e aí eu acho que para você entender e trabalhar a economia solidária você tem que entender a economia de comunhão, porque quando eu também trabalhei no grupo Revivendo Arte que é um grupo de cultura, nós tivemos, foram 12 cursos destes integrais para entender como é que você faz o, como é que se dá a questão do cooperativismo, porque a economia solidária ela, você tem que trabalhar com cooperativismo e aí tá tudo muito bem, tá tudo muito certo, quando você chega num ponto que você trabalhou e tem que dividir igualmente o dinheiro aí meu, é confusão, você tem que pagar as dívidas, as pessoas não entendem, que é assim, você trabalhou, você recebeu aquele fixo, você não pode dividir aquele valor fixo, porque se você dividir aquele valor fixo, como que você vai dar continuidade ao seu trabalho? Por que é assim, se você trabalha com costura, você necessita de linha, de agulha, a manutenção das máquinas, o espaço que você utiliza, tem que pagar luz, você tem que pagar água, você tem que pagar o aluguel, vai ter que pagar pelo jeito, porque não são próprios, e se você não separar tudo isso, você separar só o seu lucro entre quem trabalhou, no mês que vem vai que você não ganha, como que você vai dar continuidade ao seu trabalho, esse ponto é difícil você colocar na cabeça das pessoas [...] (**Sandra**, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012).

Outro fator que tem servido de obstáculo ao pleno sucesso da proposta é dinâmica da regulamentação legal, que imputa às cooperativas um alto custo tributário inviabilizando sua relação com o mercado externo.

Sendo assim apesar da ampla capacitação tanto em economia solidária como em capacitação da mão de obra, a iniciativa implementada encontra-se em um estágio inicial. Pois o que se tem por enquanto no bairro é um grupo de 30/ 40 trabalhadores envolvidos em um empreendimento de economia Solidária e comprometidos com o desenvolvimento da comunidade. Embora esses trabalhadores façam um esforço significativo para difundir as práticas coletivas e democráticas, acreditamos que para que o sucesso seja pleno, é preciso uma abordagem e ações no sentido de garantir políticas de fortalecimento às formar associativas, em especial ao cooperativismo, cujo modelo foi o inicialmente adotado. Só assim poderemos garantir a consolidação de outra cultura, que estimule no bairro não somente novas relações de trabalho, mas também novas relações sociais e econômicas.

3.7.2. Banco Comunitário da CDD: Uma Experiência de Economia Solidária

Entre as iniciativas dos princípios da Economia Solidária adotados no bairro Cidade de Deus, destaca-se a criação do *Banco Comunitário da Cidade de Deus*²³ inaugurado no dia 15 de novembro de 2011²⁴. O *banco comunitário* é uma estratégia de finanças solidárias de desenvolvimento local e constitui-se em uma potente iniciativa que integra diversas dimensões sociais e econômicas da comunidade. O conceito de *Banco Comunitário*, também conhecido como *Banco Comunitário de Desenvolvimento*, carrega uma dimensão simbólica que está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento da economia local.

Figura 13 – Inauguração do Banco Comunitário da Cidade de Deus

Fonte: Portal Comunitário Cidade de Deus. Ano 2009

²³ Banco Comunitário Cidade de Deus foi o primeiro na cidade do Rio de Janeiro a incentivar a produção e o consumo de produtos e serviços em uma comunidade, promovendo assim o desenvolvimento econômico local.

²⁴ A cerimônia de inauguração contou com a presença do então prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes, e de outras autoridades tais como; superintendente nacional de Programas Sociais da Caixa Econômica Federal, Ivan Domingues das Neves e a superintendente regional da Caixa, Nelma Tavares, além do subprefeito da Barra e Jacarepaguá, Tiago Mohamed, entre outras autoridades. Destaca-se também a presença do secretário nacional de Economia Solidária, prof^o Paul Singer.

A metodologia de Bancos Comunitários foi desenvolvida pela Visão Mundial inspirado nas experiências de Bangladesh, vividas pelo professor de Economia Muhammad Yunus com objetivo de atender aos pequenos negociantes que estavam excluídos dos programas disponibilizados pelo governo e pelas entidades de financiamento geral. A metodologia estava relacionada ao Programa de Microcrédito (PROMICRO) que iniciou suas atividades em 1995, e cujo objetivo era a promoção fortalecimento e desenvolvimento socioeconômico de pequenos negociantes localizados em área pobres. (Silva, 2009). É nesse sentido que de acordo com o Manual dos Bancos Comunitários, o mesmo pode ser definido como;

[...] uma organização informal formada por pessoas que possuem pequenas atividades econômicas, que se unem para acesso ao crédito com o objetivo de fomentar e fortalecer seus empreendimentos, promovendo o desenvolvimento local através de um processo educativo que visa desencadear melhorias na qualidade de vida da comunidade (MANUAL DE METODOLOGIA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2007).

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006) também aponta que em geral as características básicas de um Banco Comunitário são as seguintes:

- ✓ É criado e gerido pela própria comunidade, moradores e suas entidades de representação;
- ✓ Atua com linhas de crédito em moeda nacional e em moeda social circulante local;
- ✓ Promove o desenvolvimento local de forma endógena, através do financiamento à produção e ao consumo local;
- ✓ Fomenta a comercialização dos empreendimentos locais, articulando produtores e consumidores;
- ✓ Atua em comunidades com alto grau de exclusão e desigualdade; Seu público se caracteriza pelo alto grau de vulnerabilidade social; Sua sustentabilidade financeira, em médio prazo, deve ser subsidiada.

Em síntese podemos afirmar que o conceito de Banco Comunitário: “é sustentado pelo seguinte tripé: **gestão comunitária, sistema integrado** de desenvolvimento e a **moeda social circulante**” (PASSOS, 2007, p. 64 – grifos no original).

Já em relação ao Banco Comunitário da CDD, este foi idealizado pelos moradores do bairro em articulação com o Comitê Comunitário. O banco comunitário recebeu auxílio de vários parceiros, entre eles podemos destacar o Instituto Palmas responsável pela criação, no Ceará, do primeiro banco comunitário do País e que

ofereceu toda uma estrutura de formação com palestras e consultorias aos moradores e ativistas da Cidade de Deus.

O banco já era o desejo do comitê tava dentro do plano de desenvolvimento local, quando a gente fala plano, e que estava dentro do plano, não quer dizer que o banco estava dentro do plano de desenvolvimento Comunitário, na verdade, assim a gente não falava de ter o banco mais a gente falava na economia solidária da Cidade de Deus, assim parece que tava escrita lá que o banco era necessário então eu gosto sempre de deixar claro que o banco nasceu aqui junto com a economia solidária (**Cristina**, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012).

No tocante a estrutura física e patrimonial do banco essa foi conquistada junto a Caixa Econômica Federal, que forneceu toda a tecnologia bancária necessária para montar a sede do banco. Já os investimentos iniciais foram obtidos por meio do BNDES que possibilitou o financiamento de R\$ 60 mil e do Ministério do Trabalho que contribuiu com mais R\$ 150 mil. A criação do banco social na Cidade de Deus foi uma das metas conquistadas pelas articulações políticas dos moradores da Cdd.

Um dos principais destaques do Banco Comunitário refere-se à moeda social circulante local, ressaltando-se que a utilização das cédulas - de **0,50, 1, 2, 5 e 10 CDDs** - trazem ilustrações de moradores notáveis da comunidade. E de acordo com a moeda nacional, **1 CDD equivale a R\$ 1**. A moeda local é o principal instrumento no contexto da economia solidária utilizado para promover o desenvolvimento econômico na comunidade. Não se trata de dinheiro, mas uma moeda que circula somente no local, garantindo que a riqueza seja gerada na comunidade.

[...] A alma do banco é fazer com que a riqueza gerada na Cidade de Deus permaneça na comunidade e a existência de uma moeda local vai permitir isso. Seus moradores possuem enorme potencial de produzir riqueza internamente, de negociar e de estimular as atividades econômicas locais. Com isso, os comerciantes locais só terão a ganhar, uma vez que as pessoas passarão a consumir somente aqui - disse o prefeito, completando que pretende levar o projeto a outras comunidades da cidade. (prefeito Eduardo Paes – entrevista concedida no dia da inauguração do Banco Comunitário da CDD)²⁵.

A moeda também pode desempenhar a função de instrumento de troca em uma feira solidária, ou ir além, permitindo com que os recursos “circulem” localmente, gerando emprego e renda, e beneficiando os produtores locais. Destacamos que a moeda circulante local não se restringe unicamente ao aspecto econômico, mais contribui também com o processo de capacitação, organização e empoderamento da comunidade.

²⁵ Entrevista retirada do Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro em junho de 2012. Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=2122531>

Figura 14 – Cédulas da moeda circulante no bairro Cidade de Deus

Fonte: Banco Comunitário Cidade de Deus. Ano 2012.

Além da política de Microcrédito, o Banco Comunitário também investe em diversas ações buscando movimentar recursos e “aquecer” a economia local, entre eles podemos desatacar a moeda social circulante local, feiras, balcão de emprego, dentre outras. Eles aquecem a economia local e reorganizam as redes de consumo e produção, além de contribuir numa maior coesão social entre os membros da comunidade.

Aqui, o interessante é que tem linha de crédito para todas as pessoas das classes menos favorecidas, até para quem tem bolsa-família. Até as pessoas que têm o nome no SPC conseguem o crédito, desde que estejam renegociando a sua dívida. Na realidade, nós também fazemos aqui uma educação financeira. A gente também orienta os clientes a trabalharem melhor o seu orçamento. (Ana Lúcia Pereira, moradora do bairro e administradora do Banco Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012).

O banco Comunitário é uma grande conquista dos moradores do bairro Cidade de Deus, e é fruto das articulações políticas gestadas no Comitê Comunitário, embora o banco ainda precise de algum tempo para conseguir se consolidar, em nossa pesquisa, constatamos que o banco já possibilitou avanços significativos na comunidade. Entre principais progressos promovidos pelo banco, podemos destacar o estreitamento dos laços sociais através de duas dimensões – uma socioeconômica, fomentando o empreendedorismo objetivando ampliar a produtividade sistêmica do bairro, e outra de cunho político, a criação de espaços públicos para a discussão de problemas e alternativas para a vida cotidiana. Além disso, o Banco Comunitário da Cidade de Deus tem contribuído significativamente para o acesso dos moradores do bairro aos serviços

financeiros e a efetiva utilização dos serviços oferecidos (conta corrente, conta poupança, e crédito seguro).

3.7.3. Por uma Educação de qualidade: Uma antiga reivindicação.

Como já apontamos anteriormente o sistema educacional no bairro Cidade de Deus é um dos setores mais precários do Rio de Janeiro. Há muitos anos os moradores do bairro reivindicam escolas de ensino médio, escolas que sejam de ensino profissionalizante que sirva pra capacitar a população jovem do bairro, e também uma escola de ensino integral. Essas reivindicações estão apontadas no Plano de desenvolvimento Local, e se traduzem também na fala de diversos moradores da comunidade tal como no relato de D^a Benta uma das moradoras mais antigas do bairro:

O que falta melhorar é o colégio, ter um colégio de ensino médio, porque eu acho um absurdo as crianças terminar com 14 anos e ter que estudar a noite, sair daqui para ir lá para Mesquita sendo que a gente mora aqui dentro da comunidade ela anda desde atrás do fórum até chegar lá dentro não tem condução, então tem que ir a pé todo dia, a minha neta terminou o ensino e teve que estudar a noite, por que não tinha de dia, não tem colégio de dia, só a noite e assim mesmo não é aqui dentro da Cidade de Deus, é uma distancia que daqui na Rocinha, vai na Rocinha, na Curicica então tem gente que acha que agente não merece por que agente é pobre, ninguém é pobre na vida, pobre é aquele que é pobre de espírito, então nós temos direito, entendeu! Nós temos direito a um colégio de ensino médio, tem que ter um colégio profissionalizante conforme já tem por ai a fora, botar até os meninos para poder aprender profissão, que para isso tem tanto projeto profissionalizante por ai. (D^a Benta uma moradoras mais antigas do bairro Cidade de Deus/ Entrevista concedida em 2012).

Essa mesma indignação aparece na fala de Lizete, uma das ativistas coordenadoras do Comitê Comunitário. Segundo ela a reivindicação da comunidade por uma escola de ensino médio é muito antiga:

Nós bem que tentamos muito, o pessoal do Comitê com a Secretaria de Educação porque aqui na Cidade de Deus nunca teve escola de ensino médio, tinha um turno numa escola que funcionava com um turno para um ensino médio, até hoje né, mas escola de ensino médio já são quase 40 anos que a comunidade pede uma escola de ensino médio, então assim, a gente lutou muito, agora foi até assinado, nós estamos aguardando, eles disseram que ainda não veio porque nós somos muito exigentes, porque nós não queremos qualquer escola, nós queremos uma escola que tenha ensino técnico, nós queremos que ela funcione em três turnos, nada de um turno só. E aí, agora eles disseram que escola de ensino médio, já foi assinada, já tem local, já tem tudo, só que ainda não veio porque eles disseram que nós somos muito exigentes e que eles conseguem inaugurar não sei quantas escolas por ano no Rio de Janeiro não consegue colocar uma aqui dentro da Cidade de Deus por causa do povo da Cidade de Deus que exige demais. (Lizete, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus/ Entrevista concedida em 2012).

Nesse sentido atingir a meta de educação (conquistar escolas de qualidade para o bairro) é uma das prioridades do Comitê Comunitário da Cidade de Deus. Nesse bojo, objetivando esse propósito já foram realizados diversos eventos na expectativa de formular políticas e identificar necessidades de mudanças de enfoque na política educacional visando avançar no sentido da inclusão social e da integração da Cidade de Deus aos bairros vizinhos e à cidade, mais amplamente, entretanto apesar dessas mobilizações, ainda não houve avanços significativos nessa meta.

Nesse capítulo podemos concluir, que a partir do protagonismo político e da participação popular é possível conquistar mudanças significativas no lugar onde se vive, tal como no bairro Cidade de Deus onde seus moradores elaboraram, e concretizaram através da pressão popular, projetos de desenvolvimentos referenciados em políticas públicas. Sabemos bem das limitações desse processo, porém não se pode negar que o que se tem hoje de concreto, especializado no lugar (no bairro) são resultados de um conjunto de mobilizações, e de uma luta constante a que as populações do bairro Cidade de Deus, desenvolveram a partir do Comitê Comunitário.

Capítulo IV.

O DESAFIO DA UPP PARA AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE BAIRRO: UM PANORAMA DA REALIDADE DA CIDADE DE DEUS.

Se as UPPs fossem um projeto de vanguarda, com certeza a governamentalidade carioca, a nível municipal e estadual, trataria de implantá-las no Leblon ou na Barra da Tijuca, aonde refulge e se concentra o esplendor do capitalismo de barbárie na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Socióloga Vera Malaguti Batista

4.1. Os desdobramentos do processo de “pacificação” do bairro Cidade de Deus

Em virtude do amplo projeto de “Renovação Urbana”²⁶ em curso na cidade do Rio de Janeiro que tem como objetivo preparar a cidade para a realização de importantes eventos internacionais tais como a Copa do Mundo de 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016. A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro iniciou em meados dos anos de 2008 uma nova política pública de segurança. Tratava-se da Polícia Pacificadora, uma “polícia de proximidade”, que num primeiro momento, objetivava a pacificação da comunidade favelada através de ações repressivas regulares para o fim da criminalidade violenta, principalmente aquela associada ao comércio varejista de drogas, e posteriormente a ocupação permanente da Polícia Militar nesse local a partir da implantação de uma unidade física no seu interior, de onde é designado o policiamento ostensivo que policiará o local. Esse modelo de policiamento, inicialmente desenvolvido na favela Santa Marta, situado em Botafogo, zona sul da cidade proliferou-se pelas favelas cariocas. Desde então, outras 33 Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) foram instaladas em favelas na cidade. No total, os 8,592 policiais destas unidades atendem a 1,5 milhões de habitantes de diferentes favelas.²⁷

A proposta deste capítulo é refletir sobre os efeitos dessa política de segurança pública sobre o cotidiano dos moradores da Cidade de Deus bem como os possíveis conflitos existentes entre a UPP Cidade de Deus e as entidades de organização política existente no bairro. Contudo, antes de empreendermos tal análise, pretendemos primeiramente apresentar um breve panorama sobre processo de implementação desse projeto de policiamento comunitário na cidade como um todo, por que em nosso entendimento esse projeto representa um marco na redefinição das políticas públicas de segurança para as favelas, e bairro empobrecidos da cidade do Rio de Janeiro.

4.2. Afinal o que Policiamento Comunitário?

²⁶ Cumpre ressaltar que a escolha da cidade para sediar os jogos da Copa do Mundo bem como os Jogos Olímpicos teve como consequência imediata uma série de propostas de políticas de renovação urbana. De modo geral, os projetos têm como alvo privilegiado áreas urbanas consideradas estratégicas pelo poder público por seu potencial econômico e turístico. Muitas delas coincidem com espaços de habitação popular, particularmente as favelas, o que justifica as ações diretas do Estado nesses locais. (Cunha e Mello, 2011).

²⁷ Fonte de dados: <http://www.upprj.com>

A filosofia estruturante do programa das UPP's é inspirada na prática do Policiamento Comunitário que é um método que vem adquirindo notoriedade em muitos países, sobretudo na Austrália, Canadá, Grã-Bretanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Cingapura, Japão e tantos outros. Contudo, as raízes do policiamento comunitário remontam às experiências de patrulhamento a pé, que começam em New York e New Jérsei no final da década de setenta quando o conceito de polícia começa a se transformar com o surgimento de diversas iniciativas que traziam no seu bojo a imagem da polícia como parceira da população e, principalmente, como uma organização prestadora de serviços à sociedade. Estas iniciativas, embora pontuais e muito “acanhadas”, já compunham o repertório de práticas do policiamento comunitário. Que teve sua gênese a partir das proposições de Arthur Woods, Comissário de Polícia de New York de 1914 a 1919, e que talvez tenha sido o primeiro a pensar e por em prática o policiamento comunitário (Skolnick e Bayley, 2006). Sobre esses aspectos, UNISUL (2009) nos recordam que:

A polícia comunitária se constitui num espaço aberto, que o Estado disponibilizou como instrumento para buscar a sensibilização do cidadão, ao reconhecer que necessita contar com sua participação e ao mesmo tempo, para lhe propiciar meios ao exercício de sua responsabilidade concreta para com a ordem pública.

O policiamento Comunitário geralmente é descrito por muitos especialistas como um programa de aproximação entre polícia e a comunidade, objetivando desenvolver entre eles um relacionamento positivo e constante, e não apenas o relacionamento tenso do momento da manifestação da criminalidade violenta quando a presença policial se torna impositiva.

Segundo Robert Trojanowics e Bonnie Bucqueroux, (1994, p. 04) o policiamento comunitário pode ser concebido como:

Uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (Trojanowics, e Bucqueroux, 1994, p.04).

Nesse modelo de policiamento, o papel da polícia diante da comunidade é de extrema relevância, uma vez que tanto as forças policiais quanto a comunidade reconhecem a necessidade de um trabalho compartilhado entre Estado e sociedade para

a manutenção da paz. O objetivo principal da polícia nesse contexto é (supostamente) a proteção e a redução da sensação de insegurança e não a simples repressão. Tal como assinala Ferreira (1995):

A Polícia Comunitária resgata a essência da arte de polícia, pois apoia e é apoiada por toda a comunidade, acolhendo expectativas de uma sociedade democrática e pluralista, onde as responsabilidades pela mais estreita observância das leis e da manutenção da paz não incumbem apenas à polícia, mas, também a todos os cidadãos. (FERREIRA, 1995 p. 26).

Segundo Paulo Roberto Portella (2005) especialista da temática, uma das características elementares do programa de policiamento comunitário é a designação de policiais para bairro específicos da cidade, sem que haja rotatividade, desse modo, os mesmos policiais trabalham sempre nos mesmos bairros para que assim possam (re)conhecer toda complexidade dos problemas sociais do local. Desta forma, o policial passaria a integrar a comunidade em que atua, podendo assim atuar diretamente sobre o crime ainda em sua gênese, num trabalho efetivo e proativo de antecipação e prevenção.

Para o autor o termo “policiamento comunitário” vem sendo utilizado indiscriminadamente, sobretudo para rotular programas tradicionais, que guardam pouca ou nenhuma relação conceitual com o título usado. Segundo o especialista um grande número de programas tradicionais de policiamento estão sendo rotulados de “Comunitários”, sem que apresentem inovações práticas ou mudanças significativas das práticas policiais que autorizem tal atitude Para Skolnick e Bayley (p.16/17) o que distingue o “policiamento comunitário” de outros modelos tais como “policiamento de bairro” é o distanciamento das práticas operacionais do pretérito, sobretudo por que sua intenção é promover um envolvimento efetivo entre corporação policial e a sociedade.

A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança. A polícia não consegue arcar sozinha com a responsabilidade, e, sozinho, nem mesmo o sistema de justiça criminal pode fazer isso. Numa expressão bastante adequada, o público deve ser visto como “co-produtor” da segurança e da ordem, juntamente com a polícia. Desse modo, o policiamento comunitário impõem uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e a manutenção da lei e da ordem. (Skolnick e Bayley, 2006 p.18).

Ressalta-se que estas formulações de responsabilidades das forças policiais não são novas, e não se restringem ao conceito de policiamento comunitário. Skolnick e Bayley (2006) examinaram experiências de policiamento comunitário em quatro continentes e encontraram quatro áreas de mudança programática no policiamento, que

apresentaram uma mudança consistente sob a bandeira do policiamento comunitário. Os quatro elementos de reconhecimento que caracterizam o programa são:

1. Organizar a prevenção do crime tendo como base a comunidade que assume sua parcela de responsabilidade pela atividade preventiva;

2. Reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços não emergenciais;

3. Aumentar a responsabilização das comunidades locais;

4. Descentralizar o comando;

Ressalta-se que no modelo ideal de “policiamento comunitário” a prevenção do crime tendo como base a comunidade, é considerado o último objetivo. Sobretudo por que essa “prevenção” é um processo que ocorre de forma gradual, na medida em que a comunidade adquire um certo grau de responsabilidade coletiva em relação a proteção comunitária (autodefesa) e a segurança do seu local de origem.

Em síntese, entre outros fatores que distinguem o programa de “policiamento comunitário” de outros modelos mais conservadores tais como o “policiamento tradicional” podemos destacar as seguintes características elencadas no quadro a seguir.

Quadro 5. Diferenças entre o Policiamento Tradicional e o Policiamento Comunitário.

Policiamento Tradicional	Policiamento Comunitário
Policial trabalha em vários bairros	Policial trabalha sempre no mesmo bairro
Policial é anônimo	Policial é conhecido da comunidade
Baixo grau de participação da comunidade	Alto grau de participação da comunidade
A polícia é reativa	A polícia é proativa
Policial é um mero executor	Policial é o chefe da polícia local
A iniciativa das ações é centralizada	A iniciativa das ações é descentralizada
Ênfase nas unidades especializadas	Ênfase nas unidades de área
Menor nível de motivação para o policial	Maior nível de motivação para o policial
Autoridade imposta	Cooperação e pensamento criativo
Informação de alcaguetes	Informação de cidadãos engajados
Policiamento pela intimidação	Estabelecimentos de laços de confiança
Chegada após a ocorrência	Solução dos problemas por interação ativa
Trabalha a quantidade e a generalização dos números	Qualidade e resultados direcionados
A polícia elabora e indica as necessidades	Comunidade indica suas necessidades
Carência quanto á redução do crime	Redução do medo do crime

Fonte Bandaruk e Souza (2007, p 54).

Cumprе salientar que o policiamento comunitário não surge com a pretensão de solucionar todos os problemas relacionados à segurança pública. Ao contrário, pode-se afirmar, que esse modelo ganha mais força como uma possibilidade de alternativa para lidar com algumas questões policiais estruturais tais como a baixa confiança pública, a pouca cooperação do público, o padrão reativo do policiamento convencional, a

dissociação entre a realidade dos crimes e violências vividos pelos cidadãos e o planejamento e alocação dos recursos policiais, a sensação de insegurança, a precariedade ou inexistência de instrumentos de controle social sobre a ação de polícia, etc, as quais afetam a eficácia, a eficiência e a efetividade da ação policial no controle do crime. Tal como sinaliza Monteiro (2005).

Em termos mais amplos, pretendia-se com a proposta do policiamento comunitário um esforço de adequação do dever ser da atuação da polícia aos anseios do Estado Democrático de direito, ou seja, à necessidade da percepção de uma ordem pública construída como para a sociedade. A conformidade do trabalho policial com as perspectivas democráticas pressupõe, portanto, uma redefinição dos valores, das estruturas organizacionais e das funções da polícia, o que ultrapassa a esfera da inovação institucional e envolve também a reinvenção da identidade policial. (Monteiro, 2005, p 69)

Nesse sentido, o policiamento comunitário apresenta-se, como uma resposta às contradições envolvendo o tema segurança pública em sociedades democráticas. A legitimidade da polícia passa a depender, principalmente, do consentimento da população no tocante às estratégias utilizadas pela polícia, do estabelecimento de relações de confiança com a comunidade, dos resultados positivos alcançados, e da responsabilização da polícia frente a essa mesma comunidade. Diferente do rumo seguido pelo policiamento convencional, o desafio colocado pelo policiamento comunitário é a “abertura” dos departamentos de polícia à observação e controle de suas atividades pela sociedade civil. (MONTEIRO, 2005).

4.3. O Policiamento Comunitário no Brasil: Um breve histórico

Antes de seguirmos, tratando de como o policiamento comunitário, teve início no Brasil, cumpre a nós elucidar as diferenças existentes entre conceito de “polícia comunitária” e o de “policiamento comunitário”. Embora, filosoficamente, os conceitos não se anulem e sejam complementares entre si existem diferenças técnicas entre esses conceitos. Na prática, o termo “Polícia Comunitária” refere-se a uma filosofia de trabalho, e o termo “Policiamento comunitário” refere-se à própria ação de policiar junto à comunidade. “Polícia Comunitária” deve ser interpretada como: Filosofia organizacional, indistinta a todos os órgãos de polícia, pertinente às ações efetivas com a comunidade.

O termo polícia comunitária envolve a participação de seis grandes forças da sociedade: a própria polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de

negócios (empresa de modo geral), outras instituições (setores da prefeitura municipal, por exemplo, do Ministério Público, entre outros) e a mídia. Já o policiamento comunitário, por sua vez, é uma atividade específica da polícia e compreende todas as ações policiais decorrentes desta estratégia, para estar mais próximo à população e servi-la da melhor maneira, para ser reconhecida como uma polícia cidadã (BONDARUCK e SOUZA, 2007).

No Brasil, atualmente existem diversas experiências de implementação de concepções gerais do que se poderia conceber como polícia comunitária.

Ressalta-se que dois fatores foram imprescindíveis para viabilizar a implementação de experiências de polícia comunitária nas polícias brasileiras. O primeiro deles foi o regime democrático estabelecido na Constituição de 1988, foi nesse período que as organizações policiais brasileira começaram a promover experiências e inovações visando transformar sua estrutura e funcionamento, bem como sua relação com a sociedade. Tal como assinala Marcineiro (2005);

A filosofia de Polícia Comunitária no Brasil coincide com a abertura democrática e com a Constituição de 1988, quando se passa a dar ênfase à proteção dos direitos e liberdades individuais frente às ameaças a eles, representada pela força e poder das instituições do Estado e proteção da vida e da propriedade dos cidadãos. (Marcineiro, 2005 p.82).

Esse período é visto por Cláudio Beato (2002) como o grande patrocinador da Polícia Comunitária no Brasil. Segundo Beato “No Brasil, as primeiras experiências de policiamento comunitário surgiram nas cidades de Guaçú e Alegre, cidades de São Paulo, e no estado de Espírito Santo, posteriormente, em Copacabana no Rio de Janeiro” (2002, p. 117).

Outro fator de grande relevância para que esse modelo de policiamento comunitário se desenvolvesse no Brasil foi a realização do 1º Congresso Internacional sobre Policiamento Comunitário em 1991, evento que foi fundamental para o lançamento da semente de policiamento comunitário no Brasil e contou com a participação de pesquisadores e comandantes de várias polícias norte-americanas e canadenses.

Atualmente, existem muitos estados brasileiros que já têm unidades que aplicam em alguma medida a ideia ou filosofia do Policiamento Comunitário. Como exemplo podemos destacar os Conselhos Comunitários de Segurança criados em São Paulo no

governo de Franco Montoro e que permanecem ativos até os dias atuais, bem como as Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro, mais conhecidas como UPP's.

Na experiência fluminense, o pioneiro do ideal comunitário foi o Coronel da Polícia Militar Carlos Nazareth Cerqueira²⁸, conhecedor da ideologia policial liderada e difundida pelos administradores policiais estadunidenses nos anos de 1960 e 1970, que assumiu o comando-geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pela primeira vez em 1983, no primeiro mandato de Leonel de Moura Brizola como governador do Estado.

Uma das primeiras tentativas no Rio de Janeiro de implementação de um modelo de polícia comunitária foi a criação do Grupamento de Aplicação Prático Escolar – GAPE, entre 1991 e 1994, cujo projeto piloto foi testado no Morro da Providência, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro esse grupamento tinha como incumbência prover serviços de segurança pública dentro das comunidades faveladas. O grupamento era formado essencialmente por recrutas e visava ser um laboratório de práticas comunitárias de policiamento. O caráter inovador do projeto estava na permanência diuturna dos policiais na favela, realizando o policiamento regular, o que facilitaria um contato mais próximo com seus moradores e o rompimento de um longo histórico de incursões policiais pontuais.

Para a PMERJ, a experiência do GAPE lançou as bases daquilo que viria a se tornar o GPAE. Que foi criado no ano de 2000, em uma nova tentativa do governo do estado, o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), foi implantado inicialmente no complexo do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, localizado próximo aos bairros de Ipanema e Copacabana respectivamente. A proposta do GPAE também era de integrar a polícia à comunidade, uma vez que naquele período a polícia já assumia um caráter muito militarista e repressivo, principalmente nas comunidades faveladas.

O GPAE, no âmbito da prestação de serviços de segurança pública, destina-se à implantação e implementação de uma nova modalidade de policiamento interativo em comunidades populares e favelas. Baseia-se no esforço de desenvolvimento de estratégias diferenciadas de prevenção e repressão

²⁸ O coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira ingressou na Polícia Militar em 1954 e nela permaneceu por quase 40 anos, sendo duas vezes comandante-geral da corporação, de 18 de fevereiro de 1983 a 15 de março de 1987, e de 15 de março de 1991 a 01 de janeiro de 1995. “A surpresa da sociedade civil em relação a Nazareth Cerqueira, em certo sentido, se originava pelo fato de as classes sociais em geral estarem acostumadas em visibilizarem negros como policiais subalternos ou como criminosos. Neste sentido, a imagem de Nazareth Cerqueira, apresentava novos elementos de discussão envolvendo alguns parâmetros, tais como: a violência da polícia contra os negros, prováveis modificações nas técnicas de ação policial e a discussão sobre o emprego dos direitos humanos como política essencial para as ações policiais” (NOBRE, 2010).

qualificada do delito a partir da filosofia da Polícia Comunitária. Constitui pressuposto básico da ação que será desencadeada pelo GPAE a integração dos serviços públicos, através da participação articulada das agências do Estado, da Sociedade Civil, além da própria comunidade. O GPAE destina-se à execução permanente e interativa das atividades operacionais de policiamento em comunidades populares e favelas. A atividade desenvolvida é essencialmente preventiva e, eventualmente, repressiva (DIRETRIZ, 2000).

Vale ressaltar que mesmo com os avanços adquiridos a partir da mudança de paradigma do relacionamento da polícia com as comunidades empobrecidas, os GPAEs mantiveram o foco de sua ação na preservação da ordem pública, no serviço ostensivo e nas estratégias de prevenção e repressão aos delitos.

4.4. A Unidade de Polícia Pacificadora: O surgimento do Projeto.

Atualmente, com vistas à implantação de uma nova filosofia de polícia comunitária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através de sua Polícia Militar, criou o projeto de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) criada e regulamentada através do Decreto nº 41.650/2009, pelo governador Sérgio Cabral.

A UPP é a mais nova experiência do governo do estado e tem como objetivo estabelecer uma política pública que atenda ao projeto de pacificação e manutenção da segurança de comunidades empobrecidas através de ações repressivas regulares viabilizando assim a permanência da Polícia Militar na comunidade com o estabelecimento de uma unidade física no seu interior.

A primeira Unidade do projeto das UPPs foi implementada no Morro Santa Marta. A referida Unidade Pacificadora foi inaugurada em 19 de dezembro de 2008, visando atender aquela comunidade através da ocupação permanente da área, com o objetivo de buscar uma aproximação contínua e progressiva entre a polícia e a comunidade local.

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades pacificadas. As UPPs representam uma importante “arma” do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico [...]. (ASCOM SESEG, 20120).

Entre as principais características do modelo de policiamento inaugurado pelas UPPs destaca-se o fato de que as UPPs possuem de certa forma, um comando

descentralizado dos batalhões, e buscam contar com policiais recém-formados, e supostamente livres dos chamados “vícios da corporação” as UPPs focam na presença constante de capitães, geralmente jovens e carismáticos. Essa medida tem como objetivo restaurar a confiança da população nas instituições policiais cariocas haja visto que segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), apenas 34% da população do estado do Rio de Janeiro confia na Polícia Militar.

Outra característica importante da UPP refere-se ao fato de que ela rompe com a ideia de que a questão da crise de segurança pública seria solucionada com o fim das atividades comerciais mais ordinárias do tráfico de drogas. Ao colocar como seu principal objetivo não a pretensão de acabar “com o tráfico”, mas, sim, a de “acabar com a circulação de armas nas mãos de gangues de traficantes”. Essa compreensão fica nítida na fala do capitão Glauco Schorcht, responsável pela UPP do Morro da Providência, *“Se vende a ideia de que a UPP vai acabar com o tráfico. Existe tráfico em vários países do mundo, onde a polícia ganha bem, é totalmente aparelhada e tem apoio da sociedade.”*²⁹ Essa mesma leitura também pode ser de premissa na fala da Capitã Priscila atualmente responsável pela UPP do Morro da Rocinha. Para a capitã Priscila, o objetivo é o fim das armas. *“O que a gente tem aqui hoje é algo que pode ter no seu prédio, na sua rua. O objetivo é retomar o território para que as pessoas vivam em paz. Não passamos a mão na cabeça de crime, não sou conivente, mas o principal é morar aqui e viver como qualquer pessoa vive”*³⁰. Nesse sentido as UPPs complexificam o debate sobre a segurança pública, uma vez que no debate começa-se a dissociar o problema do combate ao tráfico de drogas do problema da territorialização do comércio varejista de drogas.

A partir dessa primeira experiência no Santa Marta, a expansão das UPPs foi acelerada nas favelas da Zona Sul: Tabajaras, Cabritos; Chapéu Mangueira, Babilônia; Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. No primeiro processo de expansão do projeto a favela do Batan³¹, e a Cidade de Deus foram as únicas áreas ocupadas em outras regiões da cidade até 2010. A primeira por causa da violência contra os jornalistas e a segunda, aparentemente, em função do impacto do filme “Cidade de Deus”. Em junho de 2010, a expansão das UPPs atingiu a Grande Tijuca – Borel; Formiga; Chácara do Céu; Turano

²⁹ **Democracia Viva** n° 45, Rio de Janeiro, Julho 2010, p.77.

³⁰ Ibidem, p.77.

³¹ A favela do Batam localizada na Zona Oeste da cidade, ficou famosa por causa da tortura realizada por milicianos, em repórteres do jornal “O Dia”, que faziam uma reportagem sobre o grupo no ano de 2009.

e Salgueiro e Andaraí. Dentre outras que foram e serão implementadas. Tal como é possível observar no quadro a seguir.

Quadro 6. Primeiras UPPs instaladas no Rio de Janeiro.

Comunidade	Localização	Inauguração	Policiais
Santa Marta	Botafogo	19 dez.2008	112
Cidade de Deus	Zona Oeste	16 fev. 2009	344
Batam	Realengo	18 fev. 2009	344
Babilônia/Chapéu-Mangueira	Copacabana	10.jun.2009	96
Pavão-Pavãozinho/Cantagalo	Ipanema/Copacabana	23 dez 2009	176
Tabajaras/Cabritos	Copacabana	14 jan. 2010	131
Providência	Centro	26 abr.2010	
Borel	Tijuca	7 jun 2010	278
Formiga	Zona Norte	1 jul. 2010	102
Andaraí	Grajaú/Andaraí	28 jul. 2010	214
Salgueiro	Tijuca	30 jul 2010	138
Turano	Tijuca	30 set. 2010	176
Macacos	Vila Isabel	30 nov. 2010	215
São João/Matriz/Quieto	Engenho Novo	31 jan.2011	200
Coroa/Fallet/Fogueteiro	Rio Comprido	25 fev. 2011	206
Escondidinho/ Prazeres	Santa Teresa	25 fev.2011	179
São Carlos	Estácio/Rio Comprido	17 mai. 2011	241

Fonte. www.upprj.com.

4.5. A Unidade de Policia Pacificadora: Entre o Otimismo e Ceticismo.

Após quase cinco anos da inauguração da primeira UPP na favela Santa Marta na zona sul carioca, multiplicou-se significativamente os relatos de descontentamentos de moradores das comunidades “pacificadas” com o tratamento destinado pelos agentes públicos de segurança envolvidos com as UPPs.

Dentre as principais denúncias que ganham notoriedade nas comunidades ocupadas podemos elencar um conjunto de fatores que em nossa análise colocam em xeque o modelo de policiamento da UPP, haja visto os possíveis riscos e danos que esse simulacro de “policiamento comunitário” pode representar para as comunidades ocupadas, para a sociedade civil, e para o Estado democrático como um todo.

Entre os principais fatores de descontentamento popular com o programa das UPPs destacamos cinco pontos que parecem ser consensuais tanto entre os moradores das comunidades ocupadas, quanto entre os intelectuais estudiosos da temática. Sendo assim, apresentaremos respectivamente os pontos a seguir; **1. O controle da intimidade das pessoas nas localidades onde estão instaladas as UPPs** - As queixas sobre abuso de autoridade, desrespeito, e controle da intimidade das pessoas são as mais frequentes entre as diversas denúncias dos moradores das comunidades que receberam unidades da UPP. Tal como fica evidente na fala de Jussara Raimunda, moradora do morro do Alemão e ativista comunitária, que afirma: *“É como se fosse um toque de recolher. Com isso fica a dúvida: é realmente paz ou apenas saímos de um sistema para cair em outro?”*³². Segundo Machado (2010), o controle exercido pela polícia (e consequentemente pelo estado) nestas localidades equipara-se ao controle que era exercido nos parques proletários, que criou e fazia cumprir um regime draconiano.

Nesta perspectiva, mais do que uma forma de controlar o crime nas localidades escolhidas, as UPPs seriam instrumento de infantilização e domesticação de seus habitantes, de modo que o combate ao crime não passaria de mais um pretexto para a exclusão social e a submissão cultural e política das camadas populares. (Machado, 2010. p. 7).

Podemos exemplificar esta realidade com a carta elaborada pelos moradores do morro do Santa Marta divulgada na segunda semana de outubro de 2011. A carta foi

³² O Globo, Rio de Janeiro, 22 dez. 2010, p.21.

redigida pelas organizações sociais da comunidade e endereçada ao poder público e a sociedade civil.

SANTA MARTA LUGAR MAIS VIGIADO DO RIO

No final de agosto os moradores do Santa Marta foram surpreendidos, pelos jornais e televisões, com a notícia de instalação de nove câmeras em diferentes pontos da favela. O medo de ser mal interpretada imobilizou a comunidade. Muita gente da rua e algumas pessoas do morro, por motivos e razões diferentes, aplaudem esta idéia. No entanto: se somos uma favela pacificada, porque continuam nos tratando como perigosos? Muros, três postos de polícia, 120 soldados, câmeras – será que não está havendo um exagero? Quando é que seremos tratados como cidadãos fora de qualquer suspeita? Muro: 2000.000,00, câmeras: 500.000,00 – esse valor daria para resolver problemas de quantas casas, quantas reparos na rede de esgoto e de drenagem? Os últimos apartamentos entregues na Santa Marta têm um tamanho de 32 metros quadrados. O movimento popular de moradia diz que o tamanho mínimo é de 42m². Outras iniciativas defendem 37 metros. Então, porque os moradores do Santa Marta se conformam com essa metragem e não se manifestam? Isso seria a nossa prioridade! Quando é que os moradores serão ouvidos sobre os destinos dessa comunidade? Precisamos discutir e refletir sobre isso coletivamente. O medo está paralisando a comunidade e impedindo-a de se manifestar criticamente. Mas somente o exercício dos nossos direitos é que vai garantir a nossa liberdade. “Paz sem voz é medo” Queremos discutir as nossas prioridades. Queremos conhecer e debater as mudanças feitas no projeto de urbanização do Santa Marta. Só seremos ouvidos e respeitados se estivermos juntos. Pense, converse, reflita, debata, se junte. Assinam este texto: grupo ECO (Itamar), Associação de Moradores (Zé Mario), Igreja Batista (pastor Valdeci), Costurando Ideais (Sonia), Centro Social Ana Maria Vieira Pinto (Nanan), Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta (Antonio Guedes), Hip Hop Santa Marta (Fiel), Som da Casa FM (Luiz Kleber).

Esta tentativa de regular a vida cotidiana local segundo padrões de conduta fortemente invasivos da privacidade dos moradores já estaria gerando segundo Machado muitos atritos entre os policiais e os moradores assim como prisões por suposto “desacato à autoridade”. (Machado, 2010, p.5).

2. A militarização do cotidiano das comunidades onde são implantadas as UPPs - A simples presença ostensiva e permanente da polícia militar na comunidade, no bairro, no conjunto habitacional, já implica diretamente em um processo de militarização do cotidiano dessas respectivas comunidades. Tendo em vista que não é admissível conceber a demonstração de força exercido por grupos armados nas favelas, ou nos bairros periféricos seja por parte do tráfico de drogas, seja pelas milícias, também é desejável que o Estado, mesmo sendo aquele que detém o monopólio da força, não se utilize dessas estratégias de intimidação, e ocupação armada do espaço urbano. Tal como ressalta em entrevista a Folha de São Paulo, o morador de uma comunidade ocupada que não quis se identificar (provavelmente com temor de represálias) *“só o tempo vai dizer se foi bom ou não. Para nós mudou do civil para a farda, mas o fuzil é*

o mesmo”³³.

3. A gestão empresarial-autoritária-militarizada do espaço urbano Carioca-

Diversos geógrafos, sociólogos, urbanistas e intelectuais preocupados com o ordenamento territorial vem sinalizando que um dos principais objetivos do governo do Estado com programa das UPPs é o de pavimentar o caminho não só para a chegada de serviços públicos mais também serviços privados compreenda-se, neste caso, da formalização das relações capitalistas de consumo. Tal como sinaliza Teixeira (2010).

Em poucas palavras: flanquear a execução de grandes projetos e mega-eventos urbanos, alavancar a valorização imobiliária do entorno das favelas ocupadas por UPPs e criar um “corredor turístico” na cidade. Estes objetivos explícitos demarcam também os limites espaciais da política de “pacificação”. A expressão do primeiro destes objetivos pode ser encontrada no site oficial das UPPs, na seção concernente à unidade da favela da Providência: “O alcance da UPP tem, ainda, impacto direto em toda a região portuária, cujo projeto de revitalização prevê a restauração de galpões culturais na área da Gamboa e a recuperação do entorno da Praça Mauá.” (Teixeira, 2010, p. 3).

Seguindo esse entendimento é possível compreender que a realização dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016), bem como os antigos projetos de revitalização e gentrificação da área portuária são as principais justificativas para explicação do fato de que o maior quantitativo de unidades de polícia pacificadora estão concentradas na Zona Sul carioca (tal como podemos observar no mapa a seguir) onde se concentram os hotéis e o corredor onde irão acontecer os jogos (Zona Norte, região da Tijuca, Zona Oeste, Cidade de Deus) – a única exceção é a favela do Batan, única área de milícia que foi “pacificada” e na qual os jornalistas do O Dia foram torturados em 2007.

Vale mencionar que outras regiões do Estado não foram contempladas por esse investimento público. A região da Baixada Fluminense, que tem índices de criminalidade muito superior ao da cidade do Rio de Janeiro, foi completamente esquecida pelos gestores da área de segurança. Sobretudo, tendo em vista que a região da baixada fica muito distante da “cidade cartão postal” e do circuito dos Mega-eventos.

³³ **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2010, p.c.5.

Mapa 6. Cidade do Rio de Janeiro e as favelas ocupadas pelas UPPs

1. Santa Marta	7. Providência	12. Turano	18. Mangueira
2. Cidade de Deus	8. Borel	13. Macacos	19. Vidigal
3. Batan	9. Formiga	14. São João	20. Rocinha
4. Chapéu Mangueira/Babilônia	10. Andaraí	15. Fallet-Fogueteiros/Co-roa	21. Complexo do Alemão
5. Pavão-Pavãozinho/Cantagalo	11. Salgueiro	16. Escondinho/Pr-azeres	22. Complexo da Penha
6. Tabajaras/Cabritos		17. São Carlos	

Fonte: Instituto Pereira Passos - IPP, 2012.

4. O Aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais - O estereótipo de comunidade violenta que pesa sobre as favelas, sob os bairros periféricos, e os conjuntos habitacionais Cariocas está intrinsecamente atrelado ao baixo status social que esses grupos possuem no sistema capitalista, e que é evidenciado a partir da localização que esses sujeitos ocupam no espaço. Ressalta-se que a população favelada, pobre, marginal e (geralmente preta) que cresce a cada ano, são preferencialmente os alvos mais atingidos pelos estigmas criminais, e os estereótipos produzidos pela grande mídia.

(...) Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. (...) No entanto, o poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações. Ao empobrecimento pela economia, isto é, pelo mercado, junta-se o empobrecimento pela má organização do território pelo poder público. (...). (SANTOS, 1998: 14-15).

Nesse sentido, quando se pensa na população que mora nas localidades onde estão implantadas as UPPs ou são potenciais alvos delas, automaticamente nosso imaginário se remete a uma concepção de um local onde paira a desordem, o caos, a violência.

O modo como as UPPs são executadas e sua intervenção no território parecem dizer que a favela é em si um lugar de criminalidade, mas sabemos que a criminalidade violenta apresenta uma dinâmica muito mais complexa que não pode ser associada diretamente ao espaço da favela. Por isso, essa ação governamental reforça essa concepção ao invés de promover a segurança social dos moradores e ao vigiar e controlar os moradores que são vistos como potencialmente perigosos. (Dias, 2012, p.2).

Sendo assim, a política de pacificação reflete e reproduz a estigmatização desses espaços e dessas pessoas, tal como destacou Machado da Silva (2010), em uma entrevista:

Só pode haver uma agência pacificadora onde não há paz, de modo que temos, na origem do programa das UPPs, um pressuposto de guerra urbana. [...] As UPPs são uma proposta de política de segurança pública específica para as áreas da cidade que podem ser reunidas sob o nome de territórios da pobreza, cujo exemplo mais típico são as favelas – elas é que, na opinião de quem propõe a política de segurança, precisam de uma polícia pacificadora. As outras regiões da cidade são vistas como pacíficas e já contam com uma polícia normal. (Machado, 2010 p, 6).

De maneira que simples idéia de que estas áreas precisam ser pacificadas já é um indicativo que os moradores, em conjunto, são vistos com extrema desconfiança, seja pelo restante da população urbana, seja pelas instituições de manutenção da ordem pública.

O fato das UPPs estarem restritas ao espaço de favelas, e de algumas favelas, já seria um indício luminoso para desvendar o que o projeto esconde: a ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos desportivos do capitalismo vídeo-financeiro. [...] Com isso queremos frisar que as UPPs aprofundam as desigualdades e as segregações socioespaciais no Rio de Janeiro. (Batista, 2012, p.2).

Pois tal como nos recorda Machado (2010) guerra e paz são referências binárias que tipificam amigos ou inimigos, presença ou ausência de perigo, sem maiores refinamentos classificatórios. E por fim, o quinto e ultimo ponto.

5. As UPPs estão em completa contradição com o ideal de policiamento comunitário- Um ultimo ponto de descontentamento da população residente em áreas ocupadas pelas UPPs, e que merece destaque, esta relacionada ao fato de que o projeto de Unidade de Polícia Pacificadora do governo do estado, não condiz em absolutamente nada com o que foi propagandeado como “Policiamento Comunitário”, sobretudo uma parte da população que guarda na memória até com certo saudosismo as contribuições, e os avanços desse debate, bem como os repertórios elaborados nos governos comprometidos com essa questão (tal como foi no governo de Leonel Brizola cujo o comandante geral o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira que muito contribuiu para o acúmulo dessa temática) não se conformam com esse com esse modelo autoritário de policiamento, justamente por compreender que as UPPs estão muito distantes do ideal de policiamento comunitário tal como vimos no inicio do capítulo.

Pois diferentemente do que se divulga na mídia, o modelo das UPPs cariocas não foram apropriados de realidades onde o policiamento comunitário funcionou, tal como no Japão, no Canadá, nos EUA. O falso modelo de policiamento comunitário utilizado nas favelas e bairros cariocas foi apropriado de localidades onde a polícia, e as forças militares são utilizadas como instrumento de controle social, e de desmobilização política. O atual modelo de UPP carioca inspira-se nas táticas de contrainsurgência aplicados em conjunturas de guerrilhas urbanas. Tal como aponta a socióloga Vera Malaguti Batista (2012),

O Cônsul dos EUA, em telegramas sigilosos, declara que as UPPs se inspiram nas táticas de contrainsurgência aplicadas pelos americanos nas guerras do Iraque e do Afeganistão [...] a abordagem do programa de

pacificação é uma reminiscência do limpar, manter e construir, a doutrina americana de contrainsurgência. (Batista, 2012, p.12).

Segundo Batista (2012) esse mesmo modelo de (suposto) policiamento comunitário aplicado no Rio de Janeiro também foi amplamente utilizado na cidade de Medellín na Colômbia, por um governo autoritário e muito conservador que usava o sistema de milícias para combater narcotraficantes ligados as Farcs. Conforme assevera Rafael Dias (2012)

A UPP é um modelo que veio de Medellín, na Colômbia, e que mesmo lá já vem demonstrando uma reversão na queda inicial dos índices de criminalidade. O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro e os gestores da área viajaram inúmeras vezes para Medellín e trouxeram o pacote de segurança debaixo do braço. Se entendermos que o contexto de Medellín é diferente do contexto carioca e que modelos não podem ser transportados de uma cidade para outra, também consideramos que o modelo implantado no Rio, de inspiração colombiana, não serve necessariamente para outras cidades brasileiras como paradigma. A experiência da UPP é muito recente e precisa ser avaliada e mesmo criticada - o consenso conservador em torno dela não ajuda em nada no debate sobre segurança pública. A segurança pública precisa ser desmilitarizada, a concepção de ocupação militar de determinados espaços urbanos não colabora para a construção de uma sociedade democrática, mas sim para o incentivo a estratégias de governo e ao controle de determinado estrato da população, ou seja, dos pobres. Essa é uma estratégia política que busca manter as desigualdades sociais por meio de controle permanente e vigilância acintosa dos moradores das favelas e das periferias urbanas. (Dias, 2012, p. 3).

Esse mesmo modelo segundo a autor apresentou resultados pífios mesmo na Colômbia, e ainda assim, foi transportado para o Rio de Janeiro sem mesmo que adaptações fossem feitas no sentido de moldar o projeto de acordo com as especificidades sócio-espaciais da capital fluminense.

4.6. A Unidade de Policia Pacificadora da Cidade de Deus.

A UPP Cidade de Deus foi inaugurada em 16 de fevereiro de 2009, sendo a segunda Unidade de Polícia Pacificadora instalada na cidade do Rio de Janeiro. A unidade atende a uma população estimada em 47.021 habitantes (Fonte: Instituto Pereira Passos, com base no Censo 2010 do IBGE).

Figura 15 – Sede da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da Cidade de Deus

A unidade atualmente é comandada pelo Major Felipe Romeu e a área total atendida é de 2.099.531 m². Entre as principais localidades atendidas pela unidade destacam-se: Cidade de Deus, Quadras, Apartamentos, Caratê, Beirada do Rio, Jardim Novo Mundo, Rua Davi, Banca da Velha, Coroadó, Sítio da Amizade, Moisés, Praça da Bíblia, Pantanal, Santa Efigênia, Moquição, Efraim, Vila Nova Cruzada, Vila da Conquista e Jardins do Amanhã e todos os bairro no raio de 2km²: Barra da Tijuca e Jacarepaguá, tal cmo pode ser evidenciado no mapa a seguir³⁴.

³⁴ Disponível em <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/upp-cidade-de-deus/Cidade%20de%20Deus>

Mapa 7 . Áreas atendidas pela UPP Cidade de Deus.

Fonte: Instituto Pereira Passos - IPP, 2012.

4.7. A UPP Cidade de Deus e a relação com as Entidades de representação política do bairro.

As expectativas em torno da implementação da UPP no bairro Cidade de Deus, foi significativa, sobretudo para uma parcela expressiva de moradores do bairro que acreditavam que a presença do policiamento ostensivo serviria para garantir o exercício político-democrático no bairro, tendo em vista sobretudo que durante muito tempo esse direito foi negado pela presença intimidatória dos comerciantes varejista de drogas. Sendo assim, muitos moradores do bairro acreditaram confiantemente que as UPPs representariam um novo tempo, onde a violência, a intimidação e o cerceamento do direito de circulação, seriam apenas um conjunto de lembranças do passado.

Nesse bojo, foi com grande espanto que os residentes do bairro perceberam logo após os primeiros meses de funcionamento da UPP Cidade de Deus que o sonho de garantias das liberdades individuais também não seriam preservadas nesse novo contexto de ocupação das forças policiais. Preciso apenas alguns meses para que os moradores da Cidade de Deus percebessem que seus direitos mínimos de cidadãos estavam sendo capturados por uma postura autoritária da polícia que mesmo na sua “nova roupagem” insiste ainda em controlar todos os níveis da vida dos moradores dos bairros pobres, assim como o fizeram também os grupos armados, a partir do controle do território.

O que se percebe atualmente no bairro é um regime de controle autoritário por parte dos policiais que patrulham a comunidade, são eles que determinam a hora e o local onde as festas podem ou não acontecer. Diversos relatos revelaram que essa proibição não é apenas em espaços públicos, como praças ou quadras, ou estabelecimentos comerciais, mas também nas comemorações em casa, como reunião de amigos e festas de aniversário, tal como fica evidente na entrevista concedida pelo presidente de uma das associações de moradores do bairro, Alexandre Ferramenta, “*no começo foi muito difícil a adaptação, [...]antes a gente não podia fazer nada, mas aos poucos estamos conseguindo nos entender. A Cidade de Deus é um local que ao longo de 30, 40 anos sempre promoveu festas de rua, festas juninas etc., e durante esse período de adaptação era proibido*”.³⁵

Ainda nos dias de hoje, todos os eventos que ocorrem no bairro precisam de permissão do Comandante responsável. Segundo o presidente da associação, nem

³⁵ Portal Comunitário da Cidade de Deus, 15 de julho de 2011.

sempre a autorização sai, o que prejudica os eventos da população. *“Algumas exigências como esta no começo incomodam, mas depois vira rotina”*³⁶.

Atualmente a relação da UPP, com o Comitê Comunitário, e outras entidades associativas não é de atrito, contudo nem sempre foi assim, no início do projeto UPP a relação entre as forças policiais e os representantes das entidades que compõe o Comitê Comunitários eram bastante conflituosa. Esse estranhamento por parte dos integrantes do Comitê se estabeleceu em virtude da forma autoritária que o processo de implementação da UPP foi conduzida no bairro. Esse descontentamento pode ser depreendido na fala de Sandra, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus.

Eu acredito que a UPP é uma medida autoritária do governo, é uma medida autoritária, por que não que chegou aqui na comunidade, para conversar primeiro com os moradores do bairro, para vê se interessa, o problema é esse, em nenhuma comunidade eles fizeram isso, para chegar eles implantaram na comunidade o que eles queriam até com uma certo desrespeito, na época foi até com uma certo autoritarismo que eles implantaram a UPP. (Sandra, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus: concedida em 2012).

Ressalta-se que as “práticas autoritárias” não são uma especificidade da UPP Cidade de Deus, em geral em todas as comunidades em que foram implementadas as UPPs a relação com os capitães responsáveis pelas unidades e o contato com os representantes comunitários quase sempre é conflituoso, sobretudo por que geralmente as entidades de representação dos moradores são acusadas de associação ao tráfico de drogas, que segundo o entendimento “miope” das forças policiais, seriam supostamente os traficantes os responsáveis por ditar as ordens nesses espaços de representação política.

Outro ponto relevante, e que já havia sido detectado na fala de algumas das lideranças comunitárias do Comitê da Cidade de Deus, é o fato de que a UPP vêm tentando exercer uma espécie de magnetismo em relação a todas as questões relacionadas ao cotidiano do bairro, desconsiderando assim por completo a dimensão sócio-histórica dos ativismos e do protagonismo político já existente na comunidade. De maneira que essa “policialização” da política de base (MACHADO, 2010) acaba servindo como um desestimulante, e atua como elemento desarticulador do processo de democratização e expansão da cidadania que já estava em curso no bairro muito antes da chegada das UPPs.

Depois de a gente limpar toda a comunidade como a gente diz botar assim, um pouco de “pavimentação” para eles passarem, eles vieram e fizeram a

³⁶ **Ibidem**, 15 de julho de 2011.

caminhada a pé, porque o processo maior ficou na mão do pessoal da comunidade, das instituições, depois que evoluiu um pouquinho, que foi melhorando aí eles chegaram, aí eles puderam maquiagem melhor porque[...] Quem montou toda a estrutura fomos “nós” e eles vieram e encontraram as coisas mais fáceis essa que é a verdade. Porque na época do tráfico não deu para UPP, eles jamais iam conseguir chegar, não igual agente, agente faz isso essas coisas, entrava lá dentro da comunidade, enfrentando todos os perigos agora tá fácil, tá fácil para eles chegarem e se apropriar de tudo, de todo o trabalho que já temos realizado a muito tempo. (Sandra, moradora do bairro e ativista do Comitê Comunitário Cidade Deus: concedida em 2012).

É possível observar a partir da fala da entrevistada que a presença constante da polícia militar nos bairros e favelas ocupados muitas vezes assume papéis que não são de sua responsabilidade e competência. Sobre essa tensão criada entre o “autoritarismo da farda” e as entidades de representação política dos moradores do bairro. Machado (2010) destaca que;

Ainda estamos em um estágio muito inicial, mas já é possível perceber que as UPPs começam a desempenhar o papel de mediador político-administrativo que, por um longo período, foi desempenhado pelas associações de moradores. Estas vêm perdendo força e legitimidade, tanto interna quanto externamente. De um lado, frente ao poder armado dos bandos de criminosos elas pouco podem fazer além de evitá-los e/ou negociar algum nível de autonomia (quando a direção não é simplesmente destituída e a associação ocupada pelos próprios criminosos ou seus prepostos). De outro lado, a criminalização da pobreza e a desconfiança generalizada a respeito das “verdadeiras intenções” das reivindicações coletivas têm restringido a participação orgânica das associações de moradores no debate público. Desautorizadas internamente e enfraquecidas externamente, elas têm seu espaço de atuação cada vez mais limitado, fazendo-as beirar a irrelevância, que muitas vezes elas tentam evitar transformando-se em núcleos de “projetos” e “parcerias” sobre cujo funcionamento não costumam ter muito controle. (...) Durante algum tempo ela pareceu fragmentar-se, distribuindo-se entre diversas organizações, locais e supra-locais, públicas e privadas. Mas vejo indicações – que lamento e temo – de que a função pode estar se reunificando e passando a mãos insuspeitadas: as UPPs. Internamente, elas ganham força e legitimidade – ainda que espúria, do ponto de vista da democracia – por meio de um combate à atividade criminal menos truculento e imprevisível, combinado à promessa de melhoria dos serviços disponíveis; externamente, têm confiabilidade suficiente junto à opinião pública e proximidade político-administrativa com outros órgãos de governo para expressar com sucesso ao menos relativo as demandas locais, uma vez que estariam representando o lado honesto e moral das “comunidades”. Ou seja, a mera redução da truculência policial, que não altera a substância repressiva da política de manutenção da ordem pública, parece conferir expressivo poder político às UPPs. Aí está contido, parece-me, o principal risco da experiência das UPPs, que deve ser refletido, questionado e evitado: o de “policializar” a atividade político-administrativa nos territórios da pobreza. Transformar um braço da repressão ao crime em organização política é tudo que o processo de democratização não precisa. (Machado, 2010 p, 5).

Tal como sinaliza Machado as UPPs estão na contramão, de tudo aquilo se esperava no tocante a uma polícia de aproximação, e o estabelecimento dos bairros

pobres, enquanto parte indissociável da cidade. Esse descompasso portanto em relação as expectativas da população tem gerado um sentimento de descontentamento, e descrédito sobretudo por parte dos grupos organizados politicamente. De maneira que esse processo de sequestro das potencialidades dos moradores do bairro que se organizam coletivamente a partir do território tem provocado na Cidade de Deus um processo de esvaziamento das iniciativas conduzidas pela UPP, tendo em vista que a unidade policial não tem legitimidade de representação da vida pública da comunidade. Em nossa análise percebemos que a “nova” política de segurança do estado do Rio de Janeiro, através da UPP não contempla os interesses e as reivindicações da comunidade Cidade de Deus expressas no Plano de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus. Nesse sentido partilhamos da opinião Silva que as UPPs apresenta-se como insuficiente na garantia do acesso aos socialmente desfavorecidos das oportunidades de que gozam os indivíduos socialmente privilegiados. Nesse sentido mais do que levar paz as favelas as UPPs devem garantir o acesso irrestrito a cidadania concreta. E garantir cidadania concreta implica no reconhecimento dos territórios ocupados como territórios constituídos por cidadãos corporificados de direito. (Silva, 2012 p, 23).

Para não concluir...

Cidade de Deus por quê? Porque Deus está nos apoiando, Deus está vendo, já pensou a gente chegar pertinho de Deus e poder pedir ajuda, ajuda para poder lutar todo dia, ajuda para sobreviver, e para poder levantar a moral da comunidade. É por isso que aqui se chama Cidade de Deus, por que Deus tá com agente, é Deus quem cuida de nós. Por isso agente tem a força que tem.

D^a Benta, moradora das mais antigas no bairro.

E talvez seja por que aqui agente tem sangue quente né, aqui as pessoas realmente batem de frente, Seria bom se todo mundo tivesse sangue quente, essa vontade de brigar, mas infelizmente, isso não é uma regra e a gente só torce para que o dia chegue né? Ontem eu tava conversando com a menina que trabalha aqui em baixo, ontem mesmo, e ela me dizia: “Por que, que a Cidade de Deus tá sempre na mídia? Por que, que a Cidade de Deus ta sempre no cartaz? Aparece em tudo né? É Prefeito, é Presidente, é não sei mais o que, tem sempre alguém importante aqui na Cidade de Deus. Por que, que a Cidade de Deus vira e mexe ta nos noticiários, ta aí na mídia, o que, que acontece? Que, que tem de especial?” Até o Obama esteve aqui. Que, que tem de especial nesse bairro, nessa comunidade, que distingue(?) essa comunidade de outros bairros, né? Eu acho que é por que agente tem esse história de luta e de resistência política.

Coordenadora do Comitê Comunitário da Cidade de Deus, e moradora do bairro.

Embora não se trate de dar um caráter conclusivo às questões aqui abordadas, mesmo porque não é essa a intenção do trabalho, algumas observações derivadas deste processo merecem ser enunciadas.

A presente pesquisa teve como intuito compreender o processo de mobilização política que está sendo engendrado no bairro Cidade de Deus, um dos bairros mais complexos no contexto sócio-espacial da metrópole carioca. Nesse contexto, nos deparamos com uma vasta literatura sobre bairro tanto na ciência geográfica quanto nas ciências sociais como um todo. Durante o processo de pesquisa compreendemos que para estudar o espaço urbano é necessário estar atento as complexidades da relação dos sujeitos sociais com seu espaço de vivência, tendo sempre como premissa central a contradição expressa na dialética do local-global, e estrutura-indivíduo que atuam todas sob o jugo da lógica capitalista de desenvolvimento social.

Nesse sentido, a realização deste trabalho serviu não apenas para aperfeiçoar a compreensão dos espaços comunitários, mas também significou para nós a possibilidade de nos aprofundarmos nas complexidades da realidade sócio-espacial dos bairros empobrecidos da cidade do Rio de Janeiro. Podemos afirmar que nosso estudo, portanto, constitui-se de forma modesta uma reflexão acerca da importância das diferentes formas de mobilização e organização social, mais precisamente as de associações comunitárias de bairro que desempenham o papel de transgredir a lógica perversa de uma sociedade excludente e desigual.

Estamos plenamente convencidos que a participação popular, representada pela mobilização dos moradores do bairro Cidade de Deus (nas suas diversas instituições) estão tão intrinsecamente vinculada à constituição do território, ou seja, do próprio bairro, que os dois processos se confundem na configuração da identidade que permeia a relação dos moradores com o espaço.

No trabalho também evidenciamos que mesmo o bairro Cidade de Deus sendo um bairro criado a partir de um conjunto habitacional, ou seja, um espaço de representação de segregação espacial de camadas populares. Mesmo nesse contexto, no bairro emergiram um conjunto de mobilizações políticas que atingiram um nível de articulação tão significativo que possibilitaram o surgimento do Comitê Comunitário da Cidade de Deus – CCCDD. Que tem como principal objetivo articular as diversas iniciativas sociais existentes na comunidade bem como lutar para trazer melhorias a qualidade de vida dos moradores do bairro.

Outro fenômeno observado, e que se constituiu em revelação nesta pesquisa, diz respeito à nova conjuntura de policiamento desenvolvido pelo governo do estado na Cidade de Deus, bem como em outros espaços estigmatizados. Ficou evidente a relação de tensão estabelecida entre as forças policiais da UPP e os moradores do bairro, sobretudo por que até presente momento não se concretizou a tese de que a “pacificação” promovida pela UPP seria a porta de entrada para o desenvolvimento de políticas sociais. Haja vista, que discrepância social entre os moradores do bairro e os da cidade como um todo, continua inalterada.

Por fim, sem a pretensão de formalizar conclusões, consideramos que as configurações comunitárias, e os arranjos grupais de mobilização política que analisamos na Cidade de Deus, e que são apenas uma “pequena porção” do repertório dos múltiplos movimentos políticos que articulam sujeitos a partir do seu espaço de vivência (o bairro) carregam em si uma dimensão transformadora. Sobretudo por que esses movimentos apontam para as possibilidades que os sujeitos podem desenvolver por si mesmos na sua relação com o espaço da vida, e na sua convivência com os outros sujeitos (trans)formadores do mesmo espaço de vivência. Uma vez que é nesse espaço de vivência, espaço vivido (bairro) que se processa a elaboração dessa nova racionalidade e projetos de futuro, um futuro que é mais justo, humano, “amparado na ressurreição da idéia e na prática da solidariedade”. (SANTOS, 2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A favela está fazendo 100 anos (Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade)**. In Anais do 3º simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, 1993.

ARAÚJO, Jorge Armando de. **Do Espaço Forjado pelo Estado aos territórios e territorialidades dos conjuntos habitacionais – o caso da Cidade de Deus**. Monografia (Pós-Graduação em Geografia) Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

ARROYO, Mónica. **A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano**, in CARLOS, Ana Fani (org), Ensaios de geografia contemporânea. Milton Santos: Obra revisitada, São Paulo Hucitec, 1996, pp.55-62.

ASCOM SEGEG (Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Serviços Gerais). Jan., 2012. Acesso em 16 mar. 2012. Disponível em http://upprj.com/wp?page_id=20.

BANDARUK, Roberson Luiz e SOUZA, César ALBERTO. **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Comunicare, 2007.

BARROS, S. A. L.. **Que recorte territorial podemos chamar de bairro? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife**. Revista de Urbanismo, Santiago de Chile, n. 9, mar. 2004. Disponível em: <<http://revistaurbanismo.uchile.cl/>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

BATISTA, Vera Malaguti. **O alemão é muito mais complexo**. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). Paz Armada. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 68-69.

BAYLEY, David H. Skolnick, Jerome H. **Policiamento Comunitário**, Tradução de Ana Luíza Pinheiro, EDUSP, São Paulo, 2006.

BEATO FILHO, Claudio Chaves, **Reinventando a Polícia, A implementação de um Programa de Policiamento Comunitário**, In Motorola (org) 1ª edição São Pau, Editora Página Viva. 2002.

BEZERRA, J. A.. **A reafirmação do bairro: um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim na cidade de Natal**. 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

BURGOS, Marcelo Baumamn. **Dos Parques Proletários ao Favela - Bairro – As políticas públicas nas favelas no Rio de Janeiro**. In ZALUAR, Alba ; ALITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 198 p. 25-60.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisar-Participar**. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7-14.

CAMARGO, J.C.G.; JÚNIOR, D.F.C.R. **Considerações a Respeito da Geografia Neopositivista no Brasil**. Geografia, Rio Claro, v. 29, n. 3, p. 355-3882, ser./dez. 2004.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformações dos seus meios de vida**. 8ªed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Geografia brasileira, hoje algumas reflexões.** São Paulo: Terra Livre, Ano 18, Vol I, nº 18 p. 161-178, jan-jun de 2002.

CASTELLS, M.. **A questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela. Rio de Janeiro,** Bertrand Brasil, 2005.

CERTEAU, M. e; GIARD, L.; MAYOL, P.. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Geografia brasileira: Crise e Renovação.** In Moreira, Ruy (org) **Geografia: Teoria e Crítica. O saber posto em questão.** Petrópolis: Vozes, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: **Um Conceito - Chave da Geografia.** In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas.** 6ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira.** São Paulo: Edart, 1972.

CRUZ, V. C. **Identidades Territoriais: Pensando Uma Geografia da Diferença.** VI Encontro Nacional da ANPEGE, Fortaleza - Ceará, 2005.

CUNHA, Neiva Vieira; DA SILVA MELLO, Marco Antonio. **Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela,** 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A Urbanização Crítica na Metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da Geografia Urbana.** IN: Anais do 12.º Encontro de Geógrafos de América Latina, EGAL, 2009.

De PAULA, Fernanda Cristina. **Geografia de bairro: territórios vividos e experiência urbana no bairro Bosque, Campinas.** Monografia. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. 2007.

DIAS, Rafael. **Visões sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, Brasil, março de 2012.** Disponível em www.rets.org.br.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. **A Geografia Crítica brasileira: Reflexões sobre um debate recente.** Geografia, Rio Claro, v. 28, n. 3, 2003.

DIRETRIZ de planejamento. Nº 2Q00 Bol PM, Rio de Janeiro, n 37, 9 de agosto de 2000.

ENCYCLOPAEDIA, **Britannica do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1981.

FERREIRA, Carlos Ademar. **Implementação da Polícia Comunitária – Projeto para uma Organização em Mudança.SP: PMESP,** Monografia. p. 56, 1995.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 199 p. (Série Sociedade e Solidariedade).

GAIGER, Luiz Inácio (2000) **A economia dos setores populares**, em KRAYCHETE, Francisco (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**, Rio de Janeiro, Vozes.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Protocolo disponível em: [http:// www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br), [Data de acesso: maio de 2012].

GARCIA, Allysson Fernandes. **Lutas por reconhecimento e ampliação da esfera pública negra: cultura hip-hop em Goiânia - 1983 a 2006**. 2007. 207f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. Tradução do Grupo de Estudos Franceses de e Tradução. São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, Carin Carrer. **Conhecer o lugar e transformar o mundo: O espaço geográfico como possibilidade”** In: Souza, Maria Adélia de (Orgs) **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Edições Territorial. Campinas, 2003.

GRANDE **Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GONÇALVES, Carlos Walter. **A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Conflito social, militarización y democracia em América Latina – nuevos problemas y desafios para los estudios sobre conflicto y paz em la región. Buenos Aires: Clacso, 2002.

_____. **“Apresentação”**. In: Lander, Edgardo (Org.) **A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais**. In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA R. L. (orgs.). **Manifestações culturais no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

_____. **Concepções de Território para entender a desterritorialização**. In: **Territórios Territórios / PPGeo-UFF/AGB – Niterói**, 2002a.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Da Desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

GOUVEIA, Anneza Tourinho de Almeida. **Um olhar sobre o bairro: aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de Salvador**. Dissertação (mestrado) – Pós-

Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Trad. e Prefácio de Armando Corrêa da Silva. Hucitec, São Paulo: 1980.

HALLEY, Bruno Maia. **Identidade de bairro: A resistência do lugar numa trama de enredos – Uma análise sobre Água Fria (Recife-Pe)**. Porto Alegre- RS. Publicação do XVI ENG,. 2010

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanística – sua trajetória de 1950 a 1990**. Dissertação (Mestrado em geografia) Rio de Janeiro, UFRJ, 1990.

_____. **A geografia humanista anglo-saxônica - de suas origens aos anos 90**. Revista Brasileira de Geografia 55 (114). p 109-146. 1993.

_____. **A Geografia humanista: uma revisão. Espaço e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, n. 3, des. p.9-19. 1996

JACOBS. J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JESUS, Edson Penha de. **Penha de bairro rural a bairro Paulistano. Um estudo do processo de configuração do espaço Penhense**. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LAMAS, J. R. G.. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **El Derecho a la Ciudad**. Barcelona: Península, 1978, 4.a edição.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITÃO, Gerônimo. **Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: Uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos**, Rio de Janeiro, 2004. 233p.

LYNC, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARCINEIRO, Nazareno e Geovane C. Pacheco. **Polícia Comunitária: Evoluindo a Polícia do XXI** Ed. Insular, 2005.

MACHADO, Luiz Antônio. **Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual**. Caderno CRH (UFBA. Impresso) 2010.

_____, Luiz Antonio. **Afinal, qual é a das UPPs?**. Observatório das Metrópoles. Disponível em

http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf>,2010.
Acesso em 18/04/2013.

MARTINS, Ana Carolina Amaral. **Estudos das representações sociais da Moradia nas favelas Nova Esperança e Vila Pereira da Silva**. Dissertação de Mestrado. UFRJ/FAU/PROARQ, 2007. Rio de Janeiro.

MONTEIRO, Milena Fontoura. **O policiamento Comunitário como alternativa a Democratização da Polícia**.2005.

MOREIRA, R. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. In: MOREIRA, Ruy. (org.) Geografia: teoria e crítica – o saber em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOTTA, Cláudio. **“Cidade de Deus reage à violência na tela”**. Globo Barra, Globo, 28/1/2002.

MELLO, João Baptista Ferreira de. **Geografia Humanística: A perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. p. 91-115.1990.

_____. **O Rio de Janeiro dos compositores da Música Popular Brasileira – 1928/1991 – Uma Introdução à Geografia Humanística**. Dissertação (mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ. p. 301. 1991.

_____. **A cidade dos homens (algumas interpretações humanísticas sobre urbano)**. Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro. p. 17-22. 1993.

MENDOZA, Edgar S. G. **Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)** Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jun/dez. p. 440-470. 2005.

NACIF, Cristina Lontra et al. **Territorialidades e Conflitos em Bairros Cariocas: Caju e Jardim Botânico**. Observatorio Geográfico da América latina, 2007.

NOBRE, Carlos. **O negro na Polícia Militar: crime, cor e carreira no Rio de Janeiro**, 2010.

PASSOS, Ósia A. V. D. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade**. Dissertação (mestrado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2007.

PEDON, Nelson R. **A participação popular na produção do espaço urbano na cidade de Araçatuba: o caso do bairro Alvorada** (Dissertação de Mestrado). Pres. Prudente: UNESP, 2005.

PORTELLA, Paulo Roberto Aguiar. **GESTÃO DE SEGURANÇA**, Editora Rio, Rio de Janeiro, 2005.

- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. [1899] **Ratzel – Geografia**. S. I.: Ed. Ática, 1990. N. 59. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- RAMOS, Aluísio Wellichan. **Fragmentação do Espaço da/na cidade de São Paulo, espacialidades diversas do bairro da Água Branca em questão**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia-Humana. Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas- FFLCH. USP. 2001.
- RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales com el diseño de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- RELPH, Edward. **As bases fenomenológicas da Geografia**. Geografia, Rio Claro, v. 4, n°. 7, p. 1-25, abr.1979.
- ROSSI, A.. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**. In: Santos, Renato Emerson dos (Org.) “Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia”. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.
- SANTOS, Aline Mendonça; LIMA, Carla Moura. **A contribuição da economia solidária para o desenvolvimento local em Cidade de Deus**, 2008.
- SANTOS. M. **Por uma Geografia Nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- _____. **O Espaço Dividido. Os dois Circuitos da Economia Urbana dos países Subdesenvolvidos**. Livraria Francisco Alves Editora. Rio de Janeiro, 1979.
- _____. **Metrópole Corporativa e Fragmentada: O caso de São Paulo** Nobel. São Paulo. 1990.
- _____. **Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio Técnico científico e informacional**. (1994). Hucitec. São Paulo – SP. 4º Ed. 1998.
- _____. **A natureza do Espaço - tempo e técnica razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002 [1996].
- _____. **Por uma outra globalização; do pensamento único à consciência universal**. Record. São Paulo. 2000.
- _____. **O papel Ativo da Geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos –Florianópolis, edição Laboplan – Usp, São Paulo.
- _____. **As exclusões da globalização: Pobres e negros**. In: Ferreira, Antonio Mario (org.) Na Própria Pele: Os Negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Corag, 2000c., 09-21.
- _____. **Ser negro no Brasil hoje**. In: **O país distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002a.
- _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2002b [1987].
- SANTOS, Kátia. **“Um saco de crimes”**. www.afirma.inf.br. 21/2/2003.

SCARLATO, Francisco Capuano. **O Real e o Imaginário- Autofagia e Renovação Urbana do Bairro do Bexiga**. Tese de doutorado. Departamento de Geografia/FFLCH/USP. 1989.

SEABRA, Odette, C. de L.. **Urbanização: bairro e vida de bairro. Travessia: revista do Migrante**. São Paulo, publicação do CEM, ano XIII, n.38, set./dez. de 2002.

_____. **Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão**. 397 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SERPA, Angelo. **Percepção e Fenomenologia: Em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar**. In: OLAM - Ciência e Tecnologia, Rio Claro, n.2, Vol. 1, novembro/ 2001.

_____. **Cidade Popular – Trama de Relações Sócio-Espaciais**. Salvador, EDUFBA, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO. **Natal 2003: conheça melhor a nossa cidade**. Natal: Prefeitura do Natal, 2003. 1 CD-ROM.

SILVA, Armando Corrêa da. **A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983 (as Geografias Crítica e Radical em uma perspectiva teórica)**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 60, 1984.

SINGER, Paul. **Economia solidária. Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 287, 2008.

_____. SOUZA, André (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo, Contexto. 2000

SOARES, Maria Therezinha de Segadas, **O Conceito Geográfico de Bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro** in Bernardes, Lysia M.C., Soares M.T de S. Rio de Janeiro: Cidade e Região, Rio de Janeiro. Secretaria Municipal, de Cultura (Biblioteca Carioca), 105 -120p, 1987.

SOUZA, A. C. M.. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

SOUZA, B. J. de. **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

SOUZA, Marcelo Lopes. de. **O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia Conceitos e Temas; Rio de Janeiro: Bertrand, 6ª ed. 2003.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **O lugar de Todo Mundo – A geografia da Solidariedade**. Conferência feita no I Encontro Internacional de Geografia da Bahia. 1997.

_____. **Cidade lugar e Geografia da Existência**. Conferência do 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador, 1997b.

SILVA, Aluisio Gondim da. **Bancos comunitários: impactos do microcrédito e sua influência nas famílias da região metropolitana de Pernambuco**. Programa de Pós Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de Pernambuco, Ano 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: UNESP, 2004.

SKOLNICK, Jerome H. e BAYLEY, David H. **Policimento Comunitário**, Edusp, São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine “**Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos?**” 1.^a Parte aqui, 2.^a Parte: aqui, 25 de junho de 2010.

TROJANOWICS, Robert. BUCQUEROUX, Bonnie. **Policimento comunitário: como começar**; tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

TUAN, Yi Fu, **Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL 1980.

_____. **Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Geografia Humanística**. In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL. p. 143-164.1982.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. (trad. Livia de Oliveira). São Paulo: DIFEL.p. 250. 1983.

VALLA, Victor Vincent. **Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941- 1980**. In: cadernos de saúde pública, 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01021X1985000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt).

VALLADARES, Lícia do Prado (1978). **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Zahar.

-----, 1999. “**Que favelas são essas**”. Insight Inteligência, n . 8 ago/set/out/ p.63-68.

-----,2005. “**A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais**”, Revista Brasileira das Ciências Sociais, v. 15 n. 44. Outubro. p. 5-53.

_____. 2005b. **A invenção da favela. Do mito de origem à favela**. Editora FGV. Rio de Janeiro:

UNISUL. **Teoria de polícia comunitária: Modalidade à distância. Palhoça: Unisul Virtual, 2009.**

SILVA, Francisco Marcelo. **Unidade de Policiamento Pacificadora – UPP: um processo de democratização dos espaços favelados no Rio de Janeiro.** Anais do Seminário Urbanismo na Bahia urbBA [11], Universidade Federal da Bahia17: 1-25. 2012.

VAZ, Lílían Fessler. **Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro. Séculos XIX e XX. 7 letras, Rio de Janeiro, 2000. 171p.** VAZ, Lílían Fessler. Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro. Séculos XIX e XX. 7 letras, Rio de Janeiro, 2000. 171p.

VESENTINI, José William. **Ensino da Geografia e luta de classes.** Orientação, São Paulo, n. 5, p. 33-36, 1984.

_____. **Geografia Crítica e ensino.** Orientação, São Paulo, n. 6, p. 53-58, 1985.

_____. **Apresentação: Geografia e liberdade em Piotr Kropotkin.** Seleção de Textos, São Paulo, n. 13, p. I-XX, 1986.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

XIMENES, S.. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2000.

WILHEIM, J.. **O bairro, unidade urbana.** Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.